



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 160, QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 159ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2017**

1.1 – ABERTURA ..... 11

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) ..... 11

##### **1.2.2 – Oradores**

Senador Paulo Paim – Satisfação pela decisão da Ministra Rosa Weber em suspender liminarmente a Portaria nº 1.129/2017, que trata de mudanças na fiscalização do trabalho escravo. .... 11

Senadora Ângela Portela – Satisfação com a decisão liminar proferida pela Ministra do STF Rosa Weber suspendendo os efeitos de portaria do Ministério do Trabalho sobre o trabalho escravo. .... 15

Senadora Ana Amélia – Considerações sobre pesquisa que concluiu que “a corrupção define o Brasil, mas não o brasileiro”; e outros assuntos. .... 17

Senadora Vanessa Grazziotin , como Líder – Comemoração no dia de hoje, pelo aniversário de 348 anos de existência da cidade de Manaus - AM; e outro assunto. .... 19

Senadora Fátima Bezerra – Críticas ao governo do Rio Grande do Norte pelas recentes medidas que supostamente precarizam direitos do funcionalismo público estadual. .... 23

Senador Humberto Costa, como Líder – Críticas ao Governo Federal pela decisão de privatizar a exclusividade na exploração de petróleo do pré-sal na próxima sexta-feira; e outro assunto. .... 25

Senador Eduardo Amorim – Contentamento pela realização da IV Bienal do Livro de Itabaiana-SE; e outro assunto. .... 27

Senador Ivo Cassol – Relato da participação de S. Ex<sup>a</sup> em audiência pública com o Secretário Nacional da Pesca; e outros assuntos. .... 30

1.2.3 – Suspensão da sessão às 15 horas e 32 minutos e reabertura às 15 horas e 54 minutos 34

##### **1.2.4 – Oradores (continuação)**

Senadora Lídice da Mata – Comentários sobre a participação de S.Ex.<sup>a</sup> na ação mundial de volta à escola da Campanha Mundial 100 Milhões por 100 Milhões; e outro assunto. .... 34



Senadora Gleisi Hoffmann – Considerações acerca da caravana do ex-Presidente Lula que percorre o estado de Minas Gerais; e outros assuntos. ....	37
Senador Hélio José, como Líder – Breve apresentação do relatório produzido por S. Ex <sup>a</sup> sobre os trabalhos da CPI da Previdência. ....	42
Senador Reguffe – Defesa de PEC que condiciona a posse em cargos no Poder Executivo à prévia renúncia parlamentar de mandatos no Poder Legislativo. ....	46
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima, que <i>cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital</i> . <b>Aprovada em segundo turno</b> (votação nominal). À Câmara dos Deputados. ....	47
1.3.2 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2017, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que <i>estabelece que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função</i> . <b>Aprovada em primeiro turno</b> (votação nominal). ....	58
Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2017 ( <b>Parecer nº 185/2017-CDIR/PLEN-SF</b> ) ....	65
1.3.3 – Item 3	
Projeto de Lei do Senado nº 212/2017-Complementar, do Senador Dalirio Beber, que <i>fomenta a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores</i> . <b>Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ)</b> , ressalvados os destaques, após <b>Parecer nº 186/2017-PLEN/SF</b> , proferido pelo Senador Armando Monteiro, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; <b>Emendas nºs 2 a 5-PLEN</b> ; e <b>Requerimentos nºs 912 a 916/2017</b> (votação nominal.) ....	65
1.3.4 – Apreciação de requerimento	
Nº 793/2017, de Líderes. <b>Aprovado</b> (votação nominal). ....	85
1.4 – ENCERRAMENTO ....	94

## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 159ª SESSÃO

#### 2.1 – EXPEDIENTE

##### 2.1.1 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. ( <b>Ofício nº 225/2017</b> ). <i>Designado o membro</i> . ....	96
Da Liderança do Bloco Moderador, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. ( <b>Ofício nº 104/2017</b> ). <i>Designado o membro</i> . ...	97
Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social. ( <b>Ofício nº 226/2017</b> ). <i>Designado o membro</i> . ....	98



### 2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Eduardo Braga – Homenagem ao município de Manaus-AM pelo transcurso dos 348 anos de sua fundação. .... 100

### 2.1.3 – Expedientes do Ministro de Estado da Fazenda

Ofício nº 72/2017 (nº 48/2017, na origem), que encaminha Relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, referente ao terceiro trimestre de 2016. .... 104

Aviso nº 35/2017 (nº 272/2017, na origem), que encaminha Relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, referente ao quarto trimestre de 2016. .... 107

### 2.1.4 – Pareceres

Nº 15/2017-CI, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55/2015. .... 111

Nº 107/2017-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 351/2013-Complementar. .... 125

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 351/2013-Complementar. .... 141*

### 2.1.5 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 36/2017, tendo como primeiro signatário o Senador Romário, que *altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.* .... 143

### 2.1.6 – Projetos de Lei do Senado

Nº 400/2017, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação - PNE, para que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC seja proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Congresso Nacional.* .... 151

Nº 401/2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para condicionar o cancelamento e a transferência ao Tesouro Nacional dos precatórios vencidos à análise do magistrado da respectiva execução.* .... 158

Nº 402/2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera o Código de Processo Penal, para estabelecer procedimento para aplicação imediata da pena.* .... 163

Nº 403/2017, do Senador Acir Gurgacz, que *institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.* .... 170

### 2.1.7 – Republicação

Republicação do inteiro teor da Mensagem nº 69/2017, a fim de retificar a declaração quanto à inexistência de ações judiciais. .... 176

### 2.1.8 – Requerimentos

Nº 902/2017, do Senador Alvaro Dias, de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. .... 199

Nº 903/2017, do Senador Alvaro Dias, de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. .... 203



Nº 904/2017, do Senador Antonio Anastasia, de tramitação conjunta das Proposta de Emenda à Constituição nºs 42/2013, 22/2015, 40/2016 e 22/2017. ....	207
Nº 905/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à cidade de Manaus - AM. ....	209
Nº 906/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à afiliada da Rede BandNews FM em Manaus - AM. ....	213
Nº 907/2017, do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 696/2015. ....	216
Nº 908/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Sandra do Nascimento Noda. ....	218
Nº 909/2017, do Senador Omar Aziz, de voto de aplauso e congratulações à população de Manaus - AM. ....	222
Nº 910/2017, do Senador Randolfe Rodrigues, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Hudson Conrado. ....	225
Nº 911/2017, do Senador Romário, de informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. ..	228
Nº 917/2017, da Senadora Marta Suplicy, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54/2017. ....	238
<b>2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA</b>	
<b>2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016</b>	
Matéria aprovada .....	241
Lista de votação .....	243
<b>2.2.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2017</b>	
Redação para o segundo turno (Parecer nº 185/2017-CDIR/PLEN-SF) .....	246
Lista de votação .....	248
<b>2.2.3 – Projeto de Lei do Senado nº 212/2017-Complementar</b>	
Emendas nºs 2 a 5-PLEN .....	251
Requerimentos nºs 912 a 916/2017 .....	256
Parecer nº 186/2017-PLEN/SF .....	268
Lista de votação .....	272
<b>2.2.4 – Requerimento nº 793/2017</b>	
Lista de votação .....	275



## PARTE III

**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO****3.1 – DESPACHO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Despacho sobre o exame preliminar de admissibilidade da Petição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nº 5/2017

<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>277</b>
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>280</b>
<b>6 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>281</b>
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>285</b>
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>294</b>
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>299</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>347</b>



## Ata da 159ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 24 de outubro de 2017

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eunício Oliveira e João Alberto Souza, das Sr<sup>as</sup> Ana Amélia, Gleisi Hoffmann e Lídice da Mata e dos Srs Reguffe e Humberto Costa.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 19 horas e 35 minutos.)*







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 55ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**159ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Período: 24/10/2017 07:00:00 até 24/10/2017 20:32:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X

Emissão 24/10/2017 20:33:27





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**159ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Período: 24/10/2017 07:00:00 até 24/10/2017 20:32:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfê Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Moraes	X	X

***Compareceram 73 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita, Senadora Ângela Portela, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço minha inscrição para falar no período da Liderança, Presidente, pelo meu Partido, PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela Liderança, Senadora Vanessa Grazziotin está inscrita em primeiro lugar.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu estou inscrita em primeiro lugar, Presidente João Alberto, mas o Senador Paulo Paim tem um compromisso, então eu faço uma permuta com o Senador Paulo Paim e serei a segunda. Ocuparei o lugar dele e ele ocupa o meu lugar, abrindo os pronunciamentos desta tarde.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está deferida a permuta.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

Por dez minutos, Excelência.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente João Alberto, agradeço à Senadora Ana Amélia – tenho uma reunião no gabinete agora, às 14h –, que fez essa permuta comigo e falará no meu lugar.

Mas, Sr. Presidente, entre muitas notícias ruins que temos recebido ultimamente. Eu chego para fazer uma palestra, e o povo já vai dizendo: "Paim, traga notícia boa, que notícia ruim nós estamos já cansados."

Eu recebi a informação de que, hoje, a Ministra Rosa Weber, a quem eu cumprimento aqui da tribuna do Senado, teve a sábia decisão de suspender a Portaria nº 1.129, de 2017, do Governo Temer, que praticamente acabava com a fiscalização e o combate ao trabalho escravo. Uma decisão corretíssima.

Eu insisto em dizer que o Ministro Ronaldo Nogueira, gaúcho, pelo qual eu tenho apreço... Eu liguei para o Ministério do Trabalho – entendia e entendo que esse é o caminho natural, de alguma



forma essa portaria seria revogada – e sugeri, quando eu liguei para o Ministério, que a portaria fosse revogada, como ele fez corretamente, quando criou uma comissão para discutir o estatuto do mundo do trabalho, ou seja, uma nova CLT. Quando a reforma foi aprovada, a bem dizer, dias atrás, nós também criamos, aqui no Congresso, essa comissão. Assim teríamos duas comissões para discutir o mesmo tema, e o Ministro, corretamente, revogou a portaria.

Neste momento, o Governo Temer, que erra seguidamente, errou mais uma vez. Como é que, às vésperas de tomarem a decisão na Câmara pelo afastamento dele ou não, ele vende a alma, o corpo e a vida das pessoas? Porque, no momento em que ele baixa uma portaria dizendo que está liberado o trabalho escravo no Brasil, ele está vendendo o povo brasileiro para ganhar o voto, para salvar a sua pele da perda de mandato, porque é isso que iria acontecer; ele afastado, Supremo julga, com todas as provas que estão muito claras aí, ele seria afastado.

Mas, felizmente, a Ministra Rosa Weber – aqui eu quero tecer os meus sinceros cumprimentos – é muito firme quando diz que a definição proposta na portaria afeta as ações e políticas públicas do Estado brasileiro, no tocante ao combate ao trabalho escravo nas dimensões: repressiva, ao repercutir nas fiscalizações procedidas pelo Ministério do Trabalho; pedagógico-preventiva, ao disciplinar a inclusão de nomes no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, e reparativa, concessão de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado.

Diz mais a Ministra: neste caso, a portaria é a verdadeira "violação do direito ao trabalho digno [estou lendo aqui o que diz a Ministra], com impacto na capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre [nós falamos tanto em liberdade] determinação, também significa reduzir alguém à condição análoga à de escravo". (Fecho aspas)

Sr. Presidente, aqui nesta Casa há um PL que regulamenta essa questão. Aprovamos uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC, de autoria do Senador Paulo Rocha, e lá ficou, no acordo final, dito que haveria um ajuste via um projeto de lei, que é o PLS 432. Desse PLS eu sou o Relator. Eu me senti atropelado, desrespeitado com a portaria do Ministro. Então não me dessem para relatar. E foi um amplo acordo aqui na Casa para que eu relatasse esse projeto, o qual estou discutindo e conversando com todos os setores. Tenho o maior interesse em votar logo, para que a PEC de combate ao trabalho escravo entre rapidamente na sua vigência plena. Por isso a minha indignação foi muito grande quando vi essa portaria.

Sr. Presidente, nós temos também aqui no plenário um decreto legislativo assinado por diversos Senadores – eu sou um deles – para que a gente revogue essa portaria. Mediante a decisão do Supremo, não há motivo nenhum mais. O Senado parece que fica sempre esperando; o Governo faz os seus erros, e o Senado fica na expectativa e não sabe para onde vai. Pois bem, há uma decisão agora do Supremo. Vamos aprovar aqui de uma vez por todas a urgência, aprovar o projeto de decreto legislativo, e esse projeto, com todo o respeito, vai para onde ele tem de ir: para o arquivo, para não usar uma outra expressão mais dura, que, às vezes, eu uso – que esse projeto vá, então, para o arquivo.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tudo aquilo que vai ao arquivo, com o tempo, é incinerado.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim.



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, não tenho como lhe impedir o aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serei breve, serei muito breve. É apenas para cumprimentá-lo, também, por destacar essa manifestação da Ministra Rosa Weber, que é uma especialista, saiu do Tribunal Superior do Trabalho para ocupar a Suprema Corte do País. Nessa portaria, e aí lamentando que o Ministro Ronaldo Nogueira, nosso amigo, Deputado do Rio Grande do Sul...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que eu tenho respeito por ele.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... uma pessoa respeitosa, que tem tratado bem aqui o Congresso...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tanto que ajustamos, eu e a senhora, em vez de convocá-lo...

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nós o convidamos para ser ouvido aqui na Comissão.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Penso que a assessoria jurídica do Ministério não foi adequadamente correta no aconselhamento, porque há um detalhe nessa portaria que fere competências do Legislativo. Então a portaria não pode – uma portaria, uma simples portaria do ministério, do Poder Executivo – interromper uma lei em vigor, que é de competência nossa. Nós somos legisladores, fazemos a lei. E o cumprimento da lei. Então, nesse aspecto, não há dúvida da inconstitucionalidade sob esses aspectos institucionais. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, e eu só observo: V. Ex<sup>a</sup> conhece os produtores rurais do Rio Grande do Sul...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e sabe, não podemos estigmatizar como se trabalho escravo só existisse na área rural. Trabalho escravo há na área urbana...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E muito, e muito.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... em grandes centros do País, grandes centros bem desenvolvidos do País. Então nós temos que separar o joio do trigo, aqueles bons empregadores, que cumprem com as suas obrigações sociais. Isso é importante destacar. Então cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem deste tema, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex<sup>a</sup> está coberta de razão. Por exemplo, a tecelagem. Tecelagem, em São Paulo, é um inferno. Já estivemos lá numa sindicância e pelo que percebemos é caso mesmo de polícia o que estão fazendo.

Então eu, quando me refiro a essa área, tenho o cuidado de falar empresários e nem falo campo ou cidade. O setor do empresariado que faz esse tipo de crime tem de responder pelo que fez, seja de onde for o que teve essa ousadia, eu diria – e é até uma covardia ter trabalhadores sob regime de escravidão.

Senadora Vanessa, V. Ex<sup>a</sup> sempre defendeu e foi à tribuna diversas vezes contra essa portaria.



**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, que, sem dúvida nenhuma, teve uma grande participação nessa que foi uma vitória; uma vitória, digo, da população brasileira, dos trabalhadores e das trabalhadoras, das famílias brasileiras, da juventude brasileira, que tem sido alvo muito forte do trabalho escravo. Eu juntamente com a Senadora Lídice da Mata, que foi a Relatora, e com vários outros Parlamentares, Senadores e Senadoras tivemos numa comissão de tráfico de pessoas, e a primeira razão...

*(Soa a campanha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... Senador Paim, do tráfico de pessoas no Brasil e no mundo, é a exploração sexual. A segunda razão é o trabalho escravo. Então, é lamentável o que vem acontecendo no Brasil, só que, diferente de alguns, eu não quero reputar essa responsabilidade única e exclusivamente ao Ministro do Trabalho, porque antes do Ministro veio o Presidente Michel Temer. Ele, sim, negociando de um tudo com a sua Base para, no dia de amanhã, para se livrar de mais uma denúncia, mais um pedido de abertura de processo, tem perdoado dívidas, dívidas de multas ambientais e assinou essa portaria, como diz a Senadora Ana Amélia, inconstitucional, que retroage o Brasil em centenas de anos, ou seja, não flexibiliza. A portaria legalizava o trabalho escravo no Brasil. Então, também como V. Ex<sup>a</sup> me somo aos cumprimentos à Ministra Rosa Weber e sei que a sua participação, a sua militância tem feito com que vitórias e conquistas como essa sejam alcançadas. Parabéns, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

Só para concluir, Presidente. Eu...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... só quero dizer que o Carlos, que é um líder e Presidente do Senat, esteve conversando com o Ministro e foi muito franco comigo. O Ministro chegou e disse: "Isso não é coisa minha, veio da Presidência da República, e não posso fazer nada. Como é que eu vou fazer? Veio de lá." Então, ele pediu, em outras palavras: pressionem lá no Palácio.

E nós fizemos isso em diversas ações. Nem sei qual a ação que ganhou, sei que muita gente entrou com ação no Supremo. O importante foi a decisão, a decisão pela revogação dessa portaria que estava virando já, como aquele caso da Amazônia, um movimento internacional, porque ali é claro: revoga a Lei Áurea e diz que o trabalho escravo está liberado no Brasil.

É lamentável, é lamentável, e aí, Presidente, eu já agradeço a V. Ex<sup>a</sup>...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas há dias em que a gente pode... Como diz a canção: ando devagar porque já tive pressa. Esse sorriso no meu rosto em certos momentos é porque eu já sofri demais, e hoje eu quero dar um grande sorriso e agradecer à Ministra que tomou essa decisão, à Ministra Rosa Weber.

Quem me conhece sabe que eu, neste momento, estou sorrindo. Sorrindo não por mim. Claro, no fundo da alma, por mim também, porque está dentro de mim a questão da liberdade, da justiça e





do combate ao trabalho escravo, mas estou sorrindo de alegria ao saber que milhares e milhares de brasileiros não serão atingidos mais pela portaria do Ministro Temer, do Ministro Temer, porque foi ele quem articulou e mandou essa portaria ser publicada.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

Eu quero pedir desculpa ao Plenário por não estar em Plenário e usar a palavra para dar os pêsames à família de um amigo meu que morreu na cidade de Bacabal, Horácio Belo, Gerente Regional do Trabalho e Emprego em Bacabal, órgão do Governo Federal. Um rapaz jovem, trabalhador, competente e eu aqui quero dar os pêsames a todas as famílias de Bacabal, àqueles que conheceram o quanto era bom e trabalhador o Horácio.

O Deputado Roberto Costa, que está aqui, hoje, nesta Casa, me falou a respeito, e eu tive a comunicação da cidade de Bacabal.

Que Deus conforte a família de Horácio, meu amigo, meu companheiro.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima.

Por cinco minutos, Excelência.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras.

Assim como o Senador Paim, também estou sorrindo diante da decisão da Ministra Rosa Weber, em decisão liminar contra esta portaria que faz mudanças dramáticas na lei que regulamenta o trabalho escravo.

Mas a gente sabe que o Presidente Temer negocia com a Bancada ruralista a manutenção dessa portaria, que foi publicada no *Diário Oficial da União*, na semana passada, em troca de votos suficientes para impedir a aprovação da investigação da segunda denúncia feita contra ele pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Esta portaria, que gerou uma enxurrada de críticas, dentro e fora do País, altera os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à escravidão, para fins de concessão do seguro desemprego.

Por esta portaria, para que seja considerada condição análoga à escravidão, faz-se necessária a submissão do profissional a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, feito de maneira involuntária.

A portaria também altera o modo como é feita a inclusão de empresas na chamada lista suja do trabalho escravo, beneficiando, diretamente, empresas que não têm compromisso com a justiça social.

Como se vê, não é por nenhuma causa nobre que o Presidente ilegítimo se insurge sobre conceitos consagrados – que ordenam as relações de trabalho no País.

Ao contrário, ele troca direitos, tão caros ao povo brasileiro, para atender reivindicações de Parlamentares, para se livrar da denúncia que pesa sobre seus ombros.

Acusado de comandar uma organização criminosa e da tentativa de obstrução de Justiça, Temer não hesita em ferir de morte os direitos de uma parcela da população brasileira que, embora totalmente desfavorecida, também contribui com a produção de riqueza em nosso País.



Diante de tanta insanidade, a grita foi contundente e geral. Centrais sindicais, movimentos sociais, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, instituições ligadas aos direitos humanos, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e até membros do Governo reagiram.

A Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, recomendou a revogação da portaria, que considerou ser marcada pelo vício da ilegalidade. Para a Procuradora-Geral, "o trabalho escravo viola a dignidade e não apenas a liberdade da pessoa humana". Ela afirmou em seu parecer que a portaria "implica retrocesso nas garantias básicas da dignidade humana".

Em decisão liminar, a Ministra Rosa Weber hoje suspendeu a portaria, acolhendo pedido do Partido Rede Sustentabilidade.

Mas a decisão liminar não muda o cenário de preocupação e revolta.

Em pelo menos 17 Estados, fiscais do trabalho paralisaram suas atividades, também em atitude de protestos contra a portaria.

A Secretária Nacional de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, defendeu a suspensão da portaria, com regras que, segundo afirmou, "comprometem a execução das políticas" de combate ao crime trabalho escravo e "colocam sob risco" a lista suja das empresas e cidadãos envolvidos com esses crimes.

Organizações internacionais como a ONU e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) também dirigiram críticas à portaria. Todas as críticas vão na direção de que o Governo retroage diante de um dos avanços mais importantes, alcançados ao longo de décadas em todo o mundo.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR)  
– Segundo o jornalista, Gerson Camarotti, o Ministério do Trabalho está à espera do sinal verde de Temer para anunciar as mudanças sugeridas pela Procuradora-Geral da República.

O Presidente poderá até atender à recomendação da Procuradora, em todo ou em parte, mas só depois da votação na Câmara do relatório que trata de seu destino à frente da Presidência da República. Dessa forma, não hesita em usar o Estado brasileiro em favor do seu interesse pessoal.

Com esse novo formato de compra de votos, pagos com o suor e o sangue de milhares de pessoas vulneráveis, Temer age com características próprias às do patrimonialismo – situação em que o Estado se torna um patrimônio de seu governante.

Até quando iremos assistir, de braços cruzados, a um Presidente, sem apoio, sem votos e sem credibilidade...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR)  
– ... tripudiar sobre a proteção de milhares de pessoas, inclusive sobre trabalhadores vulneráveis em nosso País?

Então, eu queria aqui reafirmar e parabenizar a Ministra Rosa Weber por essa decisão liminar que trata da questão dessa portaria, que dificulta a fiscalização do trabalho escravo em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos, por gentileza.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agora, Progressista, Presidente. Passa a se chamar Progressista. Tirou-se o PP e passa a ser apenas Progressista.

Mais fácil de dizer, porque o som de PP parece PT, Partido dos Trabalhadores. Então, para não haver essa confusão de nomes, de siglas, passamos a nos chamar Progressista.

Então, Progressista, Partido Progressista.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Parabéns.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria saudar as Senadoras, os Senadores, os nossos telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado.

Venho, de novo, à tribuna, Presidente, porque foi feita uma pesquisa nacional de valores em 2017, encomendada ao instituto Datafolha pela Crescimentum Consultoria em parceria com o instituto britânico Barrett Values Centre.

Essa pesquisa trouxe um resultado extraordinário, Senadora Fátima Bezerra. Essa pesquisa diz o seguinte: "Corrupção define o Brasil, mas não o brasileiro.

A corrupção é o comportamento que melhor define hoje o nosso País, mas é a honestidade que melhor caracteriza o brasileiro.

[Parece contraditório e é.]

Enquanto no campo individual, os brasileiros elegeram a amizade, a honestidade, o respeito, a confiança e a paciência [eu acrescentaria a tolerância] como valores que os definem [que define cada cidadão individualmente], no campo da cultura nacional emergiram [no campo oposto] a corrupção, a violência, a agressividade e a discriminação racial. Então, aquela história do brasileiro cordial aqui se esgota, por essa cultura nacional que contradiz a nossa crença nos valores individuais. Nós precisamos exatamente trabalhar para que os valores individuais em que nós acreditamos, os da nossa crença ou, pelo menos, os da resposta à pesquisa, prevaleçam àquela cultura nacional da corrupção.

Queria dizer que sou favorável, sim, às dez medidas de combate à corrupção que foram encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Ministério Público e pela sociedade brasileira e que estão ainda dormitando.

Aliás, nós, hoje, tivemos a abertura, na parte da manhã, pelo Presidente Eunício Oliveira, da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que também é uma questão relacionada à influência na primeira infância, desde a gestação até os dois anos idade, com todos os impactos sobre a criança, da gestação até o nascimento. Ali nós vimos o caso de uma... Estava presente o Ministro Osmar Terra, que é, digamos um grande mentor da defesa da filosofia e do cuidado com a primeira infância. Lá nós vimos um vídeo mostrando que a Finlândia é um país campeão no mundo em educação, porque os professores na Finlândia são considerados e valorizados



extraordinariamente. A educação na Finlândia supera... Um professor na Finlândia tem maior relevância do que um médico, do que um advogado, do que um cientista – o professor! –, inclusive na remuneração. E a Finlândia, por conta desse investimento em educação, é o terceiro país do mundo com menor índice de corrupção no Planeta. Então, a associação é indissolúvel entre educação, informação e a questão do combate à corrupção.

Por isso, eu venho trazer aqui o depoimento da coordenadora do Colégio Goyases, de Goiânia, que o Brasil inteiro acompanhou, a Prof. Simone Elteto – coordenadora desse colégio –, na entrevista que ela deu, no programa Fantástico, ao repórter Marcelo Canellas, no domingo. Imagino que todos que assistiram àquela entrevista densa, sincera, profunda, vigorosa, corajosa perceberam a serenidade daquela professora, a coragem que ela teve não apenas em ter evitado uma tragédia maior naquela escola, em que um jovem armado matou dois colegas e feriu outros quatro, que poderia ser estendida. O que mais me chamou a atenção, além dessa coragem no controle daquele aluno que estava transtornado, foi o que ela disse: "A nossa escola trata de diálogo, de respeito às pessoas, às individualidades." Aquilo tudo ficou transcrito como valores essenciais nesse processo. Então, é preciso que essa cultura que nós achamos que nós temos individualmente passe ao coletivo e à cultura nacional.

Por isso, eu também quero chamar a atenção para um projeto que foi desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e por uma jovem gaúcha nascida no Rio Grande do Sul, em Alegrete, Luciana Freitas, uma Promotora da Comarca de Comodoro, um Município que fica a 638km de Cuiabá.

E o que diz esse projeto que começou lá neste Município de Mato Grosso? Qual é o lema desse projeto, Senador João Alberto? Onde há educação a corrupção não tem vez. Onde há educação a corrupção não tem vez!

Ele é desenvolvido pela promotoria daquele Município e esta professora pega os alunos de escolas municipais e estaduais, de 10 a 17 anos, que estão cursando o ensino fundamental e o ensino médio. A iniciativa da Promotora Luciana Fernandes de Freitas consiste em aplicar e explicar o que é a corrupção e quais são as formas de combatê-la. Aborda desde os grandes escândalos nacionais e regionais da corrupção, publicados diariamente pela mídia, e também estabelece uma relação imediata com as ações que, muitas vezes, nós achamos muito ingênuas e até mesmo tolas, mas que estão permeadas de corrupção. Por exemplo, quando um aluno, e eles mesmo expressam, fura a fila para pegar a merenda escolar nas escolas públicas, ou quando alguém invade uma área reservada para o estacionamento de deficientes não sendo deficiente, ou quando nós não levantamos de um banco de um ônibus de transporte público, Senador, para dar lugar a uma mulher grávida, a uma pessoa idosa ou a uma pessoa deficiente.

Esses gestos pequenos é que vão ampliando a nossa tolerância com os gestos maiores da corrupção.

A cola escolar, o que é senão o roubo do conhecimento de um colega que sabe e eu, que não estudei, vou lá apropriar-me daquilo que é um patrimônio daquele estudante...

Então, eu queria cumprimentar o Ministério Público lá do Mato Grosso, porque se diz que, onde há educação, a corrupção não tem vez, a Finlândia é a prova disso, porque fez um maciço investimento na educação e através dela, mas, sobretudo, na família.



Ouvi uma mãe, bem formada, nesta semana, dizer que ela tentou fazer uma carteira de estudante em casa para ter a vantagem de uma passagem mais barata no ônibus, porque ela usava muito o ônibus. E o seu filho, um menino de sete anos, vendo a mãe fazer aquela carteira disse: “O que você está fazendo?” “Estou fazendo uma carteira de estudante para mim.” E ele disse: “Mas você não é estudante.” Um menino de sete anos. “Você não é estudante, isso não está certo, isso está errado.” A mãe, Senador João Alberto, eu diria, foi tomada pela racionalidade, pela responsabilidade, pela ética do filho de sete anos, e pegou aquele papel e rasgou. Talvez essa mãe tenha muito orgulho deste filho que tenha feito isso para ela, e ela aprendeu uma grande lição, ...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque aquele filho, de sete anos, admoestou a mãe, deu-lhe uma lição, mas ele poderia ter simplesmente ficado em silêncio, ter copiado aquela irregularidade e ter repetido esses atos de cópia, de falsificação, para se beneficiar, mas não, uma criança de sete anos, Senador Humberto Costa, faz essa observação à mãe, de que ela estava praticando uma irregularidade porque ela não era estudante.

Então, eu queria saudar esta iniciativa do Ministério Público da Comarca de Comodoro, da jovem Luciana Fernandes de Freitas, de educar uma geração para ver o custo que tem a corrupção nos benefícios para a comunidade – na escola, na segurança, na saúde, em todos os serviços.

O dinheiro que é sugado pela corrupção falta em todos esses setores, mas é, sobretudo, nos pequenos gestos que começa a grande corrupção – no nosso comportamento coletivo e na nossa cultura nacional.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente, pela tolerância do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, do Partido Comunista do Brasil, da Amazônia, pela Liderança do PCdoB. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador João Alberto.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, mais um dia que eu venho à tribuna... Não o fiz semana passada, porque me encontrava participando de um evento internacional, assim como o Presidente do Senado Federal. Lamentavelmente, esperava que, no meu retorno, nós já tivéssemos a medida provisória editada – a medida provisória que muda a reforma trabalhista –, mas, infelizmente, Srs. Senadores, isso não aconteceu.

Então, mais uma vez, venho à tribuna com um cartaz, mostrando que faz 103 dias hoje – ou seja, 3 meses e 13 dias – que Michel Temer deixa de cumprir sua promessa, sua palavra, perante o Brasil e, sobretudo, perante a sua Bancada de apoio aqui, no Senado Federal, e não edita a medida provisória que muda a reforma trabalhista e que conserta uma série de irregularidades, ilegalidades e absurdos contidos no projeto aprovado pela Câmara e, posteriormente, pelo Senado Federal.



Mas, Presidente, eu hoje, neste dia 24, uma terça-feira, venho à tribuna para cumprimentar e parabenizar a minha querida cidade de Manaus, cidade que, no dia de hoje, está completando 348 anos de existência.

A nossa capital, a cidade de Manaus, recebeu esse nome em homenagem a uma tribo de indígenas chamada Manao, indígenas que lutaram bravamente contra os colonizadores portugueses. Dessa luta, Sr. Presidente, destaca-se a figura legendária de Ajuricaba.

Ao ser preso e amarrado a um navio, com ferros e correntes, pelos portugueses – para ser levado a Belém para lá trabalhar como escravo –, o índio Manao Ajuricaba preferiu se atirar às águas do Rio Negro – e, portanto, morrer afogado – do que se transformar em mais um escravo dos colonizadores portugueses.

Esse nosso herói maior, portanto, ficou no imaginário da nossa história, no imaginário de um povo que até hoje mantém viva a chama da liberdade, uma população que é trabalhadora, hospitaleira e detentora de uma riqueza cultural sem igual.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque sou uma filha adotada da cidade de Manaus. A cidade, assim como sua gente, me acolheu como uma verdadeira filha – do mesmo modo faz com tantas outras pessoas que, de todos os cantos do País, vão a Manaus e se transformam em verdadeiros manauaras, como eu me transformei.

Em outubro de 1848, a nossa capital era uma vila, conhecida como cidade da Barra do Rio Negro. Em 1856, passou a ser chamada de Manaus. No começo do século XX, a época áurea da borracha, Manaus ficou conhecida como o coração da Amazônia, a cidade da floresta, a Paris dos trópicos. Foi uma época de crescimento econômico significativo, acompanhado também do desenvolvimento urbano.

No apogeu desse período, o Brasil tornou-se o maior exportador de borracha. Manaus, por exemplo, foi a segunda cidade brasileira a introduzir a eletricidade na iluminação pública, após Campos dos Goytacazes, cidade do Rio de Janeiro. Naquele período, o bonde elétrico também passou a ser uma realidade na capital amazonense, transporte utilizado somente nos principais centros da Europa.

O Teatro Amazonas, que até hoje é ícone...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... do mais importante e famoso ciclo econômico da cidade, foi referência arquitetônica e musical da época. Depois do demorado período de construção, a sala foi inaugurada em 1896, quando a cidade ainda não havia sequer completado 50 anos de emancipação política.

O virtuoso círculo só acabou no começo da década de 20, 1920, quando a exportação brasileira caiu significativamente por causa da produção na Ásia, feita pelos ingleses, particularmente na Malásia, cuja semente da borracha levaram, de forma ilegal, do nosso País.

E só viemos a ter outro grande círculo virtuoso do desenvolvimento com a implantação, em 1967, da Zona Franca de Manaus. Por conta desse modelo, hoje a cidade de Manaus, capital do Amazonas, detém o sexto maior PIB do Brasil.

Portanto, além da importância econômica, a Zona Franca tem para nós também uma importância ambiental significativa e faz com que o Estado do Amazonas seja um dos mais





preservados do Brasil, do ponto de vista de manter a sua floresta intacta. Eu digo que é um ganho significativo para o nosso País e, sobretudo, para o nosso futuro.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Manaus não é apenas essa cidade bela que cantamos em versos e prosas. Manaus tem muitos problemas – tem um dos piores sistemas de saneamento do Brasil. No *ranking* do Instituto Trata Brasil, das cem maiores cidades do Brasil, Manaus é a 97<sup>a</sup>. Ou seja, nós só temos um sistema melhor de saneamento do que Porto Velho, capital de Rondônia; Macapá, capital do Amapá; e Ananindeua, cidade da região metropolitana de Belém.

O transporte público também é lamentável, lastimável, assim como o atendimento nas unidades públicas municipais de saúde.

Manaus é uma cidade violenta. Segundo a Universidade do Estado do Amazonas, o número de homicídios cresceu mais de 157% de 2001 a 2015.

E Manaus tem sido uma das cidades que mais têm sofrido com a crise econômica. Afinal de contas, a produção do polo industrial é dirigida para o consumo, sobretudo, no Sudeste e Sul do Brasil. E, se vivemos uma crise econômica no Brasil, essa cidade chamada Manaus, a minha querida cidade, é uma das que mais rapidamente e mais profundamente é atingida.

Mas, apesar disso tudo, Sr. Presidente, eu quero concluir aqui a minha participação neste momento, na tribuna, agradecendo a bondade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Alberto, que me propiciou um tempo maior para que eu pudesse ler o meu pronunciamento e fazer daqui a minha homenagem à cidade de Manaus.

Hoje é feriado em Manaus. Faço uma homenagem, lendo um poema de um dos poetas por quem tenho profunda admiração e respeito, que é Aníbal Beça.

Ele escreveu o seguinte sobre Manaus:

Toda cidade se habita  
como lugar de viver.  
Só Manaus é diferente  
pois em vez de habitá-la  
é ela quem me habita.  
Queria esse privilégio [...]  
sem dividir com ninguém.  
Mas além dos seus encantos  
descobri que é generosa  
na morada, em seu abrigo,  
nos mimos de seus mistérios  
há lugares para todos.  
Aí se faz diferente  
uma cidade de muitos  
de bem querer singular  
levada pelo Rio Negro  
nas suas águas lavando  
um caso de amor plural.



Então, é dessa forma, com esse poema de Aníbal Beça, Presidente, que faço as minhas homenagens, cumprimentando a minha querida cidade de Manaus. E cumprimentando a minha querida cidade, eu cumprimento essa nossa gente, sempre com uma palavra de esperança.

Vivemos momentos difíceis no Brasil. E lá nada é diferente, pelo contrário. Parece que lá as coisas acontecem com uma profundidade ainda maior. Mas, apesar de todas as dificuldades que estamos encontrando, tenho certeza de que saberemos trilhar um caminho para um futuro melhor, para as futuras gerações que lá vivem, para que possam ter uma vida melhor ainda.

Eu cheguei a Manaus em 1976, acompanhando minha família, meu pai, que lá foi trabalhar. Naquela época, Manaus era uma cidade de aproximadamente 300 mil habitantes. Hoje é uma metrópole de mais de 2 milhões de habitantes, que acumulou muita coisa ruim, mas, sem dúvida nenhuma, muita coisa boa.

E eu tenho muito orgulho de dizer, Presidente: Manaus é uma cidade de gente carinhosa e acolhedora.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Porque muitas das famílias que lá estão podem não ter dinheiro para comprar um bom aparelho de televisão, para comprar um bom móvel para sua casa. Mas, com o pouco de dinheiro que elas têm, elas preferem comemorar o aniversário de algum ente da família, porque essa é a forma de se congratular com a vizinhança, congratular com os amigos, congratular com os parentes.

Por isso, o amor da gente por Manaus e o amor de Manaus pela gente não é um amor individual, mas é, sim, um amor coletivo, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora, quem nasce em Manaus é manauense?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Quem nasce em Manaus pode ser manauense ou manauara. Mas lá as pessoas são mais chamadas de manauaras do que de manauenses, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está bom. Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Ausente.

Senadora Regina Sousa. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Telmário Mota. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Ausente.

Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte. Por dez minutos, Excelência.



**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, o Governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, que traiu a maioria do eleitorado que o elegeu naquela memorável campanha de 2014 quando se aliou ao Governo golpista do Senhor Michel Temer, hoje reza a mesma cartilha e reproduz *ipsis litteris* a política econômica de Temer e Meirelles, penalizando os servidores públicos estaduais do nosso Rio Grande do Norte.

O governo, a exemplo de outros governos estaduais – reconhecemos –, enfrenta dificuldades para cumprir o calendário de pagamento do funcionalismo público, mas ele decidiu enfrentar a crise econômica adotando a mesma receita utilizada por Michel Temer e Henrique Meirelles no plano nacional.

Trata-se, sem dúvida nenhuma, de uma receita perversa, que preserva os privilégios das elites de um lado e, de outro lado, reduz direitos dos trabalhadores e da população mais pobre e vulnerável; que sucateia os serviços públicos, em nome do reequilíbrio fiscal e em benefício das privatizações; que retroalimenta a crise econômica, ao reduzir o poder de consumo dos trabalhadores, enfraquecendo o mercado interno, reduzindo os investimentos públicos e ampliando o desemprego.

Dentre as nove medidas que o Governo do Rio Grande do Norte encaminhou à Assembleia Legislativa – sem debate nenhum, sem nenhuma discussão com o conjunto dos servidores –, merece destaque a Mensagem 118, de 2017, que eleva gradualmente a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%. É a mesma coisa, a mesma crueldade, que o Temer quer fazer também com os servidores federais.

Outra mensagem que merece destaque pela crueldade é a Mensagem 151, de 2017, que na prática elimina os planos de cargos, carreiras e salários de todas as categorias do funcionalismo público estadual.

Outra também que merece destaque é a Mensagem 147, que autoriza o Governador Robinson Faria – a exemplo do seu aliado, o Presidente ilegítimo, golpista, Michel Temer – a governar também por meio de medidas provisórias.

Mas o pacote de maldades do Governador Robinson Faria vai muito além, pois o Governo estadual pretende também aprovar medidas encaminhadas à Assembleia Legislativa anteriormente, como aquela que cria a previdência complementar para os servidores que venham a ingressar no quadro de pessoal do Estado e aquela que limita os gastos públicos pelas próximas duas décadas, a exemplo da Emenda Constitucional 95/2016, a emenda da morte, a chamada PEC do teto de gastos.

Em síntese, o Governo do Rio Grande do Norte está estadualizando a política econômica de Michel Temer e Henrique Meirelles, responsável por fazer de Temer o Presidente mais rejeitado, mais impopular, desde o fim da ditadura civil militar.

Além de estadualizar a política econômica, o Governo do Rio Grande do Norte também está estadualizando o método autoritário e impositivo do Governo ilegítimo, ao encaminhar medidas dessa natureza, como já frisei aqui, sem o mínimo de diálogo com os servidores, sem o mínimo de discussão com as suas entidades representativas.

Mas, Sr. Presidente, a reação dos servidores do Rio Grande do Norte diante desse pacote de maldades do Governador Robinson Faria foi imediata. E a reação foi tão organizada, feita de maneira tão forte, com tanta responsabilidade e com tanta representatividade, que o governo foi



obrigado a solicitar a devolução de duas das nove medidas encaminhadas à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte: a nº 151, que na prática – imagine! – acaba com os planos de cargos, carreiras e salários de todas as categorias do funcionalismo público; e a outra mensagem, que cria tetos salariais para os servidores com base no salário do governador e dos chefes dos poderes Legislativo e Judiciário.

Mas eu quero aqui parabenizar o Fórum dos Servidores – repito – pela luta que mais uma vez liderou em defesa da cidadania do povo do Rio Grande do Norte, porque o servidor público precisa ser valorizado e precisa ser respeitado levando em consideração exatamente a população à qual ele presta serviço e, principalmente, a população mais pobre, as populações mais vulneráveis.

Eu quero aqui colocar que o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais do Rio Grande do Norte, que agrega sindicatos das mais diversas categorias do funcionalismo público, continua alerta e na luta, tanto em virtude das medidas que continuam tramitando na Assembleia Legislativa quanto em virtude dos sucessivos atrasos no pagamento da folha salarial dos servidores, inclusive dos servidores aposentados. É um horror! É um escândalo! É uma crueldade! É uma falta de respeito para com os servidores públicos estaduais do meu Estado, meus colegas servidores, professores, servidores da saúde, auditores fiscais, ASG, enfim, todos os servidores públicos estaduais do Rio Grande do Norte, tanto os que estão na ativa como os que estão aposentados.

É um horror, é um crime o que o governo vem fazendo, na medida em que sequer recebem o salário em dia os servidores públicos estaduais do Rio Grande do Norte hoje. Ou seja, fere-se um direito básico de dignidade, porque, afinal de contas, para quem trabalha, o mínimo que se exige é receber o salário em dia. Isso acabou para os servidores públicos estaduais do Rio Grande do Norte, que estão com os salários atrasados, não sabem quando vão receber no mês seguinte, não sabem quando vão receber o décimo terceiro salário. E, como se não bastasse, o Governo Robinson Faria, seguindo a cartilha do governo golpista do Sr. Michel Temer, manda para a Assembleia Legislativa um pacote de maldades penalizando mais ainda os servidores.

Enfim, quero aqui, portanto, dizer da minha alegria, porque os servidores se mobilizaram e, na manhã desta quarta-feira, fizeram um belo ato lá em frente à governadoria no centro administrativo. Centenas de servidores, liderados pelo Fórum dos Servidores Públicos Estaduais do Rio Grande do Norte, foram lá hoje de manhã de forma cidadã protestar contra esse pacote de maldades do Governo do Rio Grande do Norte e contra, sem dúvida nenhuma, os constantes e sucessivos atrasos no pagamento dos salários.

É preciso, Sr. Presidente, encontrar outras alternativas para o enfrentamento da crise econômica e fiscal do Rio Grande do Norte que não a precarização dos serviços públicos e a penalização dos servidores.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Repito: é preciso encontrar outras alternativas para o enfrentamento da crise econômica e fiscal no Rio Grande do Norte que não a precarização dos serviços públicos e a penalização dos servidores.

Estadualizar a política econômica de Temer e Meirelles significa condenar a população do Rio Grande do Norte a, no mínimo, 20 anos de penúria e sofrimento.



Por isso, Sr. Presidente, o Fórum Estadual dos Servidores, que quero aqui mais uma vez parabenizar, vai ficar em constante mobilização. Vai continuar vigilante, mobilizado, porque, fruto já dessa reação que os servidores exibiram, o governo mandou retirar duas das nove mensagens, mas outras mensagens continuam lá na Assembleia Legislativa, que...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... prejudicam os servidores do nosso Estado, assim como, repito, o próprio atraso de pagamento, que é constante. Por isso, o Fórum dos Servidores, que conta, sem dúvida nenhuma, com o apoio da maioria da sociedade, vai continuar mobilizado.

Daqui desta tribuna, na condição de professora, servidora, inclusive na condição de uma das fundadoras do Fórum Estadual de Servidores Públicos do meu Estado, o meu abraço pelo papel militante, com muita responsabilidade, em defesa da cidadania do povo do Rio Grande do Norte que eles estão exercendo, neste exato momento, contra essas medidas do governo do Estado, que penalizam os serviços públicos e os servidores.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, pela Liderança do PT. Senador do PT de Pernambuco.

V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos, por gentileza.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, o Brasil vai sofrer, esta semana, mais um violento ataque às suas riquezas naturais.

Na próxima sexta-feira, dois leilões vão destruir a exclusividade da Petrobras na exploração da imensa reserva de petróleo que está armazenado no pré-sal. Nove anos depois dessa grandiosa descoberta feita no governo do Presidente Lula, a maior em todo o mundo nos últimos 30 anos, essa camarilha golpista e serviçal do capital internacional que aí está vai entregar, a preço de banana, todo esse ouro negro ao deleite das empresas estrangeiras.

Os nossos governos investiram pesadamente, durante dez anos, para viabilizar a exploração dos quase 80 bilhões de barris de petróleo já extraídos do pré-sal. Foi dinheiro público empregado em pesquisa, em aperfeiçoamento e *expertise* da Petrobras. E agora passamos tudo ao controle de grandes grupos internacionais, para que eles tirem lucros nababescos às custas das riquezas brasileiras. Mais do que uma vergonha, esse é outro crime ignominioso cometido por esse Governo de salteadores da nossa Pátria.

Vamos entregar o pré-sal absolutamente pronto, para que as empresas internacionais cheguem aqui simplesmente para instalar suas sondas e retirar petróleo de excepcional qualidade, com o qual farão fortunas bilionárias nas nossas costas. É como pescar em um aquário. Nós sabemos onde está o pré-sal, sabemos a sua localização exata, sabemos a quantidade de barris de petróleo que lá existem, e quem comprá-los por um preço de banana não vai ter que passar por nenhum tipo de risco, Sr. Presidente.



Gastamos milhões de dólares para procurar e identificar um tesouro. E quando finalmente o encontramos, vamos entregá-lo a terceiros de mãos beijadas. É absolutamente inaceitável.

Um único poço do pré-sal é capaz de produzir 40 mil barris de petróleo por dia. O mesmo volume só é conseguido no pós-sal se reunirmos vários campos.

Então não é apenas a nossa riqueza que estamos entregando ao capital estrangeiro. Estamos abrindo mão do nosso próprio futuro, renunciando totalmente à capacidade de lucrar com a exploração desse petróleo e reverter todo esse potencial...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... em favor da educação, da saúde e do desenvolvimento da nossa sociedade. Nenhum país do mundo cometeria uma burrice tão monstruosa como essa. E nós, ao estabelecermos a legislação do pré-sal, garantimos para a educação 50% de tudo aquilo que fosse arrecadado em *royalties*, além da criação do chamado Fundo Social.

E é isso que nós estamos fazendo, cometendo uma burrice. Esse é mais um dos crimes de lesa-pátria cometido por esse Governo nefasto e entreguista de Michel Temer, um facínora que vende o País para comprar a própria salvação. Um gângster, Sr. Presidente, que opera a todo vapor para amanhã...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... tentar salvar... *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, seja um pouquinho mais generoso aí comigo. Não há ninguém para falar.

Hoje o jornal *O Globo*, por exemplo, faz a conta dos custos dessa "operação Ali Babá": R\$12 bilhões. É esse o valor que Temer está dilapidando dos cofres públicos para comprar apoio parlamentar com a finalidade de enterrar a denúncia que a Procuradoria-Geral da República apresentou contra ele por obstrução de justiça e organização criminosa.

São emendas, cargos, renúncia fiscal, recuo em privatização de aeroportos, decretos e portarias feitos sob medida para atender aos interesses de vários setores dispostos a votar com ele em troca de generosos favores. O refinanciamento de dívidas para atender os grandes empresários é um exemplo. O abatimento de 50% das multas de quem cometeu crimes ambientais é outro.

Nesse contexto, insere-se, também...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

... a restauração do trabalho escravo no País determinada por Temer e que acaba de ser liminarmente cassada por decisão de hoje do Supremo Tribunal Federal. Então, é a venda do País ao capital, muito bem representado neste Congresso Nacional. Deem calote na União, destruam a Amazônia, escravizem seres humanos – tudo será perdoado em troca de votos. É um escândalo de proporções nunca vistas na nossa História.





Como tem dito o Presidente Lula por todos os lugares por onde tem andado, como agora em Minas Gerais, saibam todos os brasileiros que, tão logo nós voltemos à Presidência da República no ano que vem, se Deus quiser, todas essas agressões ao Brasil...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... serão revogadas no primeiro dia do nosso Governo.

Toda essa espoliação, todo esse retrocesso, tudo isso será desfeito e nossas riquezas serão recuperadas para que possam ser devidamente aproveitadas por quem a elas verdadeiramente faz jus: o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidenta, pela tolerância.

*(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Amorim, na condição de orador inscrito.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, o que me traz à tribuna na tarde de hoje, Srª Presidente, é a história de três amigos e um sonho, o sonho de promover a cultura em sua cidade e a comprovação de que, como disse Raul Seixas, "sonho que se sonha junto facilmente vira realidade".

Em 2009, Carlos Eloy, da FM Itabaiana, Honorino Júnior, da Perfil e Jamyson Machado Gois, da Itnet, realizaram no dia 16 de outubro, o 1º Encontro Literário, em Itabaiana, Sergipe, com a inestimável ajuda de intelectuais como: Luiz Antônio Barreto (*in memoriam*), Jorge Carvalho (professor doutor da Universidade Federal de Sergipe), Domingos Pascoal de Melo, (da Academia Sergipana de Letras) e Antônio Saracura (escritor nascido nos povoados de Itabaiana e da Academia Itabaianense de Letras).

Desse encontro, Srª Presidente, nasceu, em 2011, a I Bienal do Livro de Itabaiana, que aconteceu durante um único dia, na Associação Atlética do Município, e foi um sucesso absoluto. Na ocasião, foram lançadas 33 obras de autores sergipanos, abrindo a perspectiva de difusão do trabalho literário a partir da comercialização de cerca de 500 títulos.

Em 2013, com os mesmos organizadores e curadores, agora mais fortalecidos e contando com o empenho e a colaboração das Academias Municipais de Glória, Tobias Barreto, Lagarto e Itabaiana, já em franco funcionamento, o diálogo com as escolas, com os intelectuais e artistas de cada cidade, tornou-se mais efetivo.

Foi diante dessa perspectiva, Srª Senadora Ana Amélia, que em 2013 aconteceu a II Bienal do Livro de Itabaiana, de 17 a 19 de outubro daquele ano. Durante os três dias do evento, 88 escritores lançaram cerca de 113 títulos e mais de 1.500 livros foram comercializados, sem contar que mais de cinco pessoas passaram pela feira, interessados em conhecer mais sobre a cultura local e aproveitando as várias atividades da Bienal.

Já em 2015, na terceira edição da Bienal do Livro de Itabaiana, foi estimado um público de mais de 30.000 pessoas visitando os *stands*, as praças da cidade, as salas das universidades e os



auditórios durante os três dias do evento. Foram centenas de escritores, e cerca de 25 cidades sergipanas enviaram alunos e professores. Tudo isso sem falar nos mais de dois mil livros que foram comercializados.

Este ano, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Ana Amélia, o evento agigantou-se e, de sexta-feira passada, do dia 20 de outubro até domingo passado, a IV Bienal do Livro de Itabaiana recebeu, no Shopping Peixoto, um público estimado em mais de 50 mil pessoas de todas as idades e de todos os cantos do nosso Estado, além fronteira. Foram inscritos quase 500 escritores, com idades que variaram de 7 a 70 anos.

E trago aqui, Senadora Ana Amélia, um exemplo do mais jovem escritor, Danilo Nascimento Crescêncio, escritor de 7 anos de idade, que tive o privilégio de conhecer e de ler com ele o seu livro que fala exatamente as letras de A a Z.

Gente de todas as idades vindos de todos os cantos do País, como eu já disse, além da Espanha, do Uruguai, e da Colômbia, enfim. Importante, entretanto, enfatizar que a Bienal valoriza, sobretudo, o escritor da terra, e é ele o centro das atenções desde a primeira edição.

Essa Bienal foi, sem sombra de dúvida, uma oportunidade ímpar para o resgate de diversas manifestações culturais, com apresentações folclóricas, bandas marciais, sinfônicas, além de apresentações musicais de diversos estilos, abrindo oportunidade para que artistas da nossa terra mostrassem o seu talento em três palcos simultâneos.

Houve *stands* de Municípios sergipanos, divulgando o que o lugar tem de melhor – a exemplo do Município de Carira, em cujo *stand* o escritor João Hélio de Almeida mostrou seu livro e o povo daquela cidade mostrou toda a sua cultura e todo o seu folclore –, comidas típicas, artistas plásticos, cartunistas, uma área inteira dedicada às crianças, a grupos teatrais e de dança. Tudo isso, além de presenças ilustres, a exemplo do jornalista sergipano Ancelmo Gois.

Sr<sup>a</sup> Presidente, colegas Senadores, para que os senhores possam sentir a dimensão do caldeirão cultural que se formou na minha cidade, Itabaiana, nesses três dias, vou falar resumidamente o que aconteceu em cada um deles.

Na sexta-feira, houve a abertura dos *stands*, da feira cultural e a entrega do Troféu Falcão de Ouro, quando 31 personalidades e entidades foram homenageadas com o prêmio. Entretanto, nesse dia, também tiveram início as apresentações musicais, e Bob Lelis chegou à Bienal com a Rural do Forró.

No dia seguinte, sábado, aconteceu a exposição e o desfile de carros antigos, numa homenagem a Zé da Baleia, o maior colecionador de carros antigos de Sergipe. O jornalista Ancelmo Gois, que é sergipano de Frei Paulo, Município vizinho a Itabaiana, e colunista do jornal *O Globo*, realizou um brilhante *talk show*, com o tema – abre aspas – "O atual momento da comunicação no mundo na era das mídias sociais" – fecha aspas. Além de pertinente, sua análise foi bastante profunda e esclarecedora.

No domingo, último dia da Bienal, a programação teve início no loteamento Luiz Gonzaga, onde aconteceu o café da manhã com os escritores e também a entrega do monumento ao livro. Já à tarde, o evento prosseguiu e contou com a apresentação do ilusionista Pedro Guaraná, que encantou a todos os presentes. No início da noite, quem se apresentou e abrilhantou ainda mais a Bienal foi o cantor George Sants, participante do programa *The Voice Brasil*, da Rede Globo.



Aliado a tudo que mencionei, Sr<sup>a</sup> Presidente, colegas Senadores, houve diversos lançamentos de livros e sessão de autógrafos, e aqui não posso deixar de mencionar o lançamento do livro do ex-Governador Albano Franco – abre aspas – "*Artigos globais & outros esparsos*", do qual tive a honra de participar.

Também destaco, entre tantos outros livros, o livro que fala de um ilustre comerciante itabaianense, Elizeu de Oliveira, mais conhecido como Arrojado, do autor Carlos Mendonça e da autora Maria da Conceição Andrade Oliveira, filha de Arrojado.

A cada edição, a Bienal do Livro de Itabaiana torna-se maior e mais abrangente, contemplando, além da literatura, diversas outras áreas artísticas e culturais, dando vez e voz aos artistas da nossa terra.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Ana Amélia, digo, sem medo errar, que Sergipe tem jeito, sim. Somos, em essência, um povo dedicado e trabalhador, e nosso Estado tem grande potencial humano e natural. Tenho muita honra de pertencer a essa terra e de ser sergipano. Dessa forma, gostaria também de registrar que hoje é o Dia da Sergipanidade, data que marca o orgulho de um povo por sua cultura, por seus costumes e por suas tradições.

Para finalizar, quero parabenizar os idealizadores e organizadores do evento, a exemplo dos Três Mosqueteiros: Carlos Eloy, Honorino Júnior e Jamyson Machado, chamados, como já disse, de Três Mosqueteiros, que, junto aos curadores Jorge Carvalho, Domingos Pascoal de Melo e Antônio Saracura, colocaram Sergipe no mapa dos grandes eventos literários e culturais do nosso País.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Eduardo Amorim, porque precisamos, cada vez mais, falar não só da leitura, da cultura, mas também da feira do livro.

Essa agitação cultural, esse caldeirão cultural lá na sua cidade remete também ao fato de que, no nosso Estado, na cidade de Passo Fundo, também no interior, há a jornada de literatura, que já levou para lá pessoas muito, muito conhecidas da literatura não só do Brasil, mas também de outros países e também a feira do livro de Porto Alegre. Em muitos Municípios, essas feiras são ativadoras de uma cultura mais vigorosa em defesa da cultura brasileira, que é tão forte, especialmente na Região Nordeste. Mas nós gaúchos também temos uma cultura forte, com grandes autores – Érico Veríssimo, Tabajara Ruas e tantos outros – e com muitas obras transformadas em filmes. Então, também temos essa aliança em defesa da cultura.

Parabéns ao sucesso do que aconteceu lá na sua cidade.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Realmente foi um caldeirão cultural. Foi delicioso, foi muito bom estar lá e viver esse momento tão especial.

Que esse bom exemplo seja copiado por muitos outros cantos deste País, por diversas outras cidades! Ainda vale a pena, com certeza, ser amigo do livro, e o livro só tem a nos ensinar todos os dias. Senti isso lá, na IV Bienal do Livro.

Mais uma vez, parabênizo Jamyson Machado, Honorino Júnior e Carlos Eloy pela grande iniciativa, os chamados Três Mosqueteiros da Bienal de Itabaiana.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Eduardo Amorim!



Convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Ivo Cassol, do Progressista, de Rondônia.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É uma alegria, uma satisfação cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Ana Amélia.

Na sua pessoa, Senadora Ana Amélia, quero aqui mandar um abraço para todos os nossos amigos dos quatro cantos do Estado de Rondônia, mas também quero cumprimentar aqui todos os gaúchos dos quatro cantos do Rio Grande do Sul, os catarinenses, os paranaenses, os paulistas, os mineiros, os cariocas, enfim, todo mundo que está nos assistindo e nos acompanhando pela TV Senado. Agradeço o carinho especial que essas pessoas têm pela gente. Tenho certeza absoluta de que, sempre que vão à igreja ou mesmo em casa, nas suas orações, Senadora Ana Amélia, elas estão sempre orando pela gente. Muitas das vezes, as pessoas perdem a credibilidade, perdem a confiança e, acima de tudo, perdem a fé. Se há algo que eu nunca perdi foi a fé. Por isso, graças a Deus, naqueles momentos em que parece que nada se sustenta, que nada fica, que tudo se derrete, vem o nosso Pai Celestial, com uma mão, puxa e deixa a gente cada vez mais forte. Não há nada que a gente faça, não há dinheiro que pague, a não ser o nosso trabalho, o nosso sacrifício, para poder ajudar as pessoas necessitadas, as pessoas mais humildes, mais simples, nos quatro cantos deste País, especialmente no meu Estado de Rondônia.

Hoje cedo, Senadora Ana Amélia, tivemos uma audiência pública com o Secretário Nacional da Pesca, e ele tentou, de todas as maneiras, atender todas as reivindicações e dar respostas às perguntas feitas, mas, infelizmente, agora, com essas mudanças do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a situação fica difícil para a Secretaria da Pesca.

Estavam lá presentes também o Senador Raupp, o Deputado Estadual Luiz Cláudio, o Senador Moka, o Senador Wellington Fagundes e tantos outros. E, mesmo com a situação difícil em que se encontra a Secretaria da Pesca, já que não tem estrutura, pedimos que esta faça parceria com as EMATERs – a exemplo do meu Estado de Rondônia –, que são uma instituição firme, forte, de pessoas competentes, que querem fazer o melhor para o agricultor, para que possam liberar as licenças, que possam fazer as fiscalizações, que possam liberar o transporte de ida e vinda de todos os produtos da piscicultura, uma vez que o Estado de Rondônia é um dos maiores Estados da Federação em piscicultura em cativeiro.

Estive agora há pouco com o Secretário de Obras de Ariquemes, Edson Ker, com vereadores de lá, de Alto Alegre e de tantos outros lugares e fui informado de que, na verdade, só um produtor de peixe da cidade de Ariquemes tem mais de 300 hectares de lâmina de água. Portanto, é motivo de alegria e satisfação.

Mas também tivemos a satisfação de ter, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na nossa comissão, a presença do Presidente da Eletrobras, Rondônia, Luiz Marcelo, acompanhado do seu Diretor Financeiro, o Pio, como assim é conhecido, e também acompanhado do Sr. Efrain, que é o Diretor de Gestão de Rondônia e Acre, quando trouxe boas notícias para a população do Estado de Rondônia.

Há poucos dias, eu fiz um vídeo divulgando, nos quatro cantos do Estado de Rondônia, a expectativa do povo da 429, de Presidente Médici a Alvorada, de Alvorada a São Miguel, de São



Miguel a Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, para a linha de transmissão, para levar energia àquele povo, pois a cidade de Alvorada, próxima a Ji-Paraná, ainda depende de energia a motor.

Não é diferente também da população de Machadinho. Por mais que, em breve, tenhamos o leilão da Usina Hidrelétrica, de 2 de abril, com 360 megas, a cidade carece de energia de motor, a população precisa de energia, e essa licitação também está neste pacote que, nos próximos dias, será encaminhado aos quatro cantos do Estado de Rondônia e do Brasil.

Além disso tudo, a região de Cujubim também precisa ser atendida. Essa linha de transmissão, na região de Machadinho, Senadora Ana Amélia, saindo de Jaru, passa por Theobroma, por Arari e vai por Machadinho. Ao mesmo tempo, uma linha de transmissão, saindo de Ariquemes, vai para Monte Negro, Campo Novo e para a cidade de Buritis.

E o que mais pesa sobre isso tudo é a maneira que a população da Ponta do Abunã, como é conhecida – lá perto do Acre, no Estado de Rondônia –, vê a rede de energia elétrica. Está há mais de 15 anos, 16 anos, Senadora Ana Amélia, passando por cima da cabeça de todo mundo, e o povo embaixo sem sequer uma lamparina para acender, a não ser lamparina a diesel ou a querosene ou a gasolina – mas a gasolina explode, então não pode.

Ao mesmo tempo, essa linha de transmissão podia dar conforto para Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia, longe 180km de Rio Branco. O governo do PT – do Lula, da Dilma – poderia ter feito uma subestação, e, infelizmente, não teve competência, não teve coragem e, ainda por cima, mudou a regulamentação, esculhambando e arrebrandando o setor energético no Brasil.

Então, a vocês lá da Ponta do Abunã, da região de Machadinho, de Buritis, da 429, meus amigos e minhas amigas dos quatro cantos, eu digo: agora a Eletrobras já publicou os editais. São mais de R\$500 milhões. Os projetos já estão prontos, as obras estão sendo licitadas.

Se Deus quiser, Senadora Ana Amélia, em breve nós estaremos com esses Municípios interligados, e o Brasil vai economizar um valor extraordinário com consumo e queima do diesel, contribuindo com a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, com energia limpa e de qualidade.

Os Municípios de Theobroma, Vale do Anari, Monte Negro e Campo Novo, que têm energia de 34, com a rede 69 ou a rede 138 vão ter mais segurança e mais garantia. Portanto, está em processo de licitação.

Com a presença dos diretores da Eletrobras de Rondônia hoje, também foi colocado – e a população de Rondônia acompanhou – que nos próximos dias nós vamos ter a concorrência pública, a licitação do Luz para Todos. Essa integração de todos os produtores seria feita nacionalmente. Hoje em Rondônia há mais de 18 mil famílias precisando de energia.

Hoje tivemos uma boa notícia em um trabalho que a gente fez em conjunto com o Senador Raupp e com o Deputado Luiz Cláudio. Graças a Deus, esse trabalho está dando frutos. A Eletrobras está licitando e, nos próximos dias, vai colocar na praça, para que esse serviço possa ser contratado até o final do ano e comece 2018 atendendo praticamente a quase 5 mil famílias – em 2019, mais 5 mil famílias. É um total de R\$142 milhões.

Só na região de Cacoal, que abrange Alta Floresta, Brasilândia, Rolim de Moura, serão mais de 2 mil residências, mais de 2 mil casas, mais de 2 mil ligações de energia para todos. Isso, além de trazer conforto para os nossos agricultores, vai segurar os filhos dos nossos agricultores lá no campo.



E esses agricultores, que sonhavam um dia com água gelada, que sonhavam um dia com energia elétrica, que sonhavam um dia com televisão lá no sítio para assistir ao jornal, para assistir à TV Senado, para assistir a algum filme, agora, em breve, se Deus quiser, vão começar a ter esse conforto e uma qualidade de vida melhor.

É um trabalho que nós estamos fazendo aqui no Senado Federal. Por incrível que pareça, há alguns políticos que ainda falam que aqui nós não fazemos nada. Ou, de repente, alguém diz que não estamos fazendo quase nada.

Eu até recebo as críticas, porque críticas são construtivas. Mas quero deixar bem claro: se há alguém que se preocupa com o povo do meu Estado de Rondônia, com certeza é o Senador do povo, o Senador Ivo Cassol.

Da mesma maneira, ninguém lá no Rio Grande do Sul pode dizer que a Senadora Ana Amélia não está aqui 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês, 365 dias por ano defendendo esses gaúchos, para que possam ter uma qualidade de vida melhor, para que possam sair da crise que o Estado enfrenta.

E não é diferente do Estado de Rondônia.

Então, hoje, com certeza, muitos políticos que sequer levantaram uma pena ou levantaram um guarda-sol para ajudar vão querer aproveitar carona nesses benefícios que fizemos em conjunto com a Eletrobras. É normal isso. Mas o que não se pode esconder é que o Senador Ivo Cassol e que o Senador Raupp não estão correndo atrás. Estamos correndo atrás, sim, porque eu sei o que é ter energia e não ter energia.

E aqui um exemplo, Senadora Ana Amélia: cobre hoje. E quero mandar um abraço para o Prefeito de Alta Floresta, Carlos, e para o Prefeito de Alto Alegre, Marcão. Os vereadores, como o Zezão e outros, estavam hoje aqui.

Na verdade, o Município de Alta Floresta d'Oeste, em Rondônia, tem sete PCHs. E com as sete PCHs que existem dentro da cidade de Alta Floresta, no Município de Alta Floresta, o Município parece que tem energia à vontade, sobrando. Mas, infelizmente, o sistema que está lá ligado hoje vive deixando o povo de Alta Floresta no escuro. Por quê? Porque falta simplesmente fazer uma rede de 69, de nove quilômetros. Se fosse minha responsabilidade, com certeza eu faria. Quem dá o ponto de conexão é a Eletrobras. Quem dá o ponto de distribuição e quem tem a distribuição é a Eletrobras. No nosso caso, é só PCH.

Então, cobre isso hoje tanto do Diretor de Gestão, Efrain, como do Presidente Luiz Marcelo, que estavam conosco, para que possam, em breve, liberar os recursos – com o Presidente da Eletrobras do Rio de Janeiro, com o Ministério de Minas e Energia – para interligar esses nove quilômetros.

Aí, sim, em vez de haver uma rede de baixa qualidade, como existe hoje, que vem de Rolim de Moura, que vem da PCH de Santa Lucia, que vem de Parecis ou de uma PCH pequena, vai haver uma rede de 69, com proteção de raio, qualidade e segurança de energia para aquela população.

Está tramitando na Justiça do Município de Alta Floresta uma ação de bloqueio de parte do pagamento dessa energia, para que isso fique no Município de Alta Floresta e sejam feitos esses investimentos.

Então, é isto que buscamos: buscamos e trabalhamos para dar qualidade de vida, buscamos e trabalhamos para trazer dias melhores – é um trabalho de todos.



Aqui nos prestigia, neste instante, o Deputado Federal Garçon, Deputado pelo nosso Estado de Rondônia. Foi meu Secretário Adjunto de Ação Social, parceiro também de todas as horas, que sabe a importância que nós tivemos – tanto eu como o Deputado Luiz Cláudio – para liberar os recursos lá de Porto Velho, do Trevo do Roque, das obras que estão sendo feitas.

Garçon, na administração passada, do Prefeito Roberto Sobrinho, infelizmente, o gato comeu o dinheiro. Parte do dinheiro sumiu. Pagaram uma obra que não foi executada.

O DNIT, depois, na administração do ex-prefeito da cidade, não deu conta também de dar continuidade àquelas obras do Trevo do Roque e às marginais; ao Caracol; ao aterro do João Paulo II, que precisa ser feito; e às demais obras que devem ser feitas.

Mas nos dedicamos diuturnamente.

E aqui eu quero fazer um agradecimento ao Deputado Luiz Cláudio. Por que ao Deputado Luiz Cláudio? Porque o PR tem a administração e a gestão no DNIT. Da mesma maneira, na Agricultura, nós temos o Ministro Blairo Maggi.

Então, quanto mais temos a participação de todos os Parlamentares – cada um na sua área, unidos em um só propósito e um resultado –, com certeza, Garçon, quem ganha é a sociedade. Que beleza estão ficando o comércio e as empresas nas marginais da BR-364, dentro de Porto Velho, Senadora Ana Amélia! É isso que a gente tem buscado. E, graças a Deus, a população está colhendo esse resultado positivo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero também lembrar que todo esse trabalho, além disso tudo... Com o Luz para Todos, lá no Distrito de Rio Pardo, Garçon, aquele povo também vai ser beneficiado. Não é muito, são 700 famílias. Para quem não tinha nada até ontem, 700 ligações já contribuem – posteriormente, com certeza, haverá muito mais.

Eu queria aqui agradecer, Senadora Ana Amélia, pela oportunidade e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estamos juntos aqui para resgatar a credibilidade, resgatar a confiança. Quero dizer ao povo brasileiro: eu sei que muita gente está desacreditada com a classe política. Não estou aqui pedindo que voltem a acreditar. Mas há muita gente boa que quer fazer e está fazendo a diferença.

Portanto, aqueles que têm culpa no cartório... Cada um responde pelo seu CPF. Ao mesmo tempo, nós temos obrigação aqui, nesta Casa, de continuar trabalhando por um Brasil cada vez melhor.

Portanto, como Senador da República...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu sou um Senador que, junto aos 80 Senadores – comigo, 81 –, vai lutar para resgatar a credibilidade, resgatar a confiança e trabalhar pela população. É isso que tenho feito até hoje.

Por isso, aqui, no plenário desta Casa, eu quero mais uma vez agradecer a Deus por tudo que tem providenciado nos meus dias, no meu trabalho e na minha vida. Com certeza, sem Ele eu não seria ninguém.



Peço novamente a todos os amigos e às amigas que sempre continuem colocando o meu nome, o nome da minha família e o de todas as autoridades nas suas orações, na igreja ou em casa, para que Deus continue nos abençoando, iluminando e dando saúde e paz. Do resto, nós corremos atrás.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Ivo Cassol.

Essa questão da energia é como a da água. Aqui em Brasília, nós estamos vivendo hoje a escassez da água e o racionamento. Então, a gente só valoriza esse serviço fundamental quando ele escasseia. A energia é um deles.

No meu Estado – o senhor conhece bem o Rio Grande – há Municípios, Senador, em que a energia é monofásica. Como é que um tirador de leite vai poder armazenar o seu produto ou preparar os seus produtos agroindustriais, os salames, os seus produtos alimentícios para vender no Município se não houver energia suficiente? A energia também é a comunicação pela internet, a comunicação que o torna conectado com o mundo, com o conhecimento, com a informação, com o desenvolvimento. Então, a energia é fundamental.

Lá no Rio Grande do Sul, as cooperativas de eletrificação rural têm um papel extraordinário, porque estão operando nas áreas em que as grandes empresas não têm interesse. É o chamado *filé mignon*. Todo mundo só quer o *filé mignon*. Mas a área rural, Senador, é a área mais difícil, e elas têm trabalhado intensamente. E a qualidade do serviço, avaliada pelo recebedor do serviço, é das melhores possíveis.

Então, acho que a Aneel devia ter uma política especial nesse caso. E o Luz para Todos é um projeto relevante para levar energia a todos os rincões do Brasil, inclusive do meu Estado, que é considerado um Estado muito desenvolvido, mas tem deficiências, tanto quanto a sua Alta Floresta, lá em Rondônia.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Estamos juntos e misturados, como diz o ditado, para atender a essas demandas da população brasileira.

Um abraço.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, no caso político, também separar o joio do trigo.

Nós temos uma Ordem do Dia, e o Presidente Eunício Oliveira, seguramente, estará aqui a partir das 16 horas para presidi-la.

Não havendo mais oradores inscritos, está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 15 horas e 32 minutos, e reaberta às 15 horas e 54 minutos sob a Presidência da Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está reaberta a presente sessão, com a presença de Senadores e Senadoras no plenário da Casa.

De imediato, passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,





caras senhoras e caros senhores, população brasileira que nos acompanha pelos diversos meios de comunicação do Senado Federal, na última sexta-feira, com muita honra e com muita emoção, participei da ação mundial de volta à escola, integrada no Brasil por um seleto grupo de cinco pessoas: eu, o Deputado Federal, da Bahia também, Bacelar, a Senadora Fátima Bezerra, em Natal, o coordenador da Campanha pelo Direito à Educação, Daniel Cara, em São Paulo, e a cientista política Tânia Dornellas, em Brasília.

Visitamos nossas escolas ou comunidades educacionais de origem, para debater com os estudantes a situação de vulnerabilidade social de 100 milhões de crianças em todo o mundo.

Essa primeira atividade da campanha mundial 100 Milhões por 100 Milhões é uma iniciativa do ativista indiano Kailash Satyarthi. Ele libertou mais de 80 mil crianças de diversas formas de escravidão e promoveu sua reintegração, reabilitação e educação e, em 2014, ganhou o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com a jovem paquistanesa Malala Yousafzai.

Ele conta que tudo começou com a história da garotinha Devli, que, desde muito pequena, foi submetida a uma situação de extrema exploração, violência e pobreza em uma pedreira na Índia. Ela e seus pais trabalhavam todos os dias, até a exaustão, quebrando pedras. Aos oito anos, fragilizada, a pequena foi resgatada por Kailash naquela situação de trabalho forçado. Ainda no carro, minutos depois do resgate, ela olhou nos olhos do Nobel da Paz e perguntou: "Por que você não chegou antes?". Essa pergunta, segundo ele, até hoje o faz tremer e é o que o tem movido a fazer um chamamento aos cidadãos de todo o mundo para se mobilizarem contra todas as formas de violência a que são submetidas crianças e adolescentes.

Eu voltei ao Catu. A cidade de Catu, que fica a menos de 100km de Salvador, é a cidade dos meus pais e dos meus avós. Foi muito emocionante mesmo reviver a minha infância naquela cidade, onde eu passava o meu tempo todo de férias com meus avós, já que estudava em Alagoinhas.

A minha família por parte de mãe é uma família de educadores. Há diversas escolas na cidade com o nome de meus tios, todos eles educadores. Por coincidência, buscamos uma das escolas com o número maior de alunos e encontramos a Escola Gilberto da Mata, que vem a ser um dos meus tios educadores. Foi educador e diretor da Faculdade de Agronomia durante muitos anos, na Bahia. Essa faculdade deu origem, hoje, à Universidade Federal do Recôncavo.

O encontro com os estudantes foi uma coisa maravilhosa, indescritível. Para mim, foi uma surpresa e uma emoção ver o quanto aqueles meninos de 10, 11, 12, 13 até 14 anos se envolveram naquele episódio, naquela ação. No dia anterior, a minha assessoria foi à escola para verificar se tudo estava certo e encontrou uma senhora jovem, baixinha como eu, lavando a escola. Dirigiram-se a ela para saber se eles poderiam falar com a diretora, e aí a Prof. Meire olhou para eles e disse: "Eu sou a diretora". Ela estava – a diretora – com algumas auxiliares da escola e professoras lavando a escola e preparando-a para nos receber. Esse é o espírito que move, portanto, professores, diretores de escola e alunado, quando são estimulados a discutir a sua própria escola.

O orgulho daquelas professoras, quando eu terminei o debate – a conversa – com os meninos e meninas, de que eu pudesse dizer o nome delas todas. A fotografia disputada por todas as professoras da escola comigo e com os alunos para poderem entrar nesta divulgação dos 100 milhões por 100 milhões – essa ação de revigorar a escola pública e mobilizar pessoas, políticos, personalidades da sociedade e, principalmente, os educadores para esse reencontro da escola e para a ideia de como aquelas crianças poderiam participar. Muitas delas me perguntavam isto: "Como nós podemos



continuar contribuindo, continuar ajudando esta campanha?”. E foi, portanto, para mim, indispensável, hoje, ter vivido essa experiência.

Nós, Parlamentares, juntamente com gestores da educação e professores, procuramos nos conectar a milhares de escolas do mundo inteiro, cujos estudantes estão aprendendo justamente sobre os 100 milhões de crianças e adolescentes que têm violados os seus direitos de serem livres, de estarem seguros e de irem à escola.

Também pretendemos ser agentes de transformação incentivando os estudantes da localidade onde estudamos a se tornarem cidadãos mais ativos, compartilhando suas paixões e ideais por um mundo melhor.

No Brasil, 2,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, ainda estão fora da escola, segundo o PNAD, de 2015. Aqui o trabalho infantil é proibido pela Constituição Federal de 1988, e, ainda assim, 2,7 milhões de crianças e jovens estão em situação de trabalho, também de acordo com o PNAD.

Em termos mundiais, são mais de 100 milhões de crianças que, assim como a pequena Devli, ainda vivem em situação de extrema pobreza, sem acesso à saúde, à educação e à alimentação, em situação de trabalho infantil e completa insegurança.

É uma situação desumana e inaceitável, um crime contra o futuro de nossa própria humanidade e do nosso Planeta, e é por essa razão que o Nobel clama por urgência com a iniciativa global dos 100 milhões por 100 milhões.

Aqui no Brasil, Kailash convidou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem, entre os seus dirigentes, os professores Daniel Cara, Maria Rehder e Tânia Dornellas.

Atividades têm sido desenvolvidas em parcerias com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FNPETI).

Em junho passado, o Presidente do Senado, Senador Eunício, eu e alguns Senadores assinamos o compromisso de nos engajar nesta campanha e, na sexta-feira passada, pudemos dar esse primeiro passo. Eu, lá na cidade baiana de Catu, que volto a dizer, com muita emoção, uma cidade de que tenho o título de cidadã dado pela Câmara de Vereadores, mas da qual sou cidadã desde sempre, desde a minha mais tenra infância, porque lá aprendi com meus avós e com minha as minhas tias, especialmente minha tia Celeste, professora dedicadíssima, a importância da educação para o nosso futuro.

Agradeço, portanto, a indicação, o honroso convite para compor esse seleto grupo que retornou à escola nessa data. E, como uma das Senadoras que coordenam a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente no Senado Federal, me deu uma satisfação especial participar dessa ação nesse momento.

Nesse dia, pudemos nos unir a esse grande mensageiro que é o Prêmio Nobel da Paz de 2014 e mobilizar nossas comunidades em defesa das crianças. Ser uma das 100 milhões de pessoas a abraçar a iniciativa criada por Kailash e ajudar a alertar para a necessidade, urgência e importância de se salvar uma, duas, centenas e milhares de crianças em todo o mundo foi algo muito especial. E mais especial ainda sentir aquelas criancinhas, algumas muito pequenininhas, se levantarem para responderem quando eu lhes perguntava: qual é mesmo o seu direito no Estatuto da Criança e do Adolescente? Elas respondiam, disputando um com os outros: o direito à comida, o direito à moradia, o direito à educação, o direito à saúde, o direito a poder brincar, o direito ao lazer. E



alguns: o direito à dignidade. Para mim foi uma surpresa ver como o Estatuto da Criança, que, às vezes, é tão combatido em fóruns, até como no Congresso Nacional, está sendo entendido de forma tão direta, tão espontânea e tão verdadeira pelas crianças brasileiras, que se tornarão, portanto, a partir desse conhecimento, os seus maiores defensores, especialmente, Senadora Presidente, neste momento, após participar hoje pela manhã da audiência pública na CCJ, onde discutimos a PEC que tenta reduzir a maioria penal. Isso me dá mais certeza ainda de que temos que investir cada vez mais no fortalecimento da escola pública – da disposição, nesta idade, de a criança se vincular à escola –; em programas sociais de inclusão da criança e do adolescente; no combate à ideia de que o adolescente é um motor da violência no País; e no entendimento de que ele é a grande vítima da violência. Os governos precisam entender que é necessário investir na educação, combater o trabalho infantil no nosso País...

Aliás, aproveito para saudar o resultado da denúncia e da luta que fizemos na semana passada para sustar a portaria do Governo Federal que conciliava com o trabalho escravo no nosso País e levantar a voz em defesa de que nós possamos eliminar, erradicar o trabalho infantil no Brasil.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Parabenizo a Senadora Lídice da Mata pelo seu pronunciamento e a convido para ocupar a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

*(A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Para usar da palavra, convido a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta Lídice da Mata, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, quem nos acompanha pela TV Senado, também pela Rádio Senado e pelas redes sociais, eu cheguei há pouco de Ipatinga, Minas Gerais, Senadora Lídice, onde fui acompanhar o Presidente Lula na abertura da sua segunda caravana pelo Brasil.

O Presidente Lula está fazendo agora a caravana por Minas Gerais. E começou pela cidade de Ipatinga, ontem, com um bonito ato de recepção em defesa da soberania nacional, que foi dado a ele, na Praça dos Três Poderes. Foi um ato muito significativo, em que o povo de Ipatinga recebeu o Presidente Lula. E várias lideranças políticas e sociais estiveram lá, em defesa da soberania brasileira.

Depois de Ipatinga, Senadora Lídice, o Presidente Lula hoje se deslocou para Governador Valadares, onde visitou um viveiro de mudas do MST. Em Governador Valadares também, fez uma visita à Bacia do Rio Doce, na Feira da Paz. E, agora no final da tarde, estará em Teófilo Otoni, visitando a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. À noite, fará um ato em defesa da educação.

Na quarta-feira, Senadora Lídice, o Presidente Lula estará na ponte do Rio Itinga, uma ponte que ele realizou no seu mandato. No final da tarde, vai estar em Araguaí, num ato cultural do Médio Jequitinhonha.



Na quinta-feira, o Presidente Lula visitará, em Araçuaí, o *campus* de Araçuaí do Instituto Federal de Minas Gerais. Depois, segue para Salinas, para visitar o outro *campus* do Instituto Federal, em Salinas. E fará uma visita, no meio da tarde, ao centro de Salinas.

No dia 27, estará em Montes Claros. Visitará o complexo industrial de Montes Claros. Depois, no final da tarde, fará um ato público pelo desenvolvimento regional no Município.

No sábado, ele visitará o projeto de irrigação por gotejamento da Aspropen.

Depois, seguirá para o Município de Bocaiuva e fará um ato em defesa da agricultura familiar.

Posteriormente, em Diamantina, fará um ato cultural no Alto do Jequitinhonha.

No domingo, o Presidente Lula vai ter uma reunião com os reitores das universidades e dos institutos federais do Vale do Jequitinhonha. Depois, ele seguirá para Cordisburgo, onde terá uma recepção com a Folia de Reis e Congado. No final da tarde, em Cordisburgo, ele visitará o Museu Casa Guimarães Rosa.

E encerrará sua caravana no dia 30, em Belo Horizonte, em um grande ato de encerramento na Praça da Estação ou da Liberdade.

Por que eu fiz questão aqui, Senadora Lídice, de ler a agenda que o Presidente Lula está fazendo em Minas Gerais? Para que as pessoas que estão nos ouvindo saibam o que ele vai visitar, onde ele vai estar, com quem ele vai falar. E eu aqui me atrevo a dizer que há poucos líderes nacionais no Brasil, hoje, que fazem uma agenda como esta que o Presidente Lula está fazendo: que vai à praça pública, que vai à universidade, que vai visitar um canteiro de mudas, que vai conversar com as pessoas em uma ponte, que vai visitar as obras que foram realizadas.

E ontem ele, ao falar em um evento na Praça dos Três Poderes em Ipatinga, disse assim: "Esta caravana eu faço exatamente para fazer uma medição da realidade; uma medição da realidade brasileira nos Estados. Eu quero saber como está Minas depois que o PT deixou de governar o Brasil. Quero saber do povo mineiro se a qualidade de vida melhorou, se as obras continuaram, se as universidades estão melhores, se a gente tem mais programas em benefício da população." É essa medição que o Presidente Lula está fazendo.

Lula já fez várias caravanas pelo Brasil. Na década de 70, ele fez caravanas para falar do novo sindicalismo. Na década de 80, fez caravanas para construir o PT. Na década de 90, fez duas caravanas: a primeira para visitar e conhecer o Brasil e também para fazer o seu programa de governo; e a segunda para revisitar esses locais. Durante o seu governo, o Presidente Lula nunca – nunca! – deixou de andar e visitar o Brasil.

Acho que o Presidente Lula leva muito a sério aquele ditado que diz que "a sua cabeça dá importância a onde seus pés pisam". Portanto, ele é um Presidente do povo. Ele pisa a rua, ele pisa os lugares onde o povo vive, ele pisa as escolas, ele pisa os hospitais. É assim a vida do Presidente Lula. Por isso, quando ele governou, sabia para quem governava. Ele conhecia o Brasil. Ele sabia do drama e da dor do povo brasileiro.

Infelizmente, quem está governando hoje, que deu o golpe em cima da Presidenta Dilma, não sai das salas com ar-condicionado, não sai dos palácios. Não sai também dos lugares onde se reúne a elite brasileira. Não conhece o povo.

O atual Presidente em exercício não vai para uma universidade, não vai pisar uma praça pública, não vai para um canteiro de mudas do MST, não conhece a realidade da agricultura brasileira. Duvido que o Ministro da Fazenda, que diz que está consertando o País, visite os rincões



do Brasil. Não sabe o que é pobreza. Nunca pisou uma vila pobre de uma cidade, nunca visitou um Estado mais pobre, onde as pessoas vivem e onde sentem realmente o que a economia faz com elas – a economia desses senhores, que se dizem graduados, inteligentes e prósperos.

Então, o Presidente Lula faz isso exatamente para mostrar para o Brasil que o País pode ser diferente, já foi governado de maneira diferente, e que quem o governou conhecia a realidade do povo.

Como pode hoje haver um Governo que recoloca o trabalho escravo como prioridade das suas ações? Se não fosse a suspensão agora do Supremo Tribunal Federal, estaríamos nós submetidos de novo a trabalho análogo ao de escravo.

Como pode haver um Governo que vai fazer um leilão, na sexta-feira, dos poços do pré-sal, da Petrobras, e abre mão de ter a maioria da exploração? Antes, eram 60% da exploração dos poços, agora isso caiu para 40%. Mas, pior do que isso, está impondo, está colocando uma medida provisória nesta Casa para que as empresas estrangeiras não paguem Imposto de Importação.

Vão explorar o nosso pré-sal, extremamente produtivo – o Presidente da Petrobras chegou a afirmar que, se o preço do barril do petróleo for menos de US\$30, ainda assim o pré-sal é produtivo –, e vamos abrir mão do Imposto de Importação dos equipamentos para trazer para a exploração.

Acabaram com a indústria nacional, essa mesma gente que dizia que o pré-sal era inviável, que o pré-sal era muito caro.

Hoje o custo de exploração do pré-sal é de US\$8 por barril. Para vocês terem uma ideia: na Arábia Saudita, onde o petróleo quase sai borbulhando do chão, é US\$6.

Nós temos tecnologia, mas estão entregando a tecnologia! Que tipo de governo é esse? Que tipo de gente é essa, que não tem nenhum amor por seu País? Vai entregar o petróleo do pré-sal assim e ainda vai deixar as empresas estrangeiras não pagar imposto? São 14 empresas estrangeiras que estão aqui, todas com olhos muito gordos em cima dessa licitação que vai acontecer na sexta-feira.

Pois bem, é desse Governo que estamos falando, desse Governo que fez uma reforma trabalhista para tirar direito dos trabalhadores; desse Governo que quer fazer uma reforma da previdência para tirar direito dos mais pobres, daqueles do Regime Geral de Previdência, que ganham até cinco salários; desse Governo que está desmontando a educação.

O Presidente Lula está visitando as universidades, e o que ele mais ouve é que as universidades não têm condições de se manter, Senadora Lídice, não têm condições de pagar o básico, vão fechar as portas. E o que o Governo quer com isso? Quer dizer que elas são inviáveis. Para quê? Para privatizar. Pudera, ele cortou mais de 60% das verbas da universidade!

Por que o Presidente Lula vai fazer um ato em defesa da agricultura familiar? Porque eles mandaram o Orçamento este ano cortando mais de 98% dos recursos para o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, que tanta sustentabilidade deu à nossa agricultura familiar; porque eles estão desmontando o Pronaf.

Ele foi visitar um canteiro de mudas do MST, porque parou a reforma agrária. Nós não temos mais assentamentos. Nós não temos mais a validação dos acampamentos que estavam já em vias de ser legalizados. O pessoal do MST é dos mais produtivos que nós temos; quando ocupam uma terra, produzem. Estão desmontando a pequena agricultura brasileira! É essa gente que está governando o Brasil.



É por isso que o Presidente faz caravanas – e tem de fazer. Nós temos que denunciar isso, dizer para as pessoas que elas têm de abrir seus olhos. Não é possível que esse Governo continue.

Sabem o que eles vão fazer agora? Perdoar 60% das dívidas relativas a crimes ambientais. Isso está hoje nos jornais. Para quê? Para que a Bancada ruralista vote a favor do Temer na quarta-feira. É uma vergonha! É um escândalo! Essa gente arrancou a Dilma da Presidência da República dizendo que ela tinha cometido um crime de responsabilidade fiscal. Hoje eles estão com o Orçamento estouradíssimo, não conseguem dar conta daquilo que é básico!

E esta Casa está falando o quê? Esta Casa ajudou a tirar a Dilma. Esta Casa, se não fizer alguma coisa, vai ser conivente com o desmonte da agricultura familiar, com o desmonte das nossas universidades, com a diminuição dos recursos para a educação, com a diminuição dos recursos para a saúde, com o desmonte da área de assistência social, com a volta da fome neste País, o que é uma vergonha – vergonha!

A fome é uma vergonha. Os senhores tinham que ter vergonha de ser Senadores em um País que tem fome. Como é que a gente fica aqui conversando, discutindo temas, enquanto uma parte da população passa fome? Não é possível isso! Será que V. Ex<sup>as</sup> precisam passar fome para entender do que nós estamos falando? Será que V. Ex<sup>as</sup> têm de deixar de comer três refeições ao dia ou será que V. Ex<sup>as</sup> têm que comer a ração do Doria, quem sabe, para saber o que significa a pobreza?

Por favor, andem na periferia deste Brasil, falem com as pessoas pobres, vejam o que está acontecendo. Não é possível! E não é possível ainda ver alguns Senadores aqui repetir o discurso ufanista da melhora da economia que eles estão fazendo no Governo. Está melhorando para quem? Para quem? Para o povo brasileiro não é. Uma economia com 15% de investimento em relação ao PIB não vai melhorar nunca. Nós não temos inflação, porque a economia está no chão. Fizemos uma depressão na economia.

Hoje há uma notícia no jornal de que os únicos empregos criados são para aqueles que têm nível superior ou que têm mais capacitação. Para quem não tem, não há emprego. Vou voltar a dizer: as pessoas estão passando fome, e o Governo está cortando o Bolsa Família. Essa gente tem o que na cabeça? Não é possível! E o Temer dando jantares para convencer os Deputados a votar a favor deles, voltando o trabalho escravo para que os ruralistas votem nele, perdoando dívidas de crimes ambientais, cortando o Orçamento.

O Lula tem que fazer muita caravana pelo Brasil. O Lula, quando governou este País; o PT, quando governou este País; nós fizemos muito pelo País. Acabamos com a fome e com a miséria, colocamos universidades para funcionar, institutos federais para funcionar, fizemos com que a educação básica melhorasse, fizemos infraestrutura no País.

Essa ponte de Itinga, em Minas Gerais – uma necessidade para unir a cidade – demorou quantos anos para ser feita? Teve que entrar um governo do PT para fazer. Quantas obras precisaram de um governo com visão democrática, progressista e popular?

E agora o que nós temos? Um governo que prega austeridade e austericídio, mas que tem o maior déficit orçamentário de todos os tempos. O maior déficit orçamentário!

Os nossos governos, Senadora Lídice, fizeram, por dez anos consecutivos, superávit primário. Isso mostra que tinham responsabilidade fiscal, e mesmo assim investiram e mesmo assim colocaram no social.



Que tipo de Governo é esse de quinta categoria? Que Ministério da Fazenda é esse, em que o Ministro pede ajuda para Deus? Ministro, tenha vergonha! V. Ex<sup>a</sup> está quebrando o País. V. Ex<sup>a</sup> está canalizando os recursos para pagar dívida e está tirando dinheiro dos programas sociais que dão comida aos pobres. Se quer ajuda de Deus, faça pelos que mais precisam, não pela elite deste País. Senão, não fale o santo nome de Deus em vão. Não é possível que a gente esteja vivendo esses dias no País. Eu quero lamentar aqui.

E quero parabenizar o Presidente Lula, quero parabenizar a militância do meu Partido, parabenizar os movimentos sociais, o MST, a CUT, as demais centrais sindicais, os sindicatos, o MTST, todos os movimentos sociais que estão resistindo, que estão indo para a rua e que estarão na rua na quarta-feira.

Nós teremos manifestações em várias partes do País, pedindo para que o Temer saia. É um escândalo um Presidente que está fazendo tudo isso, com as denúncias que tem, permanecer no cargo.

Ele governa para 300 Deputados na Câmara dos Deputados – 300 Deputados. O Brasil que se exploda, povo brasileiro que morra de fome, que fique desempregado. Mas ele cuida dos ruralistas, dos grandes empresários, dos ricos e dos 300 Deputados. Por isso a banca financeira o aplaude; a Rede Globo, que detonou o PT e a Dilma, o engole; e tudo continua para que a elite brasileira permaneça feliz. É uma vergonha! É uma vergonha!

Nós vamos estar nas ruas. Podem não ser milhões; serão milhares. Mas isso é um processo de acúmulo de força. E nós vamos estar na rua pedindo a saída do Temer e pedindo a volta da Dilma.

É uma vergonha que esse *impeachment* ainda não tenha sido anulado pelo Supremo Tribunal Federal. É uma vergonha que esse *impeachment* ainda não tenha sido revisto. Uma Presidenta foi arrancada do seu mandato.

Esse vai ser nosso papel. E na quarta-feira nós estaremos, com certeza, mobilizados com os movimentos sociais, sindical, em nome do Brasil.

Eu não poderia terminar, Sr. Presidente, e deixar de fazer aqui um registro. Nós tivemos uma decisão judicial muito importante hoje, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras. A segunda instância da Justiça de São Paulo deu ganho de causa à Ex-Ministra Eleonora Menicucci contra o ator pornô que a tinha processado e tinha pedido indenização a ela de R\$10 mil porque ela – vejam bem, senhores! – denunciou esse ator pornô por incitação ao estupro, incitação à cultura do estupro.

Sabe o que é que esse ator fez? Em um programa de TV, ele contou aos risos para o entrevistador que ele tinha tido relações sexuais com uma mulher – e especificou, com uma mãe de santo – desacordada. E que ela teria desacordado exatamente pela violência com que ele a segurou. E ele riu disso.

A Eleonora Menicucci era na época Ministra da Presidenta Dilma, Ministra da Secretaria Especial de Mulheres. Na função do seu cargo, ela fez uma denúncia e disse: "Esse ator pornô está incitando a cultura do estupro ao ir para um programa de televisão e rir, junto com o apresentador, de uma situação como essa, achar que é normal ter relação sexual com uma mulher desacordada."

Pois bem, o ator pornô processou a Ministra Eleonora, e ela perdeu em primeira instância. Aliás eu fico pensando o tipo de cabeça desse juiz que deu ganho de causa a esse ator pornô. Mas ela perdeu. E hoje foi julgado em segunda instância. E houve uma grande mobilização das mulheres em todo o Brasil em favor da Ex-Ministra Eleonora Menicucci. Aliás, na frente lá da Justiça em São



Paulo, houve uma manifestação das mulheres. E não é que o ator pornô apareceu lá com seus capangas e bateu em mulheres? Esse é o tipo de gente que nós temos, que dá conselho ao Ministro da Educação do Brasil.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É por isso que este País não pode ir bem. O Ministro da Educação se aconselha com um ator pornô que bate em mulheres e que incita a cultura do estupro.

Mas o fato é que a Ministra Eleonora venceu.

Eu queria, Ministra Eleonora, parabenizá-la por sua força, por sua garra, por sua determinação, e por representar nós, mulheres, nesse processo, porque ao fazer essa luta a senhora representou as mulheres do Brasil. E nós não nos calaremos! Nós não temos medo de juiz que tem cabeça misógina, nós não temos medo ator pornográfico, nós não temos medo de pastores ensandecidos, nem de padres ensandecidos que pregam a misoginia. Nós não temos medo. Nós temos coragem. Aliás, a coragem é um atributo feminino e, quando algo for feito contra uma de nós, nós nos levantaremos assim como nos levantamos para defender a Ministra Eleonora Menicucci.

Parabéns Ministra Eleonora Menicucci, parabéns a todas as mulheres brasileiras. Hoje nós tivemos uma vitória importantíssima em relação aos nossos direitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann, a Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Hélio José, do PROS do Distrito Federal.

Após, falarei eu, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, do Distrito Federal, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, Srs. ouvintes da Rádio e TV Senado, é com muita satisfação que venho aqui em nome da Liderança do PROS falar sobre a CPI da Previdência.

Depois de intenso trabalho, nobre Senador Lindbergh, quase nove meses de trabalho intenso, ontem a CPI da Previdência passou dez horas lendo o relatório que eu, como Relator da CPI da Previdência, apresentei depois de ouvirmos, nobre Presidente, Senador Reguffe, em mais de 31 audiências públicas, mais de 230 personalidades, seja do meio jurídico, do meio legislativo, do meio executivo ou da sociedade civil.

Ouvimos, para chegar a uma posição sobre o relatório da CPI da Previdência, autoridades, professores, cientistas, estudiosos, pessoas das várias matizes sociais e representantes do nosso País para que pudéssemos apresentar um relatório estudado, digno, embasado por todos, relatando a real situação da Seguridade Social em nosso País. Ontem foi um dia cansativo, mas a CPI fez sua parte: leu vírgula a vírgula, letra a letra, o relatório por dez horas seguidas na CPI da Previdência para que todos pudessem ter noção de todo esse relatório importante.

Faço rapidamente aqui, Sr. Presidente, uma apresentação do que foi colocado lá na nossa CPI da Previdência. Agora, o relatório segue para análise e vistas, por cinco dias, dos demais membros da





CPI, que podem apresentar emendas, aperfeiçoar o relatório que pretendemos votar nesses próximos cinco dias, até o dia 6 de novembro.

Uma breve apresentação, Sr. Presidente, sobre esse importante relatório da CPI da Previdência: após intenso trabalho legislativo, concluímos o relatório que sistematiza os principais pontos abordados no âmbito da CPI da Previdência Social (CPIPREV), que examinou com profundidade a contabilidade, as fontes de custeio, os benefícios e os aspectos controversos que envolvem a necessidade de recursos para o financiamento do sistema, especialmente do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

A instalação dessa CPI foi motivada pelo grande debate que aflorou na sociedade brasileira após a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que sustenta a ocorrência de déficit alarmante.

A Previdência Social é tema ainda muito pouco compreendido pela população, nobre Presidente, que desconhece o alcance estratégico de seus benefícios e, ao mesmo tempo, é sensível à desinformação. E, nesse sentido, assume relevo especial o papel da imprensa...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – ... e todos os seus canais de comunicação.

Nobre Senador Reguffe, são 20 minutos para a Liderança; eu não falarei só cinco minutos não. Eu estou aqui iniciando.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Hélio, Liderança são cinco minutos.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Não, são 20.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – São 20 minutos após a Ordem do Dia; antes da Ordem do Dia, são cinco minutos, de acordo com o Regimento.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Então, não vai dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Mas eu vou dar mais tempo para V. Ex<sup>a</sup>. Fique tranquilo.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Obrigado.

É interessante observar que, por mais que os meios de comunicação estejam disseminados no Brasil e no mundo, o acesso à educação previdenciária é quase inexistente.

A responsabilidade de transmitir informações, como, por exemplo, a importância da contribuição periódica e permanente para a Previdência Social, que é o meio eficaz para a garantia de seus direitos sociais, é negligenciada. E, quando existe, é pouco instrutiva e não dialoga com a realidade social e econômica do povo brasileiro.

Aumentar a proteção social é um desafio e deve ser encarado como prioridade por qualquer governo. São milhões os brasileiros desprotegidos que necessitam de um plano de inclusão previdenciária absolutamente sério, que não tenha como única premissa básicas contribuições individuais, mas solidárias e seletivas, que agreguem recursos para o financiamento de uma ampla e verdadeira seguridade social.

As garantias sociais de um povo são o maior fator de estabilidade econômica que se pode construir, pois amenizam as crises e criam as condições para que mais rapidamente elas sejam superadas.



Assim, é preocupante a tendência dominante de que a Previdência Social é um problema, quando, na verdade, é dela que surgem as melhores soluções para o desenvolvimento de uma nação forte economicamente.

Ao longo do relatório detalharemos o viés antissocial em que está fundamentada a reforma proposta pelo Governo, que apresenta como solução para o desequilíbrio das contas públicas a imposição de severo e amplo sacrifício social, cujo foco é o corte desumano de despesas, sacrificando nossos aposentados e futuros aposentados brasileiros.

Após 31 sessões de debates e audiências públicas que possibilitaram uma avaliação aprofundada da contabilidade previdenciária, é possível aferir que o maior e mais grave problema da Previdência Social decorre da vulnerabilidade e da fragilidade das fontes de custeio do sistema de seguridade social.

Não é admissível qualquer discussão sobre a ocorrência de eventual déficit ou a necessidade suplementar de financiamento sem a prévia correção das distorções afetas ao sistema.

Os casos emblemáticos de sonegação que recorrentemente são negligenciados por ausência de fiscalização e meios eficientes para sua efetivação são estarrecedores e representam um sumidouro de recursos de quase impossível recuperação, em face da legislação vigente.

Além disso, Sr. Presidente, a lei, em vez de premiar o bom contribuinte, premia a sonegação e até a apropriação indébita...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF)** – ... com programas de parcelamento de dívidas – o Refis – que qualquer cidadão endividado deste País gostaria de poder acessar.

Em uma outra direção, as desonerações, isenções, desvinculações de receitas próprias e vinculadas ao sistema de seguridade social fazem decrescer os recursos destinados à proteção social eficiente e culminam por gerar um déficit absolutamente artificial, quando considerados os recursos subtraídos.

Sr. Presidente Eunício Oliveira, com mais duas laudas eu concluo a apresentação.

Esta CPI tem 268 documentos recebidos, constituídos pelas mais diversas manifestações técnicas originadas dos diversos setores que formam o conjunto quadripartite de participação no sistema seguridade social...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF)** – .... trabalhadores e aposentados.

Sr. Presidente, só faltam duas laudas e eu concluo a apresentação.

Todas as posições foram relatadas e consideradas neste relatório, de tal forma que fatos não foram omitidos e que todos os interessados neste tema tenham à disposição ampla fonte de pesquisa para a formação de suas convicções.

Registre-se, ainda, numa outra perspectiva, que dados oficiais demonstram que, dos 5.570 Municípios brasileiros, cerca de 70% deles têm, do montante, repassado aos aposentados e demais beneficiários do RGPS um volume maior de recursos que o valor do Fundo de Participação dos Municípios. Além disso, em mais de 80% do total de Municípios, a verba originária da Previdência Social é superior à própria arrecadação municipal.



*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Está difícil.

Eu ia falar pela Liderança, pois achei que seriam 20 minutos, mas vou fazer o seguinte, Presidente: o senhor precisa iniciar a Ordem do Dia, não é isso? Eu vou me inscrever de novo, pela Liderança do PROS, para apresentar o relatório. Vou parar por aqui, porque o senhor está precisando do tempo, para abrir a Ordem do Dia. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não... É que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já foi. Eu dei mais quatro minutos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Já estava terminando. Faltam duas laudas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pode concluir, então. Pode concluir.

Na sequência, eu abro a Ordem do Dia.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Está certo, então.

Então, como falei, todas as posições foram relatadas e consideradas neste relatório, de tal forma que fatos não foram omitidos e que todos os interessados neste tema têm à disposição ampla fonte de pesquisa para a formação de suas convicções.

Eu estava falando que os Municípios brasileiros vivem, na sua maioria, por causa dos aposentados do RGPS. Além disso, em mais de 80% do total de Municípios, a verba originária da Previdência Social é superior à própria arrecadação municipal.

Não é possível perder a noção do significado econômico da Previdência Social e do impacto que medidas impensadas podem trazer de malefícios ao País, inclusive para a arrecadação federal e o equilíbrio das contas públicas ao longo do tempo.

Da mesma forma, é importante frisar que ficou demonstrado, ao longo dos nossos trabalhos, que os ajustes trazidos pelas reformas previdenciárias implementadas na Constituição Federal, a partir de 1993, levaram à estabilização das despesas, com o regime próprio dos servidores públicos federais, e que esta é a tendência que resultará até 2060, em uma diminuição desta despesa na sua relação percentual com o PIB.

Por fim, é importante ressaltar que os dados previdenciários são afetados pelo desempenho conjuntural da economia, que impacta sazonalmente a arrecadação das contribuições sociais. Trata-se, portanto, de variável provisória, que deve ser ponderada em qualquer análise de longo prazo, como é o caso das projeções elaboradas para cenários futuros.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu agradecimento especial aos incansáveis colaboradores, tanto do meu gabinete quanto do gabinete do Senador Paulo Paim e da própria CPI da Previdência.

As conclusões desse relatório eu falarei numa próxima oportunidade. Essa foi a apresentação inicial, que está à disposição de todos os Senadores na página da CPI da Previdência, que, nesses próximos cinco dias, irá votar esse importante relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou iniciar a Ordem do Dia, mas, antes, eu vou dar a palavra, por cinco minutos, ao Senador Reguffe. E, na sequência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... vou ler o requerimento de urgência e vou chamar a votação nominal da PEC 14, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, o que está acontecendo no Brasil, nesse momento, é algo absolutamente inaceitável. O Presidente da República resolve exonerar dez Ministros de Estado, para que eles vão ao Parlamento, para votarem em uma votação, para obstaculizarem uma denúncia contra o Presidente da República.

Alguém ser eleito Parlamentar e deixar o Parlamento para o qual foi eleito, para ir ocupar um cargo no Executivo, já é uma anomalia do Estado democrático de direito brasileiro, já é uma excrescência do nosso ordenamento jurídico – porque alguém que é eleito Parlamentar deve cumprir o mandato para o qual foi eleito. Agora, a pessoa virar ministro e, aí, simplesmente, volta para o Parlamento, para participar de uma votação, e, no dia seguinte, volta para ser ministro de novo? Isso é algo absolutamente inaceitável, isso não poderia fazer parte do nosso ordenamento jurídico, e eu não tenho como aceitar isso como se fosse algo normal e natural, como parte do nosso processo democrático, porque não é algo normal e natural.

Dez ministros são exonerados, vão para o Parlamento, votam e, aí, voltam para serem ministros. E votam para defender o Governo do qual são ministros. Que independência de Poderes é essa, que está na Constituição Federal e que é descumprida todos os dias neste País? Então, não tenho como concordar com isso.

Apresentei aqui, nessa Casa, na minha primeira semana como Senador, oito Propostas de Emenda à Constituição sobre reforma política, e uma delas, a PEC 5, de 2015, proíbe que alguém se eleja para um cargo legislativo e depois vá ocupar um cargo no Executivo.

Aliás, não estou propondo nada original. Nos Estados Unidos, quando o Presidente Barack Obama virou Presidente, pela primeira vez, dos Estados Unidos, em 2008, ele convidou a então Senadora pelo Estado de Nova York, Hillary Clinton, para ser Secretária de Estado, que é equivalente a Ministro das Relações Exteriores aqui no Brasil. E ela, para virar Secretária de Estado, teve que renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York.

Mas o nosso ordenamento jurídico permite essa aberração. Pior: nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas, principalmente em câmaras de vereadores de cidades pequenas, simplesmente os governantes enchem o Legislativo de suplentes, que passam a controlar o Legislativo.

Isso não é coisa de país sério. Os Poderes têm que ser independentes. Existem três Poderes para eles serem independentes, para o equilíbrio dos Poderes. Não pode a pessoa se eleger para um cargo, depois esquecer a procuração que o eleitor deu e ir para outro cargo. E o nosso ordenamento jurídico permite isso. Quem faz, o faz baseado na legislação, porque a legislação permite. Mas não deveria permitir. Então, nós temos a responsabilidade de alterar a legislação.



Por isso, apresentei aqui a PEC 5, de 2015, que está na Comissão de Constituição e Justiça e que eu gostaria que fosse analisada. Se a pessoa quiser – se eleita para o Legislativo – ir para o Executivo, ela pode ir. Agora, tem que renunciar ao mandato. Não pode estar num dia no Poder Legislativo, no outro dia no Executivo, e depois voltar para o Legislativo.

E agora nós estamos vivendo uma situação que é uma verdadeira excrecência, porque dez ministros, simplesmente, são exonerados para voltarem a ser Parlamentares por um dia, para depois voltarem a ser ministros. E para votarem numa ação, num julgamento que visa justamente a obstaculizar uma análise contra o Presidente da República.

Então, isso é inaceitável. Não tenho como concordar com isso, Sr. Presidente.

Quero deixar aqui o meu repúdio a essa prática brasileira maluca e também pedir que seja analisada essa minha proposta de emenda à Constituição que visa a corrigir essa verdadeira anomalia do nosso ordenamento jurídico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ordem do Dia.

Há requerimento sobre a mesa.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Requerimento nº 793, de 2017.

Requeiro, nos termos dos arts. 336, inciso II, e 338, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para tramitação do PLC nº 28, de 2017, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.

Senador Fernando Bezerra e vários outros Senadores.

Será deliberado após a Ordem do Dia.

Item 1 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016, do Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, que cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital.

Parecer nº 56, de 2017, da CCJ, o Relator foi o Senador Hélio José, favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1 da CCJ (Substitutivo). E 146, de 2017, da Comissão Diretora, o Relator foi o competente Senador Davi Alcolumbre, oferecendo a redação para o segundo turno constitucional.

A discussão da matéria em segundo turno encerrou-se no dia 3 de outubro.

Passa-se à votação do segundo turno.

A matéria depende para a sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da proposta em segundo turno.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido os Senadores e as Senadoras que estão nas dependências da Casa para que venham ao plenário. Estamos num processo de votação nominal.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Otto Alencar pede a palavra pela ordem.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está aberto o painel.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... parabenizar o nobre Senador Cássio Cunha Lima pela sua iniciativa. Este é um projeto importante, que vem fazer justiça e dar melhores condições de trabalho a esses profissionais que trabalham com risco.

E eu quero, em nome do meu Partido, o PSD, encaminhar a favor. O PSD vota "sim", vota a favor da emenda do Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem... O Senador Cássio tinha pedido a palavra? Senador Cássio...

Senador Hélio e depois o Senador Cássio.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, coube a mim a honra de ser o Relator desta PEC nº 14, aqui no plenário do Senado, em primeiro turno.

Esta Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº14, de 2016, uma iniciativa do eminente Senador Cássio Cunha Lima, institui as polícias penais federal, dos Estados e do Distrito Federal, acrescentando-as ao conjunto de órgãos que compõem o sistema de segurança pública, definido no art. 144 da Constituição Federal.

Coube a mim a elevada honra de, junto à Comissão de Constituição e Justiça, relatar tão importante e tão fundamental matéria, em um processo legislativo que incluiu a realização de três sessões de discussão da proposta.

Nesse contexto, dá-se a esses novos órgãos de segurança pública do sistema brasileiro a competência para a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos.

A intenção do autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos. Para tanto, a PEC insere o §5º-A no art. 144 da Constituição brasileira.

Além disso, propõe-se alterar outros dispositivos constitucionais, impondo que a polícia penitenciária do DF seja organizada e mantida pela União, art. 21, XIV; que a lei federal disponha sobre a utilização, pelo governo do DF, da polícia penitenciária distrital, art. 32, §4º; e que tanto as polícias penitenciárias estaduais quanto a distrital subordinem-se aos governadores dos Estados e do DF, respectivamente, art. 144, §6º.

O Senador autor, Senador Cássio Cunha Lima, justifica sua iniciativa registrando que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, em uma população de aproximadamente 608 mil presos no Brasil, havia 580 mil no sistema penitenciário e 28 mil sob a custódia das polícias. Estimava-se, no entanto, que havia somente 65 mil agentes penitenciários no País.

Nosso trabalho de relatoria da matéria contemplou uma atenta análise de natureza constitucional, a partir da qual concluímos não haver qualquer óbice de natureza constitucional para a aprovação desta PEC.



Na análise de mérito, nosso entendimento final foi de que a proposição é conveniente e oportuna, uma vez que a criação de órgãos com atribuição de vigilância penitenciária justifica-se pela especificidade dessa atividade, Sr. Presidente.

Em nossa opinião, plenamente respaldada por especialistas da área, trata-se de uma atividade que nada tem a ver com o policiamento ostensivo, que é missão dos policiais militares, tampouco com a apuração da autoria e materialidade de infrações penais, que é de responsabilidade das polícias civis.

Devemos ressaltar também o fato de a criação das polícias penitenciárias ser portadora de um benefício adicional significativo para a segurança pública ao permitir a liberação de contingentes de policiais civis e de policiais militares das atividades de guarda de presos, destinando-os ao desempenho de suas atividades fins.

No intuito de colaborar para aprimorar ainda mais a elevada qualidade de tão especial alteração constitucional, tomamos a liberdade de apresentar um substitutivo ao texto original da PEC. Por meio dessa modificação, sugerimos trocar a denominação "polícia penitenciária" por "polícia penal", porque sua atuação ocorre na execução da pena. Em nosso entendimento, a expressão "polícia penitenciária" limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Para além... Estou concluindo, Sr. Presidente.

Para além, propusemos vincular cada polícia penal ao respectivo órgão administrador do sistema penal; reservar as atribuições diversas da segurança dos estabelecimentos penais, inclusive a escolta de presos, a lei de iniciativa do Poder Executivo; e estabelecer que as polícias penais sejam formadas pelos atuais agentes penitenciários e pelos novos servidores admitidos por concurso.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Obviamente, a boa técnica legislativa manda que uma alteração na ementa deva contemplar as modificações sugeridas no texto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e das evidentes virtudes da matéria quanto ao cumprimento das exigências de constitucionalidade, de juridicidade, de mérito e de técnica legislativa, encaminho o voto para que todos os nossos colegas votem "sim" a esta PEC, que já foi aprovada, por unanimidade, por todos os Senadores, em primeiro turno, aqui neste plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado ao Senador Cássio e obrigado aos agentes penitenciários do Brasil – agente penal de agora para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador autor da PEC, Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma primeira palavra, Presidente, Eunício Oliveira, de agradecimento a V. Ex<sup>a</sup> por, mais uma vez, honrar o compromisso de votação desta PEC em segundo turno. Nós já havíamos tentado a votação na semana passada, mas o quórum estava muito baixo e, naturalmente, por prudência, decidimos transferi-la para a tarde desta terça-feira.



Uma palavra também de agradecimento ao Relator da proposta de emenda à Constituição, Senador Hélio José. Receba, Senador Hélio José, o meu agradecimento, e o agradecimento não apenas deste autor da proposta, mas de todos os agentes penitenciários do Brasil pela diligência do seu trabalho, pelo denodo da sua ação e pela importância dessa medida para o reforço do sistema de segurança pública brasileiro.

Já foi dito aqui, em outras oportunidades, que hoje nós temos um clamor verdadeiro na população do País por segurança pública, e a proposta da PEC 14 vem suprir uma lacuna, preencher um vazio, no que diz respeito à resposta que o Estado deve dar à sociedade, que clama por segurança, ao reassumir o controle dos presídios; presídios esses, que, na sua esmagadora maioria, estão sob o controle e domínio do crime organizado. E, com a proposta de emenda à Constituição, os Estados e o Distrito Federal poderão formalizar as suas respectivas polícias penitenciárias ou polícias penais.

Uma palavra derradeira de felicitações a todos os agentes que se encontram nas galerias e que, de forma muito perseverante, serena, firme, nunca desacreditaram nessa caminhada. A você, Fernando, o meu abraço, o meu reconhecimento – o Fernando Anunciação é o Presidente da Federação –, a Marcelo também que, da Paraíba, tem feito esse trabalho. Enfim, a toda essa luta que mobilizou o País inteiro e que vai, nesta tarde, acredito eu, aproximar-se, talvez, novamente da unanimidade alcançada no primeiro turno. Quem sabe poderemos ter uma outra unanimidade, nesta tarde, para esta resposta do Estado brasileiro a esse clamor da nossa sociedade por mais segurança.

A todos os Senadores e Senadoras, o meu antecipado agradecimento, o meu mais verdadeiro e escolhido agradecimento pelo apoio a essa nossa iniciativa. E tenho certeza de que a sociedade agradecerá o empenho de todos para que a matéria siga à Câmara dos Deputados e possa se converter em mais uma emenda à nossa Constituição. O meu agradecimento mais escolhido, o meu agradecimento mais verdadeiro a todos os Senadores e Senadoras pelo apoio manifestado até aqui.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Omar Aziz. Depois Senador Agripino e Senador...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na matéria, no projeto do Senador Cássio, nós estamos encaminhando o voto "sim".

Hoje é uma data especial para a cidade de Manaus, capital do Amazonas. Manaus completa 348 anos. É a cidade em que eu me criei. Lá me tornei engenheiro civil, fui o Vereador mais votado da cidade, fui o Deputado Estadual do Estado do Amazonas, sempre tendo uma votação muito expressiva. E eu queria parabenizar o povo manauara pelo aniversário da cidade de Manaus, que faz 348 anos, uma cidade linda, de um povo muito carinhoso. E tenho certeza de que todos os manauaras hoje estão vibrando com mais um aniversário da nossa cidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa se associa a V. Ex<sup>a</sup> na homenagem ao povo que sempre o trouxe para engrandecer esta Casa.

Senador Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que essa iniciativa que o Senador Cássio Cunha Lima





tomou... Eu conversava com ele, agora há pouco, e ele me dizia que, em grande medida, inspirou-se naquilo que aconteceu – e ele acompanhou porque é meu vizinho – no Estado do Rio Grande do Norte, nas recentes rebeliões na Penitenciária de Alcaçuz e em outras.

O que acontecia, o que acontece e o que pode deixar de acontecer nas penitenciárias? Senador Valdir Raupp, o corpo policial ou os agentes penitenciários que tomam conta das penitenciárias da sua Rondônia, do meu Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, do Senador Lindbergh Farias, e de Alagoas, do Senador Fernando Collor, são agentes sem uma qualificação especializada, como é a patrulha rodoviária federal, por exemplo.

Em hora de sufoco, de briga de facção, eles viram brincadeira de bandido. Foi o que aconteceu no meu Estado, na Penitenciária de Alcaçuz, onde os presos estavam transitando de cela para cela porque eles já haviam tomado o controle interno da penitenciária e não havia mais porta nem grade. E os agentes penitenciários estavam absolutamente inertes, completamente inertes.

O que se propõe? A profissionalização, a criação de polícias penitenciárias, adestradas, instrumentalizadas do ponto de vista de armamento, de preparação técnica, para tratar com uma questão que é perigosíssima: a administração de conflito interno em penitenciária. E conflito de quem? De facções criminosas. Não há nada mais perigoso do que isso.

E esta PEC faculta aos Estados – não obriga, mas faculta aos Estados – através de emenda à Constituição a criação de suas polícias penitenciárias para se precaverem de um mal que o Brasil já assistiu e continua a assistir, fazendo com que voluntariamente os Estados adiram ao programa e preparem as suas forças policiais penitenciárias para agir em cima de coisas a que o Brasil assistiu com horror – com horror. No meu Estado, foram dezenas de presos com a cabeça decapitada. Até hoje procura-se identificar, através de DNA, quem é quem, tal a brutalidade que aconteceu. E o Estado assistiu àquilo tudo de forma passiva e inerte, porque não estava preparado para aquela barbárie.

A partir dessa proposta de emenda à Constituição, abre-se uma expectativa para o aperfeiçoamento do sistema prisional brasileiro, com um melhor desempenho das penitenciárias que existem para abrigar, recolher e reter pessoas que não direito de convivência com a sociedade.

Parabéns ao Senador Cássio Cunha Lima. Eu, como potiguar, voto, com muito prazer, essa matéria porque ela tem muito a ver com o que o meu Estado acabou de sofrer.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Raupp e depois o Senador Lindbergh.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador José Agripino e creio que de todas as Lideranças do Senado Federal, parabenizo o Senador Cássio Cunha Lima, autor desta Proposta de Emenda Constitucional nº 14 e, da mesma forma, o Senador Hélio José e creio que todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que já se manifestaram, em outras oportunidades, favoravelmente a este projeto. Em nome também do Deputado Anderson do Singeperon, do meu Estado, Deputado agente penitenciário, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia, do Vereador da Hora, também agente penitenciário – essa profissão é muito importante, elegeu no meu Estado um deputado estadual ativo, atuante e também um vereador –, em nome desses representantes do povo



de Rondônia, da Assembleia Legislativa e das câmaras de vereadores, em nome do povo de Rondônia, a Bancada do PMDB encaminha o voto favorável e convida as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que ainda não estejam no plenário, mas que estejam nas dependências da Casa, que venham votar, pois estamos votando um projeto importante de reforço de melhoria e aperfeiçoamento da segurança nos presídios brasileiros, sobretudo no meu Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Presidente Eunício.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Raupp... Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro dizer que a Bancada do PT vota "sim", vota por unanimidade com os trabalhadores, os agentes penitenciários que vivem uma situação de muita vulnerabilidade. Eu tenho certeza de que hoje nós vamos aprovar essa PEC.

Agora, Sr. Presidente, eu venho novamente pedir a V. Ex<sup>a</sup> para a gente ler o requerimento de urgência daquele projeto de decreto legislativo sobre aquela portaria absurda do trabalho escravo. Então, é fundamental conseguirmos o número de assinaturas. É fundamental, até porque houve uma decisão em caráter liminar da Ministra Rosa Weber, é fundamental que o Senado decida sobre isso, sustentando aquela portaria.

E eu queria encerrar lendo uma nota da Bancada do PT do Congresso Nacional de apoio à paralisação dos auditores fiscais do trabalho no dia de amanhã:

O governo golpista de Michel Temer está promovendo um verdadeiro desmonte da legislação de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita são exemplos disso.

Os ataques do governo às áreas de proteção e fiscalização do trabalho escravo são inaceitáveis: a redução drástica do orçamento da fiscalização, a demissão de servidores comprometidos com a fiscalização do trabalho e a edição da Portaria nº 1.129. Essa portaria altera o conceito de trabalho escravo disciplinado pelo Código Penal e pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para favorecer os infratores e enfraquecer a inspeção do trabalho.

O Brasil não pode aceitar isso!

Nossa Bancada no Congresso apresentou o Projeto de Decreto Legislativo para sustar a eficácia da mencionada Portaria e apresentou representação ao Procurador-Geral do Trabalho contra o desmonte na área de trabalho escravo. A Procuradora-Geral da República, corretamente [quero aqui aplaudi-la], recomendou a revogação da Portaria. O STF, em decisão liminar de grande importância, suspendeu a Portaria até a apreciação do Mérito.

Essas iniciativas são muito importantes. É preciso, porém, intensificar as mobilizações contra o desmonte das instituições de proteção ao trabalho no Brasil.

Por isso, as Bancadas do PT no Senado e na Câmara dos Deputados vêm manifestar seu integral apoio aos Auditores Fiscais do trabalho no Dia Nacional de Paralisação, organizado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que ocorrerá [amanhã], dia 25/10/2017, em todas as capitais brasileiras. Consideramos fundamental a resistência



dos Auditores Fiscais às mudanças feitas pelo [...] [Ministro] do Trabalho na fiscalização e no combate ao trabalho escravo no País por meio da Portaria 1.129, de 2017.

A portaria do governo Temer que altera as regras para a fiscalização do trabalho escravo afronta a dignidade da pessoa humana, além de ser um retrocesso que viola a lei penal brasileira e a Constituição da República.

Assinam esta nota eu, como Líder do PT no Senado, em nome da nossa Bancada, e o Deputado Carlos Zarattini, em nome de todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, encerro pedindo novamente que a gente leia esse requerimento no dia de amanhã e tente apreciar a sua urgência. Esse é um tema fundamental. Tenho pedido isso desde quarta-feira da semana passada. Então, é esse o pedido que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero, neste instante, deixar patente aqui uma palavra de reconhecimento e de elogio a este projeto do Senador Cássio Cunha Lima, que, na verdade, coloca numa situação e num patamar que os agentes penitenciários já deveriam dispor, diante da difícil situação que enfrentam no dia a dia.

É uma situação que precisa ou que precisava que o Poder Público se voltasse para ela e se voltasse no sentido de dar aos agentes penitenciários o tratamento que eles merecem, para que não ficassem indefesos, como ficaram inclusive durante as rebeliões que se sucederam nas penitenciárias, Sr. Presidente.

Então, quero me associar inclusive ao Senador José Agripino, que há pouco fez um registro aqui elogioso a este projeto, e quero parabenizar a minha conterrânea, a Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Vilma, que está aqui nas galerias, à frente dessa luta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Mais uma vez, vou convidar os Senadores e Senadoras para que venham ao plenário, estamos num processo de votação nominal de uma PEC importante que cria, inclusive, as polícias penitenciárias.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Para encaminhar, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, para encaminhar também, após o Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Primeiro as damas. Primeiro a Senadora Vanessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Vanessa. Na sequência, o Senador Randolfe.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Presidente, eu quero apenas reafirmar aquilo que falamos quando da votação da urgência dessa matéria, quando tivemos uma votação unânime a favor do projeto: novamente nos posicionaremos aqui a favor do projeto, tendo a consciência da necessidade de valorizar essa categoria profissional que trabalha em condições tão penosas e não tem o seu trabalho reconhecido. Então, o encaminhamento do PCdoB é a favor da matéria.



Mas quero também, Presidente Eunício, aproveitar a oportunidade, como fizeram vários Senadores e Senadoras anteriormente, para registrar a grande vitória que as mulheres tiveram recentemente, quando foi julgada uma ação movida por um senhor, o ator chamado Frota, contra a ex-Ministra Eleonora Menicucci, a Ministra que fez críticas a um pronunciamento dele. Aliás, todos os pronunciamentos que ele faz são não só desastrosos, mas desrespeitosos à condição humana e, sobretudo, à mulher. A Ministra se posicionou e sofreu um processo que ele moveu contra ela; um processo em que, num primeiro momento, num primeiro julgamento, num julgamento simples, ela saiu derrotada. Agora, com o recurso que apresentou em segunda instância, ela obteve a vitória.

E eu digo que essa vitória não é a vitória da ex-Ministra Eleonora Menicucci; é uma vitória de todas as mulheres, que lutam não apenas por igualdade, mas pelo respeito, que é sempre necessário.

Então, eu me somo aqui, quero cumprimentar, abraçar a Ministra Eleonora e dizer que todos – não só as mulheres, mas também os homens democratas, que entendem a importância de valorizar a luta pela emancipação das mulheres – nós hoje estamos comemorando profundamente essa vitória. Para nós, é mais do que simbólica, é importante porque sinaliza a todos aqueles que queiram tratar as mulheres, a qualquer pessoa que esteja compondo qualquer minoria de forma desrespeitosa, que pensem duas vezes, porque serão punidos exemplarmente pela Justiça brasileira.

Então, ficam aqui os meus aplausos a essa decisão muito importante para a ex-Ministra Eleonora e para toda a sociedade brasileira.

Obrigada, Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Para encaminhar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

Na sequência, eu vou encerrar a votação.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho por princípio a defesa do desarmamento, entretanto, quero reconhecer o mérito dessa proposta de emenda à Constituição defendida e apresentada pelo Senador Cássio Cunha Lima, principalmente porque faculta – faculta – aos Estados a organização de sua polícia penal.

Eu tenho convicção de que a regra deve ser o desarmamento. O armamento indevido e a distribuição de armamento para todas as categorias acabam levando a circunstâncias como a recente tragédia de Goiânia. Mas, neste caso específico, são trabalhadores que estão em situação de extrema periculosidade, e há o pré-requisito de facultar aos Estados-membros da União a criação de uma polícia penal. E acho que, num Estado democrático, o princípio deve ser este: armamento deve caber às Forças Armadas e às polícias.

Principalmente por essa redação que estabelece a criação de uma polícia específica – e, aí sim, dar a prerrogativa do uso do armamento – é que encaminho o voto favorável.

No mais, Sr. Presidente, eu queria somente comunicar à Casa – já foi dito aqui anteriormente – que a Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, concedeu, nesta manhã, uma liminar à ação de descumprimento de preceito fundamental movida pelo meu Partido, a Rede Sustentabilidade, contra a famigerada portaria do Presidente Michel Temer que escancarava a possibilidade de trabalho escravo no Brasil. Na verdade, a portaria do Presidente Michel Temer, do



Ministério do Trabalho, é claramente uma troca de votos na Câmara dos Deputados pela institucionalização do trabalho escravo, que é o que possibilitava essa portaria, Sr. Presidente.

Eu queria aqui destacar a medida inédita, por parte da Ministra Rosa Weber, na concessão dessa liminar. S. Ex<sup>a</sup> não costuma decidir em sede de liminar ações de descumprimento de preceito fundamental; o fez pela gravidade desse tema; o fez, nesse caso, porque o Presidente da República e o Governo exacerbaram de todas as suas atribuições ao editarem essa portaria.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – No mais, Sr. Presidente, eu queria só destacar que, no pedido que o meu Partido, a Rede Sustentabilidade, apresentou, a Rede afirmou que a portaria desfigurou o marco legal do combate ao trabalho escravo no País e deixa bem claro que há exacerbação das atribuições por parte do Presidente da República.

Eu queria cumprimentar o Supremo Tribunal Federal e a Ministra Rosa Weber por essa decisão liminar, não preterindo a necessidade de, o quanto antes, aqui, no Congresso Nacional, apreciarmos os projetos de decreto legislativo que têm relação com o tema.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB - AL) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Renan Calheiros e, na sequência, vou encerrar a votação. Senador Renan.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É rapidíssimo.

Em primeiro lugar, a exemplo do que fez o Senador Randolfe Rodrigues, eu quero sinceramente cumprimentar a Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, pela liminar oportuna que concedeu hoje, desfazendo aquilo que é um absurdo do ponto de vista dos retrocessos, o espetáculo maior desses retrocessos todos, que é a portaria afrouxando o trabalho escravo no Brasil. Sr. Presidente, isso é inacreditável! Eu já tinha dito aqui em algumas oportunidades e repeti em outras oportunidades. O Governo está transformando a Câmara dos Deputados num mercadão, mas imaginar que o Governo pudesse trocar por voto a liberação do trabalho escravo no Brasil eu jamais imaginei! Por isso, eu quero cumprimentar, mais uma vez, a exemplo do que fez o Senador Randolfe Rodrigues, a Ministra Rosa Weber pela oportuna e histórica liminar que ela hoje concedeu em nome do Supremo Tribunal Federal.

Outra coisa, Sr. Presidente – e já votei "sim". Na sociedade brasileira, há uma competição dos variados setores com relação a quem pode usar e a quem não pode usar arma de fogo. Houve campanhas no passado no sentido da proibição da fabricação de armas de fogo no Brasil. Sr. Presidente, essa seria a única alternativa. Infelizmente, no referendo que nós fizemos, a sociedade brasileira não entendeu como tal.

A pulverização de armas só dificulta. Eu faço até um apelo: no momento em que nós aprovamos a possibilidade, atendendo à proposta do Senador Cássio Cunha Lima, de os agentes penitenciários portarem armas – é muito importante isso –, não permitam que aconteça com os senhores e com as armas que os senhores portarão o que aconteceu com o policial de Goiás, que deixou a arma fácil na sua casa, e o filho levou a arma para a escola e, com essa arma, Sr. Presidente, que está sendo



também liberada agora para os agentes penitenciários, cometeu aquela carnificina que causa problemas para a imagem do nosso próprio País.

Eu votei favoravelmente, porque há uma disputa corporativa para saber quem vai ou não vai andar armado.

A solução para o Brasil é proibir a fabricação de arma de fogo. E 60 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil por arma de fogo – 60 mil! E mais, Sr. Presidente: as armas de porte pesado chegam ao Brasil pela necessidade do crime organizado e do narcotráfico. Há dias, nós falávamos aqui do Rio de Janeiro, e a Polícia Civil do Rio de Janeiro detectou, de uma só vez, a importação de 700 fuzis, que iriam armar o crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro. Isso não pode continuar a acontecer.

Nós temos que repensar tudo no Brasil do ponto de vista da segurança pública e da proteção da vida das pessoas.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cássio. Na sequência, vou encerrar a votação.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um apelo aos Senadores que ainda não votaram, pois nós estamos num processo de votação nominal, e apenas, em nome do bom debate, fazer um esclarecimento ao Senador Renan Calheiros. A proposta vai muito além de simplesmente permitir o porte de armas aos agentes penitenciários.

Talvez Alagoas seja uma exceção no Brasil, onde os presídios não se constituem em problemas. Se assim for, fico extremamente feliz em saber que Alagoas talvez seja uma exceção no que diz respeito ao controle do Estado no sistema prisional.

A proposta de emenda à Constituição de minha autoria vai muito além do que a simples argumentação de que estaremos autorizando agentes penitenciários a portarem armas. Não se trata disso. Nós estamos facultando aos Estados a criarem uma polícia especializada, tal qual nós temos uma polícia especializada que cuida, por exemplo, das rodovias, que é a Polícia Rodoviária Federal, uma polícia respeitada e benquista em todo o Brasil. Portanto, o que se pretende é criar uma polícia especializada, a polícia penal ou a polícia penitenciária, para que, dentre as suas atribuições, nós possamos ter não apenas a vigilância e a guarda dos presídios, mas a escolta de presos, a utilização de sistemas de inteligência dentro dos presídios, o que hoje não é possibilitado. Isso vai liberar, inclusive, a Polícia Militar, que hoje faz esses serviços – quase num desvio de função, pois não é papel da Polícia Militar fazer esse tipo de trabalho –, para que a segurança pública tenha uma resposta e a sociedade possa se sentir minimamente segura no que diz respeito à proteção.

É claro que o que aconteceu em Goiás foi uma tragédia, um episódio lastimável. O que se pretende aqui não é estimular episódios como aquele, longe disso. Quem é que poderia, em sua consciência, pensar dessa maneira? Mas, além de todos esses aspectos que a proposta de emenda à Constituição encerra, temos de respeitar também a vida dessas pessoas, respeitar o risco que os agentes, homens e mulheres, têm, no Brasil. São executados nas esquinas do País, são executados dentro de suas casas. Nós temos centenas de execuções, realizadas no Brasil pelo crime organizado, de agentes penitenciários.



Então, é uma resposta do Estado brasileiro em respeito ao trabalho desses homens, dessas mulheres e, principalmente, uma busca de aprimoramento do sistema prisional brasileiro que se transformou, venhamos e convenhamos – e talvez Alagoas seja uma exceção –, num verdadeiro escritório do crime organizado. O quartel general do crime organizado encontra-se dentro dos presídios brasileiros. E o que nós queremos é dar uma resposta a isso, garantindo mais segurança para a população brasileira, e não simplificar com uma visão rasteira de que estamos apenas permitindo o porte de armas para mais um número x de servidores públicos. Não se trata disso, vai muito além disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan Calheiros, Senador Paulo Rocha. Depois vou encerrar a votação.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado indiretamente porque tive Alagoas citada como, talvez, um exemplo. Não é isso, Sr. Presidente, é porque – e é bom que se diga aqui – o simples fato de armar os agentes penitenciários é até defensável sob o ponto de vista de que outras categorias já estão armadas. Ressalvei e votei favoravelmente, mas essa tese defendida pelo Senador Cássio Cunha Lima é a de que a arma vai resolver o problema da insegurança do agente penitenciário nas ruas. Não é verdade, Sr. Presidente. As estatísticas demonstram, senhores agentes penitenciários, que toda vez que a vítima armada reage, a chance de ela ser atingida fatalmente é bem maior. Os senhores certamente não sabem atirar. Quando o bandido atenta contra alguém ele surpreende a vítima, que, primeiro, não sabe atirar, mas muitas vezes tem até uma arma. Em segundo lugar, não cabe à população se defender: isso é tarefa do Estado, que tem de fazer a proteção das vidas.

Eu gosto muito do Senador Cássio Cunha Lima, tenho um respeito muito grande pelo Senador Cássio Cunha Lima, mas acho que ele citou mal a exceção de Alagoas nesse exemplo de armamento da sociedade. Acho, sinceramente, que a Paraíba, na matéria, tem muito mais episódios que merecem ser citados por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda sobre a questão da decisão da Ministra Rosa Weber em relação à portaria do trabalho escravo.

Sem dúvida nenhuma é um retrocesso, pelas conquistas que nós já tivemos em relação ao arcabouço jurídico na questão do combate ao trabalho escravo.

Eu sou o autor da lei de combate ao trabalho escravo, que incluiu no Código Penal três artigos que caracterizam o que é trabalho escravo no Brasil. Depois, fui autor da PEC que confisca as terras onde tenha origem o trabalho escravo. Essa portaria fere não só a dignidade e os avanços da conquista do povo brasileiro, mas colide... Conforme a Ministra Rosa Weber cita, a portaria fere o ordenamento jurídico, os acordos internacionais celebrados pelo Brasil e a jurisprudência de tribunais sobre a matéria. O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e até a ONU já se pronunciaram contra essa situação.

Nós do Partido dos Trabalhadores sempre lutamos pelos interesses do trabalhador, do povo brasileiro, e principalmente nessa luta do combate ao trabalho escravo. Nós mesmos, da Bancada – o Líder Lindbergh, eu, a Presidente da CDH, Senadora Regina Sousa, e o Senador Paulo Paim –,



assinamos um decreto legislativo que... Foi muito importante a decisão da Ministra Rosa Weber, mas ela apenas dá uma liminar suspendendo. É preciso revogar essa portaria absurda.

Portanto, Presidente, nós pedimos que V. Ex<sup>a</sup> coloque em pauta o nosso PDL, para que também o Senado se posicione, sinalize contra esse absurdo implementado pelo Governo Temer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou dar a palavra ao Senador Moka e vou encerrar a votação.

Temos mais cinco votações nominais.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu queria me posicionar favoravelmente ao projeto do Senador Cássio Cunha Lima e dizer que, na minha avaliação, nada mais justo do que o agente penitenciário, aquele que cuida de preso... Nós sabemos hoje que esses presos, mesmo dentro dos presídios, são capazes de mandar assassinar pessoas. E esses agentes penitenciários, o criminoso sabe que eles não têm porte de arma, que eles estão desarmados.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que esse projeto, principalmente do jeito que foi concebido, facultando aos Estados criar uma polícia específica... E aí, sim, esses agentes penitenciários treinados têm o direito de portar arma, porque eles têm o direito de defender a família deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou encerrar a votação.

Todos já votaram?

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.1 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 62 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; NÃO, 0.

Abstenção, nenhuma.

O Presidente não vota.

Portanto, está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Item 2 da pauta. Também é PEC e precisa de três quintos dos votos deste Plenário. E, na sequência, iremos votar o Cadastro Positivo.

Item 2 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2017, do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, que estabelece que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.

Parecer nº 75, de 2017, da CCJ, o Relator *ad hoc* foi o Senador Antonio Anastasia, favorável, com a Emenda nº 1, da CCJ, que apresenta.

A discussão da Proposta em primeiro turno foi encerrada na sessão deliberativa extraordinária do dia 31 de agosto.

Votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2017, e a Emenda nº 1, da CCJ, nos termos do parecer, em primeiro turno.





As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido os Senadores e as Senadoras para ficarem em plenário. Na sequência, votaremos o Cadastro Positivo, que é algo extremamente importante para a baixa da taxa de juros e para dar a oportunidade aos que cumprem com suas obrigações.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Peço aos Senadores, estamos no processo de votação nominal.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para registrar, mais uma vez, a presença de Patrick Dorneles no nosso plenário. Ele está ali, ao fundo do plenário; é um dos grandes ativistas da luta dos portadores de doenças raras no Brasil.

A luta de Patrick é em nome de milhões de brasileiros que estão sofrendo com a falta de medicamento. Já fizemos inúmeros apelos ao Ministro da Saúde, Ricardo Barros, e o fato é que as pessoas estão tendo seu estado de saúde agravado, pessoas estão morrendo.

Faço um apelo, neste instante, ao Senado Federal. Dirijo-me de forma especial a todos os Senadores e Senadoras. Precisamos contar com a mobilização de todos, precisamos contar com o apoio de todos.

Eu peço permissão ao Presidente para que Patrick fique aqui, ao meu lado. Peço que vocês prestem atenção. Senador Randolfe, com a sua sensibilidade, eu vou pedir um minuto da sua atenção e vou pedir um minuto da atenção do Plenário, para que vocês olhem para este brasileiro que está aqui ao meu lado. Patrick Dorneles é portador de uma doença rara, portador de MPS. Ele estará sem tratamento já a partir da próxima semana. Outros amigos, colegas dele já estão sem tratamento há meses.

Na Paraíba, só na semana passada, tivemos duas mortes. Brasileiros estão morrendo por falta de medicamento. Tivemos, na cidade do Congo, um óbito. Mais recentemente, em João Pessoa, outro óbito. Para as infusões do tratamento de Patrick, mais uma semana; e a suspensão desse tratamento significa a sentença de morte dele, como outros já morreram.

Então, eu estou apelando ao Senado da República, estou apelando sobretudo aos médicos deste Senado, às Senadoras, aos Senadores, para que possamos todos nós, com a nossa responsabilidade pública, com o nosso dever de cidadãos brasileiros mais do que pedir, mais do que clamar, mais do que implorar, exigir do Ministério da Saúde uma providência para ontem. Não se trata apenas dos portadores de MPS; são várias enfermidades raras, cujas medicações estão suspensas.

O Patrick e o grupo de representantes dos portadores de doenças raras estiveram ontem no Supremo Tribunal Federal com a Ministra Cármen Lúcia. A Ministra Cármen Lúcia, Presidente do



Supremo Tribunal Federal, foi extremamente solícita. Sob a jurisdição do Ministro Alexandre de Moraes, há uma ação que tramita no Supremo e que diz respeito também aos portadores de doenças raras.

Então, fica o apelo, o apelo para tocar o coração de todos, para que usemos a nossa força política, usemos a nossa capacidade de ação política, a nossa mobilização para salvar vidas, vidas que já se foram, sentenças de mortes que estão sendo assinadas diariamente neste País, para que o Ministério da Saúde adote as providências urgentes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... para que esses medicamentos sejam novamente fornecidos e a normalidade se estabeleça para esses brasileiros que precisam da nossa ajuda, do nosso apoio, da nossa solidariedade.

Muito obrigado, Presidente, pelo espaço.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Cássio...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka, Senador Lindbergh, Senador Aécio.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, eu quero invocar até o testemunho do Patrick. Ele esteve presente numa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Nós criamos, sob a liderança e a Presidência da Senadora Marta Suplicy, uma subcomissão que está tratando, especificamente, das questões das doenças raras. Nós vamos produzir uma legislação específica, uma legislação para que as doenças raras tenham políticas públicas específicas. E, ao mesmo tempo em que a Comissão de Assuntos Sociais... Uma das quatro emendas da Comissão de Assuntos Sociais foi para aprovar recursos específicos para o Ministério da Saúde, para que se destinem a fazer frente a despesas com medicamentos como esse que o Patrick está precisando. É claro que o caso dele é urgente e que nós precisamos ter uma ação também urgente. Mas eu queria dar o testemunho de que isso não está sendo ignorado e que nós estamos tratando com a maior responsabilidade essa questão das doenças raras.

Eu convidaria o Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, para, se quiserem, também participar e fortalecer. O Senador Randolfe Rodrigues também esteve presente. Nós fizemos um acordo, apresentamos as emendas, e a emenda foi acolhida pelo Relator Dalírio Beber. E hoje a Comissão tem no Orçamento, já como proposta, um recurso que pelo menos vai ajudar a financiar a medicação dos portadores de doenças raras.

Era o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me dirigir ao Senador Cássio Cunha Lima. Senador Cássio, acho que a sua fala é uma fala importante. Eu conheço o Patrick, que é meu conterrâneo também, paraibano. É um lutador das causas das pessoas com deficiência. Agora, esse



não é um caso só dele; nós estamos falando de muita gente. Então, Senador Cássio, esse é o tipo de coisa aqui que é suprapartidário.

Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> marcasse uma reunião com o ministro. Nós todos vamos lá. Eu quero ir como Líder do PT, mas seria uma postura de um Senado unido, lutando por uma causa tão importante. Então, V. Ex<sup>a</sup> nos convoca, que nós iremos juntos tentar alertar a gravidade dessa situação para o Ministério da Saúde.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Aécio Neves, Senador Flexa e Senador Randolfe.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Aqui, Presidente, depois também.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a fala do Senador Cássio é uma fala que poderia ter sido proferida por qualquer um dos Senadores desta Casa, de qualquer um dos partidos e, certamente, por qualquer um dos brasileiros. Poucas causas unem tanto o País quanto essa.

Eu conheci, há vários anos, o Patrick, que, ao lado de alguns milhares de brasileiros, não só dependem de uma ação definitiva do poder público em favor das pessoas portadores de doenças raras, mais do que isso, ele se mobiliza. Não apenas no Congresso, mas junto aos tribunais superiores, junto aos órgãos do Poder Executivo, para que a solução, repito, possa ser definitiva tanto do ponto de vista orçamentário, como aqui disse o Senador Moka, que tem liderado na Casa a busca de recursos para atender a essas demandas...

Mas existe uma questão de fundo, Sr. Presidente, que é uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O Ministro, o falecido e saudoso Ministro Teori Zavascki, havia pedido vistas a um projeto que garante esse direito a esses portadores dessas doenças. Essa proposta deve voltar à pauta do Supremo Tribunal Federal, e o Congresso – acredito –, na unanimidade dos seus membros, tem como mostrar àquela corte a necessidade de tirar da insegurança, da incerteza e até mesmo de óbitos sucessivos essa parcela da população, que depende única e exclusivamente do apoio do Estado para poder sobreviver. Essa é a questão de forma muito objetiva.

Ao Patrick e a todos aqueles que lutam há muitos e muitos anos por essa causa, eu acho que hoje eles ouvem uma palavra mais do que a de solidariedade formal, mas uma palavra de ação; ação na busca de uma decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em torno da garantia desses direitos, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Eunício Oliveira, eu quero também me associar a tudo que já foi aqui falado por outros Senadores e Senadoras a respeito do atendimento do Patrick.



É evidente que essa questão de doenças raras não pode ser deixada para um tempo avante, à frente. É preciso realmente que nós possamos legislar e garantir a esses brasileiros, que são acometidos dessas doenças, que eles tenham um atendimento do Estado para as suas necessidades.

E, como disse aqui o Senador Lindbergh, isso é suprapartidário. Então, há o apoio de todos os Senadores para que possamos ir não só ao ministro da Saúde, mas também ao Presidente da República, para que possamos resolver, de uma vez por todas, o atendimento.

E quero, aproveitando, Presidente Eunício, pela ordem, agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. A PEC que nós estamos votando, PEC nº 4, de 2017, ela é de minha autoria e teve, como Relator na CCJ, o eminente Senador Anastasia. Enriqueceu a proposta e fez o parecer que teve votação unânime na CCJ e vem agora a Plenário.

A PEC simplesmente, Senador Raupp, propõe que não se permita o aparelhamento dos tribunais eleitorais daqueles juízes não togados que tenham tido alguma ligação com partidos políticos, porque o que está acontecendo – pelo menos no meu Estado acontece isso – é que a indicação é feita em cima dos interesses partidários, e não pode ser assim. O juiz tem que ser isento, ele não pode ir com o juízo já formado, e, sim, votar em relação ao processo, ao conteúdo dos autos.

Eu quero agradecer ao Senador Eunício, Presidente, por ter pautado, e pedir o apoio dos meus pares.

Gostaria de ter o apoio de todos do Plenário do Senado Federal, Senador Otto Alencar, como teve o Senador Anastasia também na CCJ. Hoje é votação em primeiro turno. Vamos ter outras votações à frente para depois ele ser encaminhado à Câmara Federal.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Raupp, Senador Randolfe.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou chamar mais os Senadores. Por gentileza... Desculpa, V. Ex<sup>a</sup> estava inscrito. Desculpa, Senador Telmário. Na sequência, vou dar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim", favorável à PEC nº 4, do Senador Flexa Ribeiro. E, na mesma linha de todos os oradores que me antecederam na questão das doenças raras, Rondônia, a exemplo do Hospital de Doenças Tropicais, já implantado há muito tempo em Rondônia, e do Ipepatro, que é um centro também de pesquisa para doenças tropicais, que tinha como líder o Prof. Hildebrando, que era o Instituto Pasteur, que já veio a falecer, mas ficou lá o seu legado... Uma obra que está sendo construída agora, de Oscar Niemeyer. A primeira obra no meu Estado, de Oscar Niemeyer, vai ser o Ipepatro, esse centro de pesquisa de doenças tropicais.

E outro exemplo importante da Universidade Federal de Rondônia é que, recentemente, o reitor esteve comigo, com a Deputada Marinha e com outros Parlamentares, pedindo auxílio para construir ou para concluir um hospital que já está levantado, já com o seu esqueleto todo levantado, de vários andares, que vai ser lá um centro também para atendimento de doenças raras. Então, Rondônia também, seguindo o exemplo nacional, construindo um hospital pela universidade federal, com o



nosso apoio. Nós estamos colocando lá R\$4 milhões – só eu e a Deputada Marinha –, R\$2 milhões de emendas minhas e R\$2 milhões da Deputada Marinha, para concluir a construção desse hospital, para atender as pessoas portadoras de doenças raras.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Telmário. Na sequência, Senador Randolfe. Não, é que eu tinha pulado o Senador Telmário. Pedi desculpa para ele inclusive.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre essa PEC aqui, Sr. Presidente, paira-me uma grande dúvida. O Senador Flexa até poderia nos ajudar a esclarecer.

O §5º do art. 121, Sr. Presidente, diz o seguinte: "Os membros do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, [...] [os juízes eleitorais], o membro da junta eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou no início do exercício da função."

Você é um advogado, faz um concurso para o Tribunal de Justiça, para o eleitoral ou regional, aí você não pode tomar posse?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Não é isso, não.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Mas olhe aqui... Deixe explicar, eu ainda preciso entender.

Anastasia, por favor.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eminente, com a permissão do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pois não, Senador, para um esclarecimento.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Para um esclarecimento ao Senador Telmário.

Senador Telmário, não é o caso de concurso público. Essas vagas são aquelas reservadas ao quinto constitucional, previsto para indicação em listas vindas do Tribunal de Justiça. Então, não são cargos de carreira. São aqueles que ficam no mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Então, não há concurso público, é uma nomeação de natureza, digamos, político-administrativa. Não há carreira.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR. Sem revisão do orador.) – Entendi.

Então, veja: quando bota "membros", o servidor também é membro; então, fica aí uma dúvida. O servidor é membro, ele compõe. É muito complicada essa colocação, e paira uma dúvida, Senador Flexa, porque, se for "só são os juízes, só são as indicações", isso dá a entender aquele que já é concursado e tudo mais, mas quando fala "membro", veja você, tanto o Tribunal Superior Eleitoral como o Regional, como todos eles, têm os servidores, que são membros.

Então, essa dúvida ainda insiste. Se forem só magistrados ou quem tenha a função de magistrado, acho que se poderia fazer essa correção – os magistrados ou os que têm essa condição de magistrado têm condição de decidir, de decisões, ali nessas instâncias.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe. Na sequência, vou encerrar a votação.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente a situação aqui apresentada pelo Senador Cássio Cunha Lima... Senador Cássio, eu queria aqui reiterar o meu apoio e solidariedade e me colocar à disposição. Acho que é urgente. O Ministério da Saúde, o Ministro da Saúde é muito atento aos privilégios dos planos de saúde e pouco atento às grandes causas da saúde pública. Essa é uma. Não há política nenhuma para as doenças raras no País. Patrick é um símbolo, hoje aqui no Senado, da situação de milhares, talvez milhões de outros brasileiros.

É fundamental esse olhar e essa atenção por parte do Ministério da Saúde para assegurar o direito fundamental e inalienável à vida. Então, minha solidariedade e meu agradecimento por trazer essa agenda e a situação de Patrick aqui para todos nós.

E o Sr. Ministro da Saúde é muito prestigioso, atencioso a permitir reajuste de planos de saúde, a permitir privilégios para plano de saúde. Agora, para fortalecer o Sistema Único de Saúde do País, parece que a única política até hoje tem sido a inversa. Inclusive, a de subverter o princípio de que saúde, em nosso ordenamento constitucional, é direito de todos e dever do Estado.

Sr. Presidente, em relação à Proposta de Emenda Constitucional nº 4, de 2017, do Senador Flexa Ribeiro, de relatoria do Senador Anastasia, eu queria aqui cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Anastasia, pelo parecer, e o Senador Flexa Ribeiro, pela iniciativa.

Trata-se de uma PEC moralizadora. Agora mesmo, no Tribunal Superior Eleitoral, nós vimos casos escancarados e absurdos de ministros com filiação e aproximação com o Senhor Presidente da República; nomeados, logo em seguida, pelo Sr. Presidente da República, e, depois, julgando a Chapa Dilma/Temer. Este é um exemplo escandaloso que esta PEC vem moralizar e inverter. É inaceitável que, na Corte eleitoral brasileira, nós tenhamos qualquer tipo de relação com advogados, com membros que vêm do quinto da advocacia...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... que tenham qualquer tipo de filiação partidária.

Então, quero saudar o autor e o relator da PEC, porque se trata, sem dúvida alguma, de uma PEC moralizadora para o nosso sistema eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou encerrar a votação.

Todos já votaram?

Nós temos, na sequência, a votação do cadastro positivo, que é uma matéria nominal e muito importante.

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.2 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 57 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto NÃO.



Está, portanto, aprovada, em primeiro turno.

A matéria constará na Ordem do Dia oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental. **(Parecer nº 185/2017-CDIR/PLEN-SF - Vide item 2.2.2 do Sumário)**

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado, nº 212, de 2017, Complementar, do Senador Dalirio Beber, que fomenta a inclusão de dados dos cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores.

Parecer sob nº 105, de 2017, da CCJ, Relator: Senador Armando Monteiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1 da CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento 814, de 2017.

Foram apresentadas as Emendas 2 a 5, de Plenário, que serão publicadas nos termos regimentais e já disponibilizadas na tramitação da matéria. **(Vide item 2.2.3 do Sumário)**

Foram apresentados requerimentos do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando adiamento da discussão, para reexame da matéria pela CCJ e para audiência da CTFC. **(Requerimentos nºs 912 e 913/2017 – Vide item 2.2.3 do Sumário)**

A Presidência comunica que deixa de receber os requerimentos, por não ser cabível adiamento de discussão em matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 279 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir parecer sobre as emendas de Plenário, em substituição à CCJ.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, e pedir licença a V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista a importância da matéria, para reproduzir um pouco a análise de mérito da proposta e, evidentemente, também oferecer o parecer sobre as emendas.

Sr. Presidente, eu creio que, na agenda de reformas do País, sobretudo relacionadas com os temas microeconômicos, não há matéria mais relevante do que essa, porque o Brasil é um país que se caracteriza por um nível de *spreads* e de margens de intermediação financeira que é absolutamente incompatível com um País que se pretende dinâmico, com capacidade de estimular investimentos e de criar um padrão de financiamento minimamente adequado para a economia brasileira.

O Brasil implantou o Cadastro Positivo em 2011, mas implantou mal, porque o sistema que foi concebido, ao final de todos esses anos, gerou apenas a existência de mais ou menos 5 milhões de registros nos bancos de dados. Isso é absolutamente insuficiente. Por quê? Porque o sistema que foi implantado, diferentemente da experiência internacional, consagrou a ideia de se oferecer a opção de entrada, quando, na realidade, no mundo inteiro, toda essa massa de informações vai para o banco de dados e o que se oferece é a opção de sair do sistema.

O Senador Dalirio Beber, a quem cumprimento nesta oportunidade, através do PLS 212, ofereceu então uma proposição que, a meu ver, ajusta e adapta o projeto, de modo que esse instrumento passe a ser um instrumento que tenha efetividade e produza os benefícios que dele se espera.

O projeto, portanto, é extremamente relevante.



O atual modelo de Cadastro Positivo não alcançou os seus objetivos. Isso por quê? Porque a lei estabeleceu que as pessoas jurídicas ou físicas têm, como eu já referi, que optar pelo ingresso no Cadastro.

Essa condição, combinada ao excesso de burocracia para a criação e inclusão de informações dos cadastrados, explica o baixíssimo nível de adesão que – como já referi –, em seis anos, alcançou apenas 5 milhões de cadastrados. Além disso, o mecanismo de responsabilidade solidária previsto na lei criou uma falta de incentivos para as fontes, banco de dados e consulentes.

Portanto, propondo quatro mudanças fundamentais, o projeto, a meu ver, estabelece um novo e adequado marco para que esse instrumento venha a ter efetividade.

O primeiro: modificou-se a Lei do Sigilo Bancário, para que, de forma análoga ao Cadastro Negativo, não seja considerado violação do dever de sigilo bancário o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamentos, adimplidas ou em andamento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas a gestores de banco de dados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... para a formação de histórico de crédito.

Destaque-se que a alteração ora proposta não visa a disponibilizar livremente a informação de adimplemento para o público em geral, mas tão somente permitir a recepção dessas informações pelos bancos de dados, sem a necessidade de autorização específica, que irá elaborar um escore para o cadastrado.

Segundo: foi retirada a exigência de autorização específica dos cadastrados, para que as fontes possam enviar suas informações aos gestores de bancos de dados. No entanto – e é importante essa ressalva –, o gestor de banco de dados deverá comunicar ao cadastrado, por escrito, por meio físico ou eletrônico, a abertura de seu cadastro em banco de dados e ainda a possibilidade de compartilhamento de suas informações com outros bancos de dados.

Após a comunicação, o cadastrado terá ao menos 30 dias para solicitar a sua exclusão. Ainda assim, a qualquer momento, o cadastrado poderá solicitar o seu cancelamento junto a qualquer gestor de banco de dados. Será obrigação do gestor que recebeu o pedido de cancelamento ou sua eventual reabertura informar aos demais gestores de bancos de dados a decisão do cadastrado. Dessa forma, ficam asseguradas as garantias e os direitos da personalidade positivados constitucionalmente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Um outro ajuste proposto visa a deixar mais claro o conceito de "fonte", para incluir expressamente administradoras de consórcio, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e, sobretudo, os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e assemelhados.

A inclusão de tais informações permitirá o aprimoramento da formação das notas de crédito dos cadastrados e a admissão, nos cadastros, de parcela significativa da população que, atualmente, não tem acesso aos serviços financeiros.

Considerando, senhoras e senhores, que hoje a população "bancarizada" ainda não é tão expressiva...





*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... essa possibilidade de se utilizar o histórico dos clientes no pagamento de serviços essenciais, como os relacionados com o fornecimento de água, esgoto, eletricidade, se constitui, portanto, na possibilidade concreta de ampliação das fontes de informação, em benefício do maior alcance da política de crédito.

A inclusão permitirá o aprimoramento da formação das notas de crédito e a admissão, nos cadastros, de parcela significativa da população que ainda não tem acesso aos serviços financeiros. Portanto, trata-se de uma medida que vai ser inclusiva e vai permitir a ampliação do mercado de crédito.

Finalmente, propõe-se a eliminação de aplicação ao cadastro positivo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... de regra de responsabilidade distinta da prevista no Código de Defesa do Consumidor para os cadastros negativos.

De fato, a regra atual de responsabilidade do cadastro positivo é mais rigorosa do que a do cadastro negativo, que não pressupõe a solidariedade em todos os casos. A responsabilidade será objetiva, de modo que quem provocar danos... Meu caro Senador Randolfe Rodrigues, no sistema atual, o conceito de responsabilidade objetiva não é aplicável; e, nesse caso, quem provocar danos irá responder por seus atos, sem que a pessoa que sofrer o dano tenha o ônus de provar a existência de dolo ou culpa.

O arcabouço infralegal deverá prever...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... o fortalecimento dos requisitos técnico-operacionais aplicáveis aos gestores de bancos de dados, o que trará maior tranquilidade em relação a potenciais usos inadequados de informações.

O projeto prevê, ainda, a necessidade de que os gestores de bancos de dados se registrem junto ao Banco Central, que definirá as regras e requisitos que serão necessários para a sua concessão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é sempre bom lembrar as estimativas de impacto econômico dos inegáveis e previstos impactos positivos que a implantação desse projeto haverá de proporcionar.

Estudo do Banco Mundial aponta que a implantação de um modelo de cadastro positivo efetivo reduziria a inadimplência em cerca de 40 a 45%, contribuindo para a redução dos *spreads* bancários, dado que a inadimplência respondeu por 55% das margens de intermediação financeira no período objeto de análise, que foi o período de 2011 a 2016, conforme estimativas do próprio Banco Central. Assim, os *spreads* poderiam cair até em quatro pontos percentuais. Isso representa, meu caro Senador Dalirio, 20% sobre o nível médio dos *spreads* bancários do Brasil, que alcançam em todas as modalidades, algo como 22% a 24% – na média.

Portanto, o efeito da implantação do cadastro positivo poderá produzir uma redução importante nos *spreads* bancários a curto prazo no Brasil.



Portanto, eu gostaria de sublinhar esse estudo divulgado pela Associação Nacional dos Birôs de Crédito, com impacto de redução permanente na taxa de juros estrutural da economia, em um ponto percentual, na própria taxa de juros estrutural, que é a Selic.

Contribuirá também para a inclusão financeira, ao agregar informações de adimplemento da população que não tem acesso ao sistema financeiro, pela ausência de garantias, pelo baixo nível de renda, e pela falta de histórico prévio junto às instituições financeiras. São, Sr. Presidente, cidadãos mais vulneráveis, mas que pagam em dia suas obrigações. Esse é um ponto importante. Há uma imensa parcela da população que, embora não "bancarizada", paga suas obrigações em dia. Portanto, é preciso que o sistema possa proporcionar a esse contingente da população a possibilidade de acessar o mercado de crédito, crescentemente, e de poder se favorecer com condições de financiamento mais adequadas, que é o que se pretende.

Meu caro Senador Jorge Viana, identifica-se que quase 15% da população brasileira possuem um escore de crédito baixo, em função da insuficiência de informação a respeito do consumidor. Ou seja, são 22 milhões de brasileiros, os chamados "falsos negativos", que seriam merecedores de receber créditos, mas não conseguem por falta de informação, algo que pode ser perfeitamente suprido pelo cadastro positivo, com as alterações que estão sendo propostas.

Com os juros mais baixos, haveria uma maior capacidade de absorção de crédito. As estimativas apontam que o efeito do cadastro positivo no médio prazo, ou seja, de seis a nove anos, sobre o mercado por crédito poderia alcançar 17% do PIB, ou seja, cerca de R\$1 trilhão a preços de hoje.

Por fim, a proposição pode ser o catalisador de maior concorrência no sistema financeiro, ao fomentar...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... o processo de concessão de crédito de instituições menores e o ingresso de novas entidades nesse mercado em função do compartilhamento das informações do cadastro positivo. A competição passa a ter, como principal vetor, a eficiência tanto no desenho dos produtos quanto nos custos da operação, e não mais no tamanho da carteira de clientes.

Sr. Presidente, passo agora ao parecer das emendas de Plenário. Chega ao exame deste Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Emenda de Plenário nº 2, de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, a qual suprime o art. 1º do PLS 212, de 2017, Complementar.

Ao suprimir esse dispositivo, a emenda em tela proíbe o compartilhamento de informações e exalta o dever de sigilo bancário a ser observado pelas instituições, bem como as garantias constitucionais da intimidade e da vida privada, em consonância com direitos fundamentais e cláusulas pétreas.

Entendemos que a emenda não deve prosperar. Isso porque um dos entraves para consolidação do cadastro positivo está justamente na proibição da troca de informações entre as instituições financeiras sobre o padrão de adimplemento de pessoas naturais ou jurídicas tomadoras de crédito, ao argumento de que isso viola o dever de sigilo bancário.



A nosso ver, entretanto, o sigilo bancário está satisfatoriamente preservado, porque a autorização legal se restringe, meu caro Senador Randolfe, à troca de informações, tão somente para formar o histórico de crédito e o chamado cadastro de adimplemento, que será compartilhado sob a forma de uma nota ou de um escore de crédito do cadastrado.

Para o consulente ter acesso à informação detalhada, será necessária autorização expressa do cadastrado. Esse modelo, inclusive, é mais protetivo do que o modelo vigente. Por quê? Dado que atualmente quem está inscrito no cadastro positivo – o cadastro positivo que hoje está implantado – tem sua informação de crédito detalhada, e não apenas a nota ou o escore de crédito, o que significa dizer que essa informação já é disponibilizada para todos os consulentes em qualquer período de tempo.

Volto a dizer, o projeto atual estabelece um marco mais protetivo. Portanto, não me parece, Senador, que, ao flexibilizar a Lei do Sigilo Bancário para melhor aplicação desse instrumento, nós possamos estar ferindo qualquer prerrogativa ou direito constitucional de qualquer pessoa neste País.

A Emenda nº 3...

Eu gostaria, ainda, de aduzir que, por fim, vale ressaltar que essas regras de restrição ao acesso de informações, conjugadas com a responsabilidade objetiva e a submissão dos gestores ao registro no Banco Central...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... são perfeitamente efetivas e suficientes, sem perda de eficiência para o sistema, tampouco ocorrência de danos aos consumidores.

A Emenda nº 3, de autoria da Senadora Lídice da Mata, exige que a abertura de cadastro seja precedida de prévia autorização do cadastrado. Ora, Sr. Presidente, o sistema atual não funcionou exatamente por isso.

Portanto, no momento em que se faculta a prévia autorização do cadastrado, minha cara e querida Senadora Lídice da Mata, nós estaremos reproduzindo exatamente o sistema que vigora e que não funcionou, que não permitiu a ampliação do banco de dados.

A experiência internacional revela que nós temos que oferecer a todos a opção de saída e não a opção de entrada.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Imagine V. Ex<sup>a</sup> que, se esse sistema passar a funcionar como tem sido regra no mundo, nós sairemos de um banco de dados de 5 milhões de pessoas para aproximadamente 100 milhões de pessoas. Essa é a estimativa. Imagine V. Ex<sup>a</sup> o quanto alargaremos extraordinariamente essa base em favor de uma maior inclusão no sistema de crédito, garantindo, inclusive, por um instrumento muito interessante que o projeto oferece, que é o histórico de crédito de pagamento de água, de luz, de esgoto, para aqueles que hoje não são "bancarizados" e que podem dizer: "Eu tenho um histórico de crédito, porque pago as minhas obrigações e os serviços essenciais."

Então, minha cara Senadora, não há como garantir, para que esse sistema tenha um mínimo de efetividade...



*(Soa a campainha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... a manutenção do sistema atual, que não funcionou exatamente porque se oferece a opção de entrada e não a opção de saída, a exemplo do que a experiência internacional demonstra.

Portanto, eu gostaria de passar agora...

Diante desse argumento, consideramos, portanto, prejudicada e votamos pela rejeição da Emenda nº 3.

A Emenda nº 4, também de autoria da Senadora Lídice, exige responsabilidade solidária entre o gestor que repassa a informação de adimplemento do cadastrado e o gestor que recebe essa informação. Nesse caso, quanto à responsabilidade civil dos gestores de bancos de dados, das fontes e dos consultentes, é de se observar que o tratamento dado ao tema já prevê responsabilidade solidária nas hipóteses de relação de consumo, caracterizada nos mesmos moldes e rigor, portanto, atribuído pela legislação consumerista em vigor, o que torna a Emenda nº 4 desnecessária, por ausência de inovação.

Finalmente, a Emenda nº 5, também de autoria da nobre Senadora Lídice, tem por objetivo obrigar o consentimento do cadastrado que seja pessoa natural ao compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores.

Nos termos do substitutivo apresentado, o consumidor já dispõe de toda segurança de ser comunicado quanto à abertura do cadastro, podendo cancelá-lo a qualquer momento, a seu exclusivo critério, além de já ser necessária a sua autorização para consulta aos dados abertos. Incluir a necessidade de autorização para compartilhamento de dados entre os bancos de dados, além de não trazer nenhum benefício para o consumidor, significa retroceder ao sistema anterior, até hoje não desenvolvido justamente em razão das travas existentes.

Além disso, a proposta de Emenda nº 5 trará disparidades de informações entre os bancos de dados, resultando, na verdade, em prejuízo para o consumidor decorrente de falta de informações em relação ao seu histórico de crédito ou utilização incompleta de suas informações pelos agentes de crédito. Por fim, como as bases de dados se tornarão bastante diferentes, isso acarretará concentração de informações em um único banco de dados, trazendo prejuízos à concorrência e consequentemente ao consumidor.

Diante do exposto, rejeitamos a Emenda nº 5.

Finalmente, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, todas de Plenário, ao PLS nº 212, Complementar.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso parecer. **(Íntegra do Parecer nº 186/2017-PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O parecer é contrário às Emendas de nºs 2 a 5.

Discussão do projeto, emenda de turno único.

Eu só quero lembrar que nós temos, além da votação desse projeto, que precisa de 41 votos "sim", destaques que serão votados nominalmente. E eu vejo a sessão sendo esvaziada. E, às 19 horas, haverá uma sessão do Congresso Nacional, e essa matéria é extremamente importante.

É regimental e se inscreve para falar o Senador Dalirio Beber.



**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É rapidinho, é apenas para cumprimentar o nosso Senador Armando Monteiro...

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minuto, por favor.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... que foi escolhido para relatar essa importante matéria, que nasceu de uma conversa lá na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Tasso Jereissati. Ao Senador Armando Monteiro coube a responsabilidade de conduzir algumas tratativas no intuito de fazer com que o custo Brasil diminuísse consideravelmente, com ações da microeconomia que poderiam dar resultados no curto prazo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – De lá nasceu a ideia de nós podermos permitir, através desse projeto de lei, que o cadastro positivo pudesse inserir todos aqueles que têm alguma operação no sistema bancário e até mesmo nas atividades comerciais, para, ampliando o número de cadastrados, conhecermos o histórico de todos os consumidores no sentido de fazer com que o histórico positivo, favorável, também pudesse significar uma premiação para aqueles que têm essa conduta.

O relatório, ou seja, o projeto de lei foi extremamente aprimorado pelas mãos do Senador Armando Monteiro. E, com certeza, se houver a aprovação por parte dos Senadores e das Senadoras, ele ajudará a melhorar as condições de desenvolvimento da economia brasileira.

Por isso, eu estou aqui pedindo para os Parlamentares que acolham o relatório do Senador Armando Monteiro e que nós possamos oferecer ao Brasil e aos brasileiros um instrumento de um cadastro positivo que, de fato, se torne eficiente.

Louva-se a iniciativa de 2011 porque buscava exatamente atingir esse objetivo, mas quero crer que agora, a partir da aprovação desse projeto, relatado pelo Senador Armando Monteiro, nós possamos ter efetivamente no curto prazo os seus efeitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, Senador... Senadora Simone.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Quem está inscrito, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para discutir a matéria. Também está inscrito. Também está inscrito.

A Senadora Simone Tebet tem a palavra pela ordem de inscrição.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. É apenas para parabenizar o autor da proposição. Eu tive a oportunidade, na CAE, de acompanhar o belíssimo e competente trabalho do Senador Armando Monteiro...

*(Soa a campanha.)*



**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – ... em relação a este projeto.

Quero já aproveitar para entrar na questão dos destaques também e dizer que nós não podemos esquecer que, em 2011, nós marcamos posição, pelo menos na teoria, criando o cadastro positivo. Foi um marco na legislação brasileira, mas infelizmente, na prática, nós não vimos efetivado esse cadastro. Apenas 5%, Senador Otto, dos possíveis cadastrados inseriram-se no cadastro positivo porque uma das condicionantes era o fato de a pessoa física ou jurídica ter que pedir para que fosse ingressado.

Nós não podemos esquecer que nós estamos falando do cadastro de pessoas vulneráveis, os chamados falsos negativos, aquelas pessoas que são boas pagadoras, que cumprem com o seu dever, que pagam mensalmente os seus débitos, mas que não têm infelizmente crédito, muito menos condições de pedir, e conhecimento, para que sejam inseridos no cadastro.

Uma vez tirado esse obstáculo, ou seja, automaticamente o banco de dados pode incluir esse vulnerável e, se ele quiser, a qualquer momento ele pode tirar o seu nome, e, mais ainda, colocando a responsabilidade única e exclusiva, por qualquer dano ou erro no cadastro, para os bancos e aqueles que fazem o registro no banco de dados, nós limpamos com isso qualquer obstáculo e vamos permitir a inserção nesse banco de dados de 22 milhões de brasileiros.

O resto, a história foi contada pelo Senador Armando Monteiro: o impacto na economia, a qualidade de vida para essas pessoas, o fato de eles poderem chegar e entrar em uma linha de crédito e ter o seu nome no computador ali livre de qualquer obstáculo.

Portanto, eu faço este voto e este apelo aos Senadores para que votemos o projeto da forma apresentada e aprovada pelo parecer do Senador Armando Monteiro, rejeitando os destaques.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Por mais boa vontade dos autores das emendas, nós não podemos ter o retrocesso, porque, ao exigir novamente que o cadastrado opte pela inclusão, nós anulamos o projeto e impedimos que 22 milhões de brasileiros tenham o seu nome inserido no Cadastro Positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lindbergh. Senador Lindbergh, se passar, eu vou...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – É discussão de matéria, Senador.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Então, eu falo. É porque eu estava conversando aqui. Eu queria passar porque eu tenho que pegar uns dados aqui.

Presidente, nós vamos votar "sim" e vamos apoiar emendas feitas pelo Senador Randolfe e pela Senadora Lídice da Mata. Depois eu quero falar das emendas, mas me permita aqui, Sr. Presidente, porque os bancos, as instituições financeiras sempre alegam motivos para taxas de juros estratosféricas no Brasil. Esse argumento de que com o Cadastro Positivo nós vamos baixar de forma considerável a taxa de juros, eu sinceramente estou votando "sim", mas não acredito! Nós temos taxa de juros de cartão de crédito de 390%. Isso é um assalto à mão armada!



E qual é o problema? É a concentração bancária: quatro bancos detêm 80% do crédito do País. Esse é que é o problema.

Com o Cadastro Positivo, vai baixar, Pedro, o senhor que é empresário? Juros de 160% do cheque especial. É um escândalo!

Tem mais: taxa Selic. Por que temos taxa Selic tão alta? É por causa do rentismo. É muita gente neste País que ganha dinheiro. Não são só os bancos; grandes empresas investindo em títulos da dívida pública. E nós temos a terceira maior taxa de juros do mundo, inclusive agora, quando estamos com a inflação lá embaixo.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite só um alerta.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, Senador!

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Lindbergh, em respeito aqui aos companheiros, ninguém está imaginando que esse projeto é uma panaceia que vai resolver todos os problemas.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por isso que eu vou votar favorável.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE. Sem revisão do orador.) – Mas, Senador Lindbergh, nós temos obrigação de avançar numa agenda de modernização, e não há dúvida nenhuma de que o sistema de Cadastro Positivo pode produzir uma redução dos *spreads*. Foi isso que aconteceu em todo lugar, mas, infelizmente, no Brasil o projeto foi desfigurado, o projeto que foi implantado. O banco de dados atual é irrelevante.

Então, nós vamos precisar avançar, Senador, e tem que ser incremental esse avanço. Não há solução única a um só golpe. Essa agenda microeconômica...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... é uma agenda difícil, porque nós temos que produzir avanços em cada tema.

Eu vou dar um exemplo a V. Ex<sup>a</sup>: a figura da duplicata eletrônica.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sabe V. Ex<sup>a</sup> que um dos grandes problemas hoje é que os recebíveis, a qualidade dos recebíveis ninguém pode atestar. Isso vai para a taxa de juros sob a forma de um prêmio de risco. Se, de repente, eu posso atestar numa central que a duplicata eletrônica expressa um efeito comercial legítimo, é evidente que a qualidade desse recebível vai ser atestada, e isso, evidentemente, terá um impacto.

Portanto, meu caro, querido Senador Lindbergh, a concentração do sistema financeiro é outra questão. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que nós defendemos a expansão do cooperativismo de crédito, a regulação prudencial, considerando as diferentes dimensões das instituições, o estímulo às *fintechs*, que são uma nova modalidade, para que você...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... em plataformas novas, digitais, possa ter mais concorrência no sistema financeiro. Em suma, essa é uma agenda densa, desafiadora. Agora, esse é um avanço substantivo. Eu prefiro ficar com a esperança, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Armando...

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu não sei ao final o que é que isso vai produzir...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lindbergh, não há aparte em encaminhamento, em processo de discussão de matéria...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem, é que ele era o Relator. Desculpe.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE) – O que posso só ao final dizer é que, como está, está muito ruim, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Senador Armando, eu tanto confio, entendo o que V. Ex<sup>a</sup> falou que nós vamos votar favoráveis – com destaques, mas vamos votar favoravelmente.

O que eu não aceito, volto a dizer e encerro dizendo isso, é esse argumento. Nós temos um problema seriíssimo, não dá para aceitar 390% de juros no cartão de crédito. É assalto a mão armada! Qual é o problema? Concentração bancária. Quatro bancos, 80% do crédito. E o Presidente do Banco Central era sócio do Itaú; o segundo nome, Diretor de Política Econômica do Bradesco. O Banco Central não exerce o seu papel de fiscalização, não faz esse seu papel.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que há uma coisa que me preocupa, e, por isso, nós vamos apoiar o destaque do Senador Randolfe e da Senadora Lídice da Mata, que está ligado a sigilo bancário. Uma instituição financeira pegar informações e sair passando para outros as informações! Aqui nós temos claramente na Constituição, no art. 10 da Carta Magna, que não se pode violar a intimidade e a vida privada dos cidadãos. Então, nesse ponto, nós vamos votar pela aprovação, mas apresentaremos dois destaques ao projeto relatado pelo Senador Armando Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, para discutir a matéria.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria primeiramente registrar o meu respeito à intenção do meu querido Senador Armando Monteiro e à intenção expressa manifestada por ele, como resultado, inclusive, de debate com o Banco Central, de que essa iniciativa pode ter um resultado direto no *spread* bancário.

A minha preocupação – e por isso apresentamos destaque e gostaríamos que houvesse a apreciação desse destaque separadamente – é com princípios constitucionais sensíveis. E aqui, Sr. Presidente, eu quero citar o Ministro Barroso, que, em uma declaração, certa vez disse que o direito à privacidade é uma espécie de gigante do Texto Constitucional.

Em que pesem os esforços do Senador Armando, do meu querido colega Armando, no ajuste, a minha percepção é que o disposto no inciso VII, §3º, do projeto expõe o sigilo quando possibilita, quando estabelece a possibilidade de o sigilo bancário ser compartilhado com outras instituições





bancárias. Por isso, parece-me que vulnerabiliza, é a impressão que tenho, é o que aqui expresso. E repito: manifesto aqui total respeito à intenção, e tenho certeza de que essa é a intenção tanto do Relator, o Senador Armando, quanto do autor da matéria, Senador Dalirio Beber, é ter uma iniciativa legislativa que possa contribuir para que o *spread* bancário tenha um limite no País que cobra as maiores taxas de juros do Planeta.

Entretanto, sou daqueles que compreendem que nada pode ser feito sacrificando princípios constitucionais sensíveis, e o direito à privacidade inserido no inciso XII, art. 5º da Constituição, é um desses direitos.

A exposição – do direito à privacidade – ao sistema bancário daqueles usuários do sistema bancário não me parece adequada, com todas as mediações que foram feitas. Qualquer relativização que seja ao direito à privacidade não me parece ser adequado.

Por isso, embora em relação ao mérito do projeto eu cumprimente o autor e o Relator, considero fundamental a apreciação e o voto favorável à emenda de supressão que estamos apresentando em relação ao inciso VII do §3º do art. 1º desse projeto de lei, que é a emenda de supressão que encaminhamos à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria só que justificasse, nas votações anteriores, eu votei "sim", com meu Partido.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no momento em que discutimos o Projeto de Lei 212, de 2017, de autoria do Senador Dalirio Beber e relatoria do Senador Armando Monteiro, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa, quero destacar a importância da matéria, que será benéfica a toda a população brasileira.

O projeto insere-se na Agenda BC +, um conjunto de ações tornadas públicas que tem como objetivo revisar questões estruturais do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional, gerando benefícios sustentáveis para toda a sociedade brasileira.

A proposição tem quatro artigos e tem por objetivo fomentar a inclusão de dados no Cadastro Positivo de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

O art. 1º inclui o inciso VII ao §3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001, de modo a excluir expressamente da violação do sigilo bancário o compartilhamento de informações para alimentação do banco de dados com informações de adimplemento, de modo a criar e complementar o histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas.

O art. 2º inverte a regra hoje em vigor de que a abertura de Cadastro Positivo requer autorização prévia do potencial cadastrado. A redação proposta estabelece que a abertura do cadastro dispensa a autorização prévia, embora o indivíduo cadastrado possa, a qualquer momento, solicitar a sua exclusão.

O art. 3º exclui a solidariedade hoje existente entre todas as pessoas envolvidas no processo de alimentação do mencionado banco de dados. A regra tem desestimulado o uso do Cadastro Positivo,



em razão da possibilidade de responsabilidade por erros de terceiros. A solução proposta é a de manter a responsabilidade objetiva, nos moldes já previstos, mas sem solidariedade.

Por fim, o art. 4º estabelece, em caso de aprovação da presente proposição, que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Portanto, eu quero aqui saudar o Relator desta proposta, Senador Armando Monteiro, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, tem a responsabilidade de coordenar a agenda microeconômica, tão necessária para a redução de juros.

O Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017, corrige a falha da legislação anterior ao inserir no Cadastro Positivo todos os indivíduos potenciais tomadores de crédito.

Portanto, eu quero aqui saudar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Tasso Jereissati, e Senador Armando Monteiro, que estão num esforço muito importante para implementar a redução de juros. E essa agenda microeconômica, sem dúvida nenhuma, vai melhorar a questão do *spread* bancário, que tanto hoje onera o crédito no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que nós temos um conjunto de matérias, o tempo é escasso, é um recurso escasso, porque temos sessão do Congresso, mas eu não poderia deixar de vir aqui falar desse PLS 212, de 2017, o Cadastro Positivo.

Quero cumprimentar o Senador Dalirio Beber de modo muito especial, porque é o autor da proposta e já explicou como ela surgiu, e o Relator, o Senador Armando Monteiro.

Amigos, é muito importante nós darmos uma satisfação ao cidadão brasileiro. Nós todos reconhecemos – eu já fiz debate no Senado sobre isso – o abuso que é, que nós vivemos, termos a mais alta taxa de juros do mundo, a mais alta taxa de juros do cartão de crédito do mundo, de cheque especial do mundo.

Esse projeto, é óbvio que não vai resolver, mas enfrenta um problema gravíssimo de maneira direta, direta. O cidadão hoje tem que provar, com um conjunto de medidas e de certidões, que é honesto. E, cada vez que é colocada uma barreira para que ele prove, o banco eleva a sua taxa de juro, a cobrança, chamando isso de risco.

O Cadastro Positivo vai no sentido contrário. Nós não vamos ficar naquela de que não basta ser honesto, tem que provar que é honesto. Não, o País tem que enfrentar esse assunto: basta ser honesto, sim. E se eu tenho um Cadastro Positivo, se os meus dados não são utilizados adequadamente, é o falso negativo. Neste País, ninguém está interessado em descobrir quem é honesto, fica caçando desonesto. E, nessa história, nós prejudicamos. E é daí que vem também uma das origens das altíssimas taxas de juros.

É claro que eu concordo com o Lindbergh num aspecto: enquanto nós estivermos nomeando banqueiro para cuidar de cidadão, o resultado é esse, num país que concentra 80% do crédito em quatro bancos. Mas acho que essa medida, da maneira como está, e eu defendo da maneira como está, com o Senador Armando, Relator, nós faremos algo. E eu chamo a atenção aqui do Senado para todos os brasileiros, cumprimentando os amigos inclusive do meu Estado que estão aqui na



galeria, os taxistas: nós começaremos agora a fazer as coisas do jeito certo. Se um cidadão é direito, tem suas coisas diretas, é um cidadão honesto, ele tem que ser tratado como honesto e não como desonesto pelas instituições financeiras. E é isso que o projeto faz com o cadastro positivo, gente! Nós estamos mudando um modelo mental, uma cultura atrasada, perversa contra a maioria dos cidadãos, que precisam a todo momento provar que são honestos – tirar um conjunto de documentos e cair na mão dos cartórios, ser explorados; e muitos desistem.

Nós estamos falando de mais de 20 milhões de brasileiros, como disse o Senador Armando, que vão poder ter um acesso ao crédito melhor do que o que nós temos hoje. Não significa redução de juros, é verdade, mas significa um passo que pode dar nisso, pode dar até na redução dos custos para um cidadão que seja honesto. Essa história de que "não basta ser honesto, tem que provar que é honesto" é de país desonesto. Nós temos que começar a mudar essa história no Brasil.

Parabéns ao Senador Dalirio Beber e parabéns ao Senador Armando Monteiro, Relator dessa matéria. Eu vou votar "sim".

*(Soa a campainha.)*

*(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador José Serra, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ SERRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero ressaltar aspectos que já foram postos aqui, inclusive pelo nosso Senador Jorge Viana – aspectos positivos deste projeto. Ele cria um potencial – eu vou me restringir a essa argumentação – maior para a redução de juros. Não garante, porque o *spread* bancário, em geral, é calculado em função de inadimplência, verdadeira ou não; do risco de inadimplência.

Pois bem, na medida em que eu tenho um cadastro positivo no qual todos estarão inscritos e do qual, para sair, tem que tomar a iniciativa de fazê-lo, isso diminui a incerteza quanto aos financiamentos, quanto à possível inadimplência. E esse é um potencial para a redução dos juros. É garantido que os juros vão cair? Não. Mas é um argumento que nós teremos no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos e neste Plenário, para pressionar os bancos no sentido da direção da queda de juros.

Eu não vejo contrapartida negativa desse projeto. Digamos, ele é maior ou igual a zero; é maior ou igual a zero. E eu acho que é positivo. Eu acho que é maior do que zero e acho que é um passo importante. Fico muito feliz que seja de iniciativa de um Senador amigo e competente como o Dalirio Beber, e muito bem relatado pelo Senador Armando Monteiro.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. José Serra, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*) Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*) Senador Tasso Jereissati.



Na sequência, vou encerrar a ordem de inscrição.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não poderia deixar também de parabenizar o excelente e mais do que oportuno projeto do Senador Dalirio Beber, que faz parte de um conjunto de iniciativas que o Senador Armando Monteiro tem liderado dentro da Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de diminuir não só o *spread* bancário, mas diminuir o custo Brasil.

Essa é mais uma iniciativa que se faz, graças ao trabalho feito com muito denodo, com muita dedicação desses dois Senadores. Eu gostaria de salientar isto e de dizer que nós sabemos que esse custo e a questão do *spread* bancário não se resolvem apenas de uma tacada, com uma bala de prata: dependem de uma série de iniciativas e trabalhos que vão sendo construídos lentamente. E, dessa maneira, nós vamos ter uma taxa de juros digna, justa e razoável neste País.

É esta a observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lídice da Mata estava... Dou a palavra a V. Ex<sup>a</sup> depois.

Senadora Lídice.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o fato de nós termos apresentado três emendas não quer dizer que nós discordemos do projeto. A ideia de um cadastro positivo eu acho muito boa, até porque sou absolutamente contra esse cadastro negativo – acho que é um absurdo que se impõe ao direito do consumidor, ao direito da pessoa no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, eu quero discordar do Senador Armando Monteiro – de quem gosto muito e que respeito – no que diz respeito à nossa Emenda nº 4, na qual eu proponho que o gestor que receber informações por meio de compartilhamento equipara-se, para todos os efeitos dessa lei, ao gestor que anotou originalmente a informação, inclusive quanto à responsabilidade por eventuais prejuízos a que der causa e ao dever de receber e processar impugnação e realizar retificações, sendo que a responsabilidade será solidária no caso de informação a respeito de pessoa natural.

Diz o Senador Armando que, pelo fato de constar no Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade solidária já estaria garantida nessa lei. E eu quero contestar isso, Sr. Presidente. O Código de Defesa trata do direito do consumidor genericamente. Quando você faz uma lei específica sobre uma questão, vale a lei específica, Senador Armando Monteiro! Portanto, nessa lei específica, é necessário, sim, colocar o texto que diz respeito à responsabilidade solidária, porque existe uma lei para tratar desse assunto especificamente. Portanto, eu discordo da interpretação de V. Ex<sup>a</sup>.

E quero agradecer ao PT, porque fez o destaque desta emenda nossa – que defenderei, porque considero que a interpretação não corresponde. A lei específica passa a valer quando se trata de uma lei que é relacionada diretamente a esse assunto, e não a lei genérica maior, que é o Código de Defesa do Consumidor.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.



**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Acho absolutamente pertinente a matéria trazida por V. Ex<sup>a</sup> a este Plenário.

O Brasil vive um momento em que taxas de juros e a alta concentração de crédito nos cinco maiores bancos que existem no País fazem com que o crédito pessoal e o crédito ao consumidor sejam extremamente restritivos, Sr. Presidente. Portanto, toda e qualquer medida que possa destravar o crédito e que possa dar ao consumidor a opção de uma taxa de juros menor... Porque a taxa de juros para o consumidor não é a taxa Selic. A taxa de juros para o consumidor é uma taxa de juros exorbitante no Brasil. E há uma taxa de concentração em cinco bancos: de cada R\$5 que circulam neste País, R\$4 estão concentrados nos cinco maiores bancos deste País. Portanto, resta um único real para se compartilhar com as outras 185 instituições de crédito neste País. É uma concentração exacerbada! Portanto, a questão do crédito positivo é uma ajuda para que nós possamos facilitar o crédito.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse registrar em ata a minha justificativa com relação à votação das PECs. Se presente estivesse, teria acompanhado a indicação do nosso Partido e votaria com a recomendação da Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Essa votação vai ser nominal. V. Ex<sup>a</sup> votando, a Mesa dará presença em todas as votações por V. Ex<sup>a</sup>.

Está encerrada a discussão.

Eu queria fazer uma proposta ao Plenário. A Câmara já liberou para que nós iniciássemos os trabalhos do Congresso Nacional em várias matérias e vetos que temos pendentes. Eu queria fazer uma proposta ao Plenário: nós votaríamos o projeto agora, a matéria principal; como nós temos vários destaques, vou votar essa matéria principal; vou votar, como me comprometi, o requerimento de urgência do PL 28; e, na sequência, vou encerrar a sessão para iniciar a sessão do Congresso Nacional no plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E a urgência do PLC 28?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe. Quer votar agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, eu vou votar o principal e deixar os destaques. Na sequência, eu voto a questão do PL 28.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ah, muito bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aí encerro os trabalhos e vou iniciar os trabalhos do Congresso Nacional.

Está encerrada a discussão.

Em votação... Não, desculpe-me. Foram apresentados requerimentos de destaque que serão publicados na forma regimental. **(Requerimentos nºs 914 a 916/2017 – Vide item 2.2.3 do Sumário)**



A Mesa já deliberou que esses requerimentos... Esses requerimentos eu vou fazer a leitura, serão votados amanhã. Os destaques serão votados amanhã no início da sessão – os destaques desta matéria. Vamos votar a matéria principal.

Há requerimentos: de destaque de Bancada para votação em separado da Emenda 2, do Senador Randolfe Rodrigues; de destaque de Bancada para votação em separado da Emenda 4, da Senadora Lídice da Mata; de destaque para a Emenda nº 4 ao PLS 212, que é complementar ao da Senadora Lídice da Mata, mas já estava destacada por V. Ex<sup>a</sup>. E há um requerimento de destaque, o destaque de votação em separado da Emenda nº 5, de Plenário, do Senado nº 212, que requer, nos termos do art. 1, 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação, da Senadora Vanessa Grazziotin, que não é destaque de Bancada, é destaque individual.

A Presidência comunica ao Plenário que requerimentos de destaque de Líderes de Bancada não são submetidos à deliberação, nos termos do parágrafo único do art. 312 do Regimento Interno. Os dispositivos destacados serão votados oportunamente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, só para esclarecer ao Plenário: V. Ex<sup>a</sup> vai votar o texto principal, ressaltados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votar o texto principal, ressaltados os destaques.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E amanhã votaremos os destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E amanhã votaremos... Já está encerrada a discussão. Amanhã nós votaremos os destaques e discutiremos apenas os destaques de Bancada.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Em votação.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Presidente Eunício, é sobre o destaque. Acho que há algum problema. Na realidade, o destaque foi apresentado pela Senadora Lídice, que é Líder do PSB. Eu apenas assinei com a Senadora Lídice.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não. Tem um destaque de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso eu ia indeferi-lo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não. Eu o assinei. É uma correção. A Senadora Lídice está indo à mesa. Acho que nós podemos resolver isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex<sup>a</sup> assinou dois destaques. Um em conjunto com a Senadora Lídice...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É. É que um é a correção do outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E outro separadamente. Eu não poderia deixar de ler o destaque de V. Ex<sup>a</sup>.



**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito. Eu agradeço, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então está retirado o de V. Ex<sup>a</sup> individualmente?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O.k. Então, eu vou votar a matéria, ressalvados os destaques de Bancada.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa – portanto, de 41 votos "sim" para aprová-la –, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da Emenda nº 1 da CCJ (Substitutivo), que tem preferência regimental, nos termos do parecer, como disse, ressalvados os destaques. Informo aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que após a votação desta matéria nós vamos votar o requerimento de urgência do PL 28. Na sequência, encerro a sessão de hoje para abrir a sessão do Congresso Nacional.

Está iniciada a votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar, em torno dessa matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Para registrar o excelente trabalho do Senador Armando Monteiro e dizer que a Liderança do Governo apela para que todos possam votar "sim", porque é mais uma sistemática para melhorar a condição da avaliação de crédito no País – portanto, baratear o *spread*. Nós estamos fazendo com que se diminua o risco dos empréstimos. Quem é bom pagador terá condição de pagar menos imposto do que quem é mau pagador. É uma disposição, inclusive, justa e que diferencia quem cumpre suas obrigações de quem não cumpre suas obrigações.

A Liderança do Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente, fazendo um apelo às Senadoras e aos Senadores para que venham ao plenário porque nós precisamos ter 41 votos "sim", já que essa é uma matéria de lei complementar.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB aproveita para parabenizar e elogiar o trabalho do Senador Armando Monteiro.

Esse projeto de lei é muito importante porque tira a obrigatoriedade de o próprio consumidor, devedor ou credor, o cliente, solicitar o seu cadastro positivo; vai ser de forma automática. Apesar de haver uma grande concentração bancária, é lógico que, na medida em que o crédito é mais seguro... Quando o banco faz a operação partindo do princípio de que o tomador é uma pessoa segura, correta, que tem uma história positiva, indiscutivelmente ele tem todas as condições de negociar um juro mais baixo.

E quero aproveitar, porque eu estava em audiência, para dizer que voto positivamente pela Proposta Constitucional nº 14, que cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital. E



também voto positivo à Emenda Constitucional nº 4, que altera a redação do art. 121 da Constituição Federal, para estabelecer que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.

Foi uma decisão muito importante, muito oportuna, do Senador Antonio Anastasia.

E, nesse voto do cadastro positivo, o PMDB faz um apelo no sentido de que todos os seus membros votem "sim" a essa proposta.

Muito obrigado.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB - PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB - PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que considere a minha participação nas votações anteriores. Nas votações nominais anteriores, eu acompanharia, caso pudesse estar presente, a Liderança do PMDB.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registrará os votos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB - PA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E convido, mais uma vez, os Senadores e as Senadoras para virem ao plenário. Nós estamos num processo de votação nominal, precisamos de 41 votos "sim" a esta matéria. Para podermos aprová-la ou não, depende dos Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras.

Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Para encaminhar, Sr. Presidente, quero registrar aqui a nossa posição favorável no geral ao projeto de lei. O que nós temos são algumas observações que foram apresentadas, sugestões de modificações, apresentadas através das emendas, e agora, através de destaques, para votação em separado. Porque a nossa preocupação é de que poderá haver, sim, uma inconstitucionalidade em determinados aspectos e pontos do projeto. Entretanto, como um todo, o projeto é importante, sim.

Então, Presidente Eunício, inclusive para tranquilizar V. Ex<sup>a</sup>, porque eu creio que a grande maioria dos que estão no plenário – inclusive nós, que defendemos o destaque de algumas votações em separado e apresentamos, apoiamos algumas emendas – votamos favoravelmente a esse projeto. Não há polêmica em relação ao conteúdo geral; o que existe são ponderações em relação a alguns pontos somente.

Portanto, nós votamos a favor do projeto, que entendemos importante, mas é preciso também, Sr. Presidente, que entendamos que não é apenas essa questão do cadastro positivo ou não o único fator responsável pelas altas taxas de juros cobradas no Brasil. O cartão de crédito, por exemplo, é extremamente controlado, porque as administradoras dos cartões de crédito sabem o quanto as pessoas pagam de forma correta, mas, mesmo assim, insistem em manter taxas de juros superiores a 400% ao ano, Sr. Presidente.

Então, a gente entende que, ao lado desse esforço que efetivamente está sendo feito, é preciso uma ação mais contundente, uma ação mais forte do Governo, diante dessas instituições bancárias, dessas instituições financeiras, para coibir esse abuso contra a economia popular. Porque não há





nada, absolutamente nada, que justifique uma taxa de juros anual de quase 500%, que é o que cobram os cartões de crédito em nosso Brasil.

O voto do PCdoB em relação a esse projeto no geral é a favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Todos já votaram?

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Em nome da Liderança do PROS, Partido Republicano da Ordem Social, nosso encaminhamento é "sim" para essa matéria.

E eu só queria registrar que Brasília hoje está de luto, porque o nosso parque de Águas Claras está sob chamas, está incendiado, e que, para nós, isso é motivo de grande tristeza, porque nós sabemos o tanto que, para população da nossa cidade de Águas Claras, é importante esse parque, que está hoje incendiado.

Eu espero que o Corpo de Bombeiros de Brasília, que tem um trabalho excelente, consiga conter todo aquele incêndio que inquieta a população de Águas Claras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Todos já votaram?

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Senador Capiberibe, já votou? Senador Capiberibe, já votou?

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Senadora Marta.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Enquanto chegam os demais Senadores para votar, eu gostaria de fazer só...

Vai encerrar agora ou vai aguardar?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu tenho que votar o requerimento.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas vai aguardar mais os Senadores ou vai encerrar a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não. Eu vou encerrar, porque eu tenho que abrir a Ordem do Dia lá no Congresso.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tudo bem.

Eu só queria fazer um comunicado, mas, então, eu deixo para depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, pode fazer enquanto os Senadores não votam...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com imensa tristeza e pesar que nos despedimos hoje de D. Geraldo Verdier, Bispo Emérito de Guajará-Mirim, que faleceu no último domingo.



D. Geraldo, que tinha 80 anos, sofreu um AVC no dia 17. Estava internado em Porto Velho e infelizmente veio a óbito.

D. Geraldo era um sacerdote muito querido em todo o Estado de Rondônia, de modo que estendo meu sentimento de pesar e solidariedade aos padres, presbíteros da igreja, religiosos, religiosas, seminaristas e a todo o povo cristão que sempre teve em D. Geraldo um exemplo de discípulo de Jesus Cristo, um sacerdote sempre pronto a servir e um conselheiro.

Como diz o texto bíblico, D. Geraldo foi um daqueles sacerdotes que combateu o bom combate, completou a carreira e guardou a fé, tendo dedicado toda a sua vida à missão cristã de servir e evangelizar.

Descanse em paz, D. Geraldo. Nós continuaremos fiéis aos seus ensinamentos, seguindo seus conselhos e suas sábias palavras de evangelização, de orientação e de conforto.

D. Geraldo Verdier nasceu na França, em 1937. Recebeu a ordenação presbiteral em 1963. Chegou a Guajará-Mirim em 1975, para auxiliar na missão evangelizadora da Amazônia juntamente com D. Francisco Xavier Rey.

Atuou vários anos no atendimento à população ribeirinha e indígena dos Vales dos Rios Guaporé, Mamoré e Pacaás Novos. Em 1980, foi ordenado Bispo da Diocese de Guajará-Mirim e criou laços fortes e fraternos com o lugar e com a sua gente, escolhendo permanecer em Guajará-Mirim mesmo após se afastar da coordenação da igreja, por conta da idade.

No livro *Paixão pela Amazônia: Diocese de Guajará-Mirim: uma igreja missionária*, D. Geraldo escreve sobre o trabalho realizado pelos missionários na Amazônia rondoniense. Conta um pouco de sua missão e do trabalho dos missionários que doaram as suas vidas para a evangelização na floresta.

Revela as lutas, as dificuldades, as vitórias e as conquistas da missão cristã na Amazônia. É um livro escrito com maestria e que revela a profunda convivência de D. Geraldo com as populações da Amazônia. Tanto é que lhe rendeu o convite para integrar a Academia Guajaramirense de Letras. Temos boas lembranças de D. Geraldo e de sua missão. Lembraremos sempre dele como uma pessoa iluminada, que deixou um rastro de luz por onde passou.

Descanse em paz, D. Geraldo, e que a luz divina, irradiada pelas suas palavras e ações, continue a iluminar nosso caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Eduardo Braga e, na sequência, vou encerrar a votação.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro sobre o aniversário da cidade de Manaus. São mais de 2,2 milhões de manauaras que estão neste momento comemorando mais um ano da existência daquela maravilhosa cidade à beira do Rio Negro e à beira do Rio Amazonas. Eu queria, portanto, cumprimentar os manauaras pelo aniversário da cidade.

Apresentei e dei como lido um discurso para constar nos *Anais* do Senado da República.

Sr. Presidente, muito obrigado pela gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.3 do Sumário)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 59 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; NÃO, 0.

Está, portanto, aprovado o texto principal, ressalvados os destaques, que serão apreciados na tarde de amanhã como primeiro item da pauta.

O requerimento que foi lido no início da sessão, pois havia compromisso nesse sentido.

Requerimento nº 793, de 2017, de Lideranças, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, que altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.

Votação do requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Verificação, verificação. Tem apoioamento?

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Apoioamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há apoioamento; então, deferido.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu peço à Secretaria da Mesa que prepare o painel.

Vamos votar o requerimento. Quem vota "sim" confere urgência para o projeto; quem vota "não" nega a urgência ao Projeto 28.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aberto o painel.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras já podem votar, já podem votar.

(*Procede-se à votação.* )

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Quando chegar a 41, eu encerro.

A votação é nominal.

Eu encerro, porque eu tenho um Congresso esperando por mim lá.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, seria bom o Senador Acir falar. Eu também queria me inscrever. E também o Senador Otto falar, pois é o Presidente da Comissão, para explicar – para explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu estou dando a palavra, enquanto há a votação.



**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Exatamente.

Só para explicar, Sr. Presidente, que nós estamos trabalhando em um acordo tanto com os taxistas quanto com os aplicativos e também com a Casa Civil, para depois apresentar à Casa Civil uma alternativa para essa regulamentação, um acordo que contemple tanto os aplicativos quanto os taxistas. Nós estamos fazendo esse trabalho, discutindo.

Eu cumprimento o Senador Pedro Chaves pelo belíssimo trabalho que ele vem fazendo, mas nós queremos um trabalho que não tenha que voltar para a Câmara para ser votado.

Eu entendo que esse é o momento de encerrarmos essa novela, esse capítulo. Nós não podemos deixar os aplicativos sem a regulamentação devida. Eles merecem a regulamentação, como também os taxistas merecem continuar o seu trabalho.

É uma categoria importante na história do nosso País, como também o serviço de aplicativos é importante para esse novo momento da história do nosso País. Os aplicativos e a informática são coisas que vieram para nós convivermos com elas. Agora, temos que regulamentar, e essa regulamentação está sendo feita através de acordo.

Então, só para registrar, Sr. Presidente, pedir o apoio dos demais Senadores e Senadoras para que a gente possa votar essa urgência e que nós possamos, até terça-feira, construir esse acordo. É um acordo que vem a contemplar tanto os taxistas quanto os aplicativos.

Eu tenho uma grande expectativa de que, com o apoio principalmente do Senador Pedro Chaves, a gente vai conseguir achar um ponto de equilíbrio que venha a contemplar o usuário tanto dos táxis quanto dos aplicativos também. É um serviço que nós precisamos que aconteça no nosso País. Não podemos mais ficar sem os aplicativos, mas temos que regulamentá-los também. Assim como nós temos que proteger aquela profissão que é dos taxistas, que trabalham já há muitos anos e que precisam ter o respeito de todos nós, aqui no Senado, como sempre tivemos, na Câmara também, como há e sempre teve.

É nesse sentido que eu encaminho o voto para que a gente possa aprovar essa urgência, porque essa urgência vai possibilitar a todos nós fazermos um acordo e direcionar para a próxima terça-feira essa votação, se Deus quiser, feita por aclamação aqui no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto Alencar, depois Senador Moka.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero destacar aqui o equilíbrio e o bom senso de V. Ex<sup>a</sup>. Semana passada, poderia se aprovar esse requerimento de urgência com as assinaturas que foram colocadas – mais de cinquenta Senadores que assinaram o requerimento de urgência.

V. Ex<sup>a</sup> pediu e nós fizemos hoje uma sessão extraordinária na Comissão de Ciência e Tecnologia para chegar a um acordo. Não houve o acordo, embora se tenha discutido bastante, até com aceitação das duas partes. Eu ouvi os representantes dos taxistas e ouvi também os representantes dos aplicativos, do Uber.

O que se ia fazer, o acordo que se faria contentaria, até porque não é possível ter um transporte individual de passageiros sem identificação, sem nenhuma noção de quem está ao volante, de quem



vai conduzir esse passageiro. E, ao contrário disso, você tem um outro que tem todos os deveres com pagamentos, com identificação, com placa vermelha. É um duelo injusto para aqueles que pagam e os que não pagam.

Então, nós queremos regulamentar para fazer uma coisa correta. Ninguém está aqui querendo acabar com os aplicativos de Uber – absolutamente não! –, mas é importante que o Senado possa deliberar a matéria, não aprovar o requerimento de urgência e dizer: nós não vamos votar. Vamos ter que passar ainda pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pela CAE, pela Comissão de Constituição e Justiça e terminar o ano sem deliberar uma matéria que é importante regulamentar ainda este ano e talvez ainda este mês.

Portanto, em nome do PSD, pela Liderança do PSD, que me deu o direito, como Vice-Líder, pelo Líder Omar Aziz, nós estamos encaminhando o voto "sim", para que se aprove o requerimento e, na próxima terça-feira, se delibere essa matéria.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sr. Presidente!

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós quase que chegamos a um acordo, e o que eu estou pedindo é o seguinte: o voto de urgência elimina a preferência do relatório do Senador Pedro Chaves. Nós vamos ficar com a seguinte opção: só votarmos o PL 28, que é o PL que veio da Câmara. E, aí, nós não vamos ter condição de fazer esse acordo, que é importante, porque eu sou um daqueles que acham que os taxistas, hoje, estão sendo prejudicados, porque pagam um monte de taxas que o Uber não paga. Mas nós não podemos fechar os olhos para as pessoas que hoje utilizam o Uber. É preciso estabelecer um consenso, um texto de consenso que dê um equilíbrio entre os dois, entre os taxistas e os aplicativos.

Por isso é que eu defendo "não" ao pedido de urgência, para que nós tenhamos tempo. Essa é uma matéria que precisa ser discutida e precisa de tempo, para que cheguemos a um acordo que não está distante.

Eu peço bom senso aqui do Senado, porque eu tenho certeza de que, se tivermos mais tempo, nós haveremos de chegar a um consenso em os taxistas e os aplicativos, os dois, serão contemplados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Acir Gurgacz está conduzindo a construção de um acordo. Qual é a preocupação? A ideia é tentar construir um acordo com alguns vetos, para esse projeto não voltar para a Câmara dos Deputados.

Os senhores conhecem o Senador Acir Gurgacz, como é equilibrado. E o Senador Pedro Chaves sabe do respeito que eu tenho por ele, que está fazendo um trabalho belíssimo, está sendo um grande Senador em tão pouco tempo, aqui nesta Casa – falava para ele nesses dias. Mas se discutirmos em cima do projeto do Senador Pedro Chaves, volta para a Câmara dos Deputados. Ninguém aguenta: nem os trabalhadores do Uber, nem os trabalhadores do táxi.



O Senador Acir Gurgacz vai conduzir esse processo com o máximo de equilíbrio. Votamos urgência, e até terça-feira é negociação. Ele hoje chegou bem perto. Por pouco. Se usarmos o projeto do Senador Pedro Chaves, aí, não: volta tudo à estaca zero, vamos voltar para a Câmara dos Deputados.

Então, de forma muito equilibrada, eu acho que aprovamos a urgência agora e vamos trabalhar até terça-feira, conversar com todas as partes. Eu digo uma coisa aqui: tudo o que não se quer, Presidente, é prejudicar trabalhador. Há trabalhador dos dois lados; então, esta Casa tem que tentar construir isso.

Então, é esse apelo que eu faço a toda a Casa, para que votemos "sim" a esse requerimento de urgência.

Acredito no trabalho do Senador Acir Gurgacz, de conversar com todas as partes envolvidas, para que possamos voltar na próxima semana.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que a gente encaminha o voto "sim" nessa matéria.

Eu tenho acompanhado diuturnamente essa questão dos taxistas e dos trabalhadores de aplicativos. Sei que ambos merecem o nosso respeito e apoio. Eu mesmo quero colaborar muito, depois, com o projeto do Senador Pedro Chaves, porque eu não admito que multinacional venha sangrar os motoristas de aplicativo, que mal ganham para o seu sustento. Por isso, nós precisamos regularizar a questão dos aplicativos, sem matar os taxistas.

A todos os motoristas de aplicativos, as minhas homenagens e o meu apoio. Vou estar ajudando aqui, para que eles sejam reconhecidos em todas as questões.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – E aos taxistas, hoje, o meu apoio ao PL 28, com o veto à placa vermelha.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já fui taxista – a minha primeira profissão. Com 18 anos, tirei a carteira de habilitação e fui dirigir um táxi do meu cunhado, em Santa Catarina. Trabalhei pouco tempo, apenas uns seis meses. Eu sei o quanto essa profissão é sofrida. Eu defendo, com unhas e dentes, os taxistas.

Respeito os que trabalham no Uber, porque ouvi um relato, hoje, de alguém dizendo que essa é a sua fonte de renda, uma pessoa que tem dois filhos, e assim deve haver milhares de homens e mulheres trabalhando no Uber, Brasil afora, sustentando as suas famílias. Mas a profissão dos taxistas é centenária ou milenar. É muito antiga. E ouvi relatos também de taxistas morrendo de infarto, porque financiaram o táxi, e o Uber está quebrando o taxista.

Hoje, já deve haver aí centenas, milhares de taxistas que deixaram de trabalhar, porque não conseguem mais pagar a prestação dos seus carros...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Então, pelo que eu mais torço é por um acordo em que possa haver o ganha-ganha, para que os dois lados, tanto os taxistas quanto aqueles que trabalham, que dependem do Uber para o seu ganha-pão, possam sobreviver.

Então, o trabalho que o Senador Pedro Chave está fazendo é um trabalho de gigante. Eu fiquei até com dó, hoje, dada a dificuldade das discussões na Comissão, onde não foi possível avançar. E o Senador Acir também, com a sua capacidade de liderança, tentando intermediar um acordo.

Eu quero me colocar ao lado do Senador Acir, ao lado do Lindbergh, ao lado do Pedro Chaves, do meu Líder, Raimundo Lira também, que é um homem ponderado e que pediu até que eu fizesse aqui um encaminhamento...

O nosso encaminhamento é "sim", mas respeitando as divergências de alguns Senadores do PMDB. Os Senadores que quiserem votar contra estão liberados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – ... mas o encaminhamento da Bancada, a pedido do nosso Líder, Senador Raimundo Lira, é "sim", pela urgência, para acabar com essa agonia, acabar com esse sofrimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Benedito de Lira...

Há vários Senadores pedindo a palavra, mas eu vou encerrar, porque há o Plenário do Congresso.

**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra já faz tanto tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com aquelas informações que V. Ex<sup>a</sup> nos transmitiu, na semana passada, nós estamos efetivando, na noite de hoje, a votação desse requerimento de urgência.

O requerimento de urgência não significa dizer que nós estamos criando qualquer tempo de dificuldade para uma parte ou para outra. Na verdade, o que precisamos é manter o equilíbrio.

Esperamos que, com isso, se possam apressar os entendimentos, porque, se não houver urgência, a coisa vai se procrastinando. E, como disse um colega aqui, podemos não aprovar essa matéria neste ano.

Então, com a aprovação da urgência, se chegará a um entendimento, porque, se não houver entendimento, já se sabe que, na próxima terça-feira, sem entendimento, com a urgência aprovada, nós iremos aprovar o Projeto nº 28. Daí a razão da urgência, a necessidade da aprovação da urgência.

Eu encaminho pelo meu Partido, o Partido Progressista, o voto "sim" ao requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Pedro Chaves.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...



**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco Moderador/PSC - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto meu é o de nº 530. Ele foi estudado durante seis meses. Houve audiência pública, onde estiveram representantes do Cade, dos motoristas, dos taxistas, de todos os segmentos. E ele foi o retrato de tudo isso. Houve uma assessoria muito forte. E ele representa o que há de avançado, o que é tecnológico, as inovações, e mostra aí a necessidade de sua aprovação, pelo que representa em termos de aplicativo. É um transporte por aplicativo, o que significa empregos de mais de 17 mil pessoas que trabalham no Uber. E nós sabemos que o número de desempregados que nós temos hoje é um número muito grande.

E hoje, mais do que nunca, dou no meu projeto todas as garantias, porque o que me interessa é a sociedade, o que me interessa é o usuário. Nós estamos pensando só no motorista, no taxista, e estamos pensando em que usa o Uber, mas estamos nos esquecendo do usuário, da sociedade, que usa realmente o táxi. Os nossos funcionários aqui do Senado mesmo, para irem às suas casas, pagam R\$10; se pegarem um táxi, pagam R\$25.

Então, nós temos que analisar realmente os custos, que me parece ser um dado importante que está sendo negligenciado por todo mundo. Há preocupação classista, corporativista, mas se esquece do principal, que é o usuário do Uber.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco Moderador/PSC - MS) – E no País todo, como eu falei, há 17 mil.

Então, eu pediria que fosse aprovado o projeto.

Eu não tenho acordo nenhum com o PLC 28. Eu quero realmente enfatizar que o meu projeto é o Projeto 530, do Senado Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe.

Vou encerrar a... votação na sequência.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Chaves tocou num ponto que é o que eu queria tocar aqui.

Eu vejo aqui muitas pessoas defendendo os taxistas, outros defendendo os motoristas do Uber e do transporte por aplicativos, e é justo que se defendam esses trabalhadores. Agora, é preciso levar em consideração, e de forma precípua, aquele que paga esses serviços, aquele que usa esses serviços, que é o usuário, que é o consumidor.

E eu espero que esta Casa, nessa discussão que agora está se estabelecendo, leve em consideração o interesse do consumidor. O consumidor não pode ser esquecido. Eu vejo muitas pessoas aqui defendendo os taxistas, outros defendendo os motoristas do Uber, e poucas pessoas falando aqui do consumidor, do usuário desse transporte, de quem consome esse transporte.

Então, é preciso levar em consideração o interesse do consumidor e o direito do consumidor de ter um transporte mais barato...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – ... e com melhor qualidade.

É importante que tudo seja fiscalizado, que não tenhamos absurdos, que não tenhamos alguns excessos que ocorrem. Agora, o interesse do consumidor precisa sempre prevalecer, e este precisa





também ser respeitado, porque vejo aqui muitos defenderem os taxistas, outros defenderem os motoristas do Uber, mas poucos falarem com relação ao direito do consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Paulo Bauer.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PSDB está liberada para votar de acordo com a consciência e a opinião de cada um dos Senadores que a compõem. Entretanto, é preciso registrar que nós não podemos trabalhar contra a modernidade e nem contra o avanço dos tempos.

O Uber é um modelo novo de transporte de passageiros, adotado em quase todas as grandes cidades e em todos os países do mundo, e nós temos que regulamentar a sua atividade. Isso é necessário.

O trabalho do Senador Pedro Chaves merece aplauso, porque é um trabalho muito bem feito. Nós temos que entender e compreender que a Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever, atendendo à reivindicação da sociedade, mandou para o Senado Federal um projeto de lei que o Senador Pedro Chaves analisou, relatou, e inclusive apresenta o substitutivo a ele.

E eu tenho a convicção, Sr. Presidente, de que nós temos capacidade e condições de encontrar uma condição e uma redação legal que atenda ao serviço do Uber, que precisa ser fiscalizado. Não pode ser realizado sem nenhuma fiscalização. Ele precisa ser regulamentado, em nome da proteção e da segurança do usuário. E precisa também ser fiscalizado, do ponto de vista tributário. É preciso haver um regime fiscal que esteja presente na atividade do Uber. E, naturalmente, nós temos que preservar o modelo do serviço de táxi, que é histórico, tradicional e importante para a utilização e o serviço de transporte de passageiro.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Por isso, eu confio que, a partir da votação que fizermos agora, independentemente de o requerimento ser ou não aprovado, nós teremos avanços e teremos um trabalho que, como aqui já foi relatado por vários Srs. Senadores, será realizado por todos nós, em benefício da sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lasier.

Eu vou encerrar, na sequência, a votação, para ir para o plenário da Câmara.

**O SR. JOSÉ AGRIPIÑO** (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, quero colocar a minha posição.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes de encerrar, deixe-me falar.

Presidente, esta matéria não pode ser decidida de afogadilho, como está se pretendendo aqui. Está havendo um atropelamento para um assunto de repercussão na vida dos brasileiros. Não se trata apenas dos aplicativos e dos taxistas: são milhões de brasileiros que estão na expectativa. Então, não está maduro, não está pronto.

E um tempo restrito, até terça-feira... Não dá tempo para acordo. Aliás, nenhum acordo houve até agora. Essa matéria precisa ser mais discutida.

Por isso, independentemente da votação, peço também a V. Ex<sup>a</sup> que adie, para que se trabalhe melhor este assunto, pela repercussão que vai haver.



Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Com a palavra o Senador Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Vou ser rápido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu fui prefeito de Natal, e quem foi Prefeito em capital conviveu, como eu convivi, com a categoria dos taxistas, com quem eu tenho a melhor das relações há muito tempo. Eu convivo com a vida deles, com os problemas que eles vivenciam no dia a dia. A nossa obrigação é proteger quem exerce uma profissão, paga tributos, tem ônus e presta serviço à sociedade.

Agora, eu não posso desconhecer, por hipótese alguma, a modernidade, que é o que o Uber traz. Eu sou usuário de Uber, e é uma coisa moderna no Brasil e no mundo inteiro.

O que é que nós temos que fazer? Decidir. Para decidir, você tem que marcar data. Do contrário, nós vamos ficar horas e horas discutindo sem decisão. E esta Casa sabe que só se decide quando se tem uma hora para decidir e essa hora é inexpugnável.

Por essa razão é que vou votar "sim" para obrigar que o entendimento aconteça, para que nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, mas que aconteça a definição e que a escolha de sofia seja feita.

Por essa razão é que eu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, depois...

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Serei muito breve, Sr. Presidente, é apenas para aqui lamentar a incoerência desta votação, o absurdo até desta votação, eu ter que declarar e justificar o meu voto.

Eu voto "sim", pela urgência, não porque sou favorável, na íntegra, ao projeto que vem da Câmara, mas pela confiança de que o Relator e o Colégio de Líderes, num acordo, tenham dito: "Vamos aprovar, trazer o projeto da Câmara para cá, para, em regime de urgência, ser aprovado; e, com base nesse projeto aprovado, com emenda de redação do Senador Acir, destrinchar alguns trechos que serão vetados pelo Presidente da República, para não só permitir a atividade do exercício do transporte municipal de passageiros pelo táxi, mas também permitir, de alguma forma regulamentada, fiscalizada, controlada, a atividade do Uber."

Então, Sr. Presidente, quer dizer, colocar Senadores nesta situação de terem que votar favorável a um projeto com que, num primeiro momento, da forma como está, não concordam; votar a urgência na base da confiança, não em relação ao Senador Acir porque nele todos nós confiamos, não no Colégio de Líderes porque nele todos nós confiamos, mas nas condicionantes futuras, até em relação a vetos do Presidente da República, é uma situação, no mínimo, inusitada.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Votei "sim" não porque sou favorável 100% ao projeto. Sou favorável ao trabalho dos taxistas, tenho o maior respeito pelo trabalho deles – quero dizer que sempre tivemos o apoio, inclusive, da categoria –, mas o projeto, como vem da Câmara, precisa de algumas modificações.



Estou entregando o meu voto e a minha confiança ao trabalho competente do Senador Acir Gurgacz, para que ele possa corrigir alguns detalhes e possamos, nesse aspecto, ter regulamentado também, com algumas condicionantes, o trabalho do Uber, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que V. Ex<sup>a</sup> quer encerrar a votação – é o Senador Gladson –, mas, das palavras da Senadora Simone Tebet, eu faço as minhas. Era só para deixar registrado que eu vou ter que votar "sim", mas, das palavras que a Senadora Simone Tebet acabou de dizer, eu faço as minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu quero só deixar bem claro...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu quero só deixar... A Mesa quer deixar bem claro que nós temos esse requerimento com 52 assinaturas. E esse requerimento não está sobre a mesa no dia de hoje, já está aqui há vários dias, e a Mesa tentando fazer o entendimento entre as duas partes. Esse é o nosso propósito. Portanto, tem exatamente um mês – um mês, Senadora Simone Tebet... Senadora Simone Tebet...

Senadora Simone Tebet, para V. Ex<sup>a</sup> que reclamou: nós estamos há um mês com esse requerimento, buscando o entendimento nesta Casa. Aqui eu não sou Uber, eu não sou táxi, aqui eu sou o Presidente da Casa, do Senado Federal. E tenho a obrigação de fazer aquilo que a maioria do Plenário deseja, não é a minha vontade pessoal – não é a minha vontade pessoal.

Portanto, eu espero que, até terça-feira, Deus ilumine as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores para que encontremos uma saída que contemple tanto um lado, como contemple o outro lado. E isso é possível de acontecer aqui nesta Casa pela vontade da maioria das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores.

Eu vou encerrar a votação.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu tenho que encerrar a votação. Perdoem-me, Srs. Senadores e Senadoras. Há uma sessão convocada para 19h. Às 19h32, eles encerram a sessão, e nós vamos perder a sessão obrigatória do Congresso Nacional. Por isso, eu, inclusive, pedi vênias ao Senador Armando Monteiro para não votar os destaques na noite de hoje. Então, eu vou pedir desculpas aos Senadores, mas...

Senador Cidinho, eu vou pedir que rapidamente faça apenas um registro para eu poder encerrar esta votação.

Senador Cidinho, Senador Flexa Ribeiro e, na sequência...

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu só queria considerar o trabalho do Senador Pedro Chaves. Eu acho que nós não podemos, de forma nenhuma, passar por cima do trabalho que ele fez ao longo desses seis meses.

E espero, com a confiança que estamos depositando no Senador Acir, que possamos achar um acordo até terça-feira, porque, senão, nós vamos ter que votar entre o relatório do Senador Pedro Chaves e o projeto que veio da Câmara. Isso não vai ser bom para ambas as partes, porque quem



perder vai perder muito. Então, espero que até a próxima terça-feira possamos encontrar um acordo, mas respeitando o trabalho feito pelo querido amigo Senador Pedro Chaves, do Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Vou votar "sim" para que nós possamos apressar o acordo que tem que ser atingido.

Nós temos que defender os taxistas, que exercem um trabalho da maior importância para o cidadão, mas também não podemos fechar a vista para a tecnologia que avança. É só encontrar um meio-termo que atenda os aplicativos, mas que também proteja os taxistas. É isso que nós vamos procurar fazer daqui até terça-feira próxima. Eu me coloco à disposição para que possamos fazer esse encontro. A informação que eu tive era a de que se estava próximo do acordo. Espero que chegue logo.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu espero, mais uma vez, antes de encerrar, que Deus ilumine a cabeça dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras.

A Presidência faz um apelo para que façamos esse entendimento até à próxima terça-feira, quando teremos condição de votar esta matéria.

Está encerrada a votação.

*(Manifestação da galeria.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não há manifestação da galeria, por favor.

*(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.4 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 46 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; votaram NÃO 07 Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras.

O Presidente não vota.

Mas, independente, eu queria fazer um apelo aos Senadores mais uma vez: independente da aprovação do requerimento, que a gente continue trabalhando o entendimento e o acordo para a próxima terça-feira.

A matéria constará da Ordem do Dia de terça-feira.

Está encerrada esta sessão.

E eu convido todos os Senadores e Senadoras que compareçam ao plenário do Congresso na Câmara dos Deputados, para iniciarmos os nossos trabalhos do Congresso Nacional.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 159ª SESSÃO**

**EXPEDIENTE**

**Comunicações**





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

*Designo.  
à Publicação  
Em 24/10/2017  
J.S.F.*

Ofício nº 225/17-GLPSDB

Brasília,

de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

Indico o Senador **EDUARDO AMORIM** para integrar,  
como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na  
vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

  
Senador **PAULO BAUER**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

Recebido em 24 / 10 / 17  
Hora: 13 : 39

  
Renata Brunson Saldanha - Mat. 315749  
SGM/SL-SF





SENADO FEDERAL  
Bloco Moderador

OF. Nº 104/2017-BLOMOD

*Designo o Senador  
Cidinho Santos como  
membro Titular da CCT,  
conforme indicação de  
Bidevenga.  
Em 23/10/17.*

Brasília, 18 de outubro de 2017.

À Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Cidinho Santos (PR/MT)** para compor, como membro **Titular**, a **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT**.

Atenciosamente,

**Senador WELLINGTON FAGUNDES**  
Líder do Bloco Moderador  
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Recebido em 23 / 10 / 2017  
Hora: 18 : 23

**Tiago Geovani Paes Ferreira**  
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

*Designo o Senador  
Romero Jucá, nos  
termos de indicação  
do b. de v. n.º  
Em 24/10/17  
[Assinatura]*

Ofício nº 226/17-GLPSDB

Brasília, 24 de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

Indico o Senador **ROMERO JUCÁ** para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Atenciosamente,

  
Senador **PAULO BAUER**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

*Recebido  
24/10/17  
[Assinatura]*





## Discurso encaminhado à publicação



**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, há 348 anos fundava-se, à margem esquerda do grandioso Rio Negro, no extremo norte do Brasil, a cidade de Manaus.

Manaus, cidade que abraçou a minha família, onde finquei raízes e onde nasceram minhas filhas Brenda, Bruna e Bianca.

Nasceu arraial em 1669. Contava com 4 milhares de habitantes, precariamente instalados em volta do Forte de São José do Rio Negro.

A fortaleza havia sido construída em pedra e barro pelos portugueses, para defender a região da cobiça das grandes potências europeias como França, Holanda e Inglaterra.

Sr. Presidente, não foi só aos europeus que a frágil urbanização do século XVII teve de resistir. Grupos indígenas entravam em constantes conflitos com os colonizadores portugueses, para tentar afastá-los de seus territórios.

Entre eles, estavam os Manaós, tribo forte e guerreira, que se recusava à escravidão, de quem a capital do atual Estado do Amazonas herdou seu nome, em setembro de 1856.

Três décadas depois, a exploração da borracha na região amazônica trouxe riqueza e esplendor para a cidade, que se desenvolvia no coração da selva e se abria para o mundo, especialmente entre 1870 e 1913.

Sr. Presidente, linhas de navegação a vapor conectavam Manaus à Europa e aos Estados Unidos com maior frequência que ao resto do Brasil.

A arte e a cultura vindas de várias partes do mundo eram celebradas nas luxuosas temporadas de ópera do suntuoso Teatro Amazonas.

O projeto arquitetônico primoroso, único no Brasil à época, foi de autoria do Gabinete Português de Engenharia e Arquitetura de Lisboa, forjado em 1883.

Pelo magnífico palco recém-inaugurado passaram espetáculos consagrados como *La Gioconda*, de Amilcare Ponchielli, e *La Traviata e Rigoletto*, de Giuseppe Verdi.

Mas a racionalidade dos seringais plantados na Ásia tornou inviável a coleta da borracha no meio da mata, como era feita na região amazônica, e essa indústria declinou rapidamente, arrastando consigo a cidade de Manaus.

Após um período de estagnação econômica, torpor cultural e até de perda populacional, uma nova esperança surge para a capital amazonense.

A Zona Franca de Manaus estabelece-se a partir da década de 1960 atraindo brasileiros de vários estados para Manaus.

A cidade de casarões e sobrados centenários da época da bonança vinda da borracha vai mudando de perfil. Verticaliza-se rapidamente.

Surgem edifícios altos, condomínios, para dar abrigo aos novos moradores que vieram trabalhar e investir na pulsante nova economia do polo de desenvolvimento, que hoje abriga mais de 700 indústrias.

Foi durante essa fase de crescimento, com o vislumbre de um grande futuro para Manaus que, em 1994, assumi a prefeitura da cidade, e me lancei numa cruzada pela melhoria da qualidade de vida de sua população.

Um dos principais programas que realizei visava melhorar a mobilidade urbana, com a abertura de novas avenidas, pavimentação de ruas e instalação de áreas de convivência das quais a população desfruta até hoje.



À frente do Governo do Estado do Amazonas, mais tarde, minha atuação, sempre focada no aperfeiçoamento das condições de educação, saúde e segurança das pessoas, culminou, entre outras iniciativas, na implantação do Prosamim – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

A expansão populacional havida a partir da Zona Franca aumentava a demanda por saneamento, urbanização e habitação. Era preciso agir rápido!

Na primeira e segunda etapas do Programa, mais de meio milhão de dólares foram investidos, beneficiando pelo menos 70 mil pessoas.

Milhares de moradias foram entregues aos que antes habitavam em modestas e insalubres palafitas. Cerca de 130 km de rede de esgoto foram construídos na Zona Sul de Manaus, diminuindo as emissões de águas contaminadas diretamente nos igarapés que cortam emaranhado urbano.

Novas vias de escoamento pluvial completaram a infraestrutura citadina em pelo menos 15 bairros.

A centenária Ponte Benjamim Constant foi recuperada e 7 parques com áreas verdes e para o lazer cobrem hoje quase 220 mil metros quadrados da área da capital amazonense!

Sr. Presidente, Manaus foi uma fortaleza brasileira no extremo norte do território durante mais de três séculos. O inimigo era o europeu, era a distância dos demais centros urbanos do País e as escassas comunicações.

Mas a cidade resistiu, cresceu e desenvolveu-se a ponto de ser a grande urbe que é hoje, com seus mais de 2 milhões de habitantes.

Uma recente ameaça foi enfrentada com a mesma determinação e resiliência que Manaus sempre demonstrou para seguir sua história.

Falo dos embates que precederam, por três longos anos, a prorrogação do modelo da Zona Franca até 2073.

Depois de muita negociação, esforços, e com o apoio de muitos dos colegas desta Casa, foi finalmente promulgada a Emenda Constitucional nº 83, de 2014.

Com ela foram mantidos os incentivos fiscais especiais do projeto e garantindo a Manaus e região a continuidade do fluxo dos importantes investimentos que nutrem sua economia e consolidam as empresas que lá se instalaram e as que ainda virão.

Há muito o que fazer ainda para que os resultados desse importante projeto sigam crescendo e para que a população continue sendo beneficiada com emprego e renda.

Há importantes barreiras logísticas que precisam ser derrubadas, e há que se trabalhar para que o modelo se torne cada vez mais independente de incentivos e isenções fiscais.

Mas não faltará disposição de minha parte, Sr. Presidente, para apoiar novas ideias, buscar novas fontes de investimentos e indicar os ajustes necessários à consolidação do modelo de desenvolvimento que é a Zona Franca de Manaus, tão importante para a população da cidade de Manaus e de todo o Estado do Amazonas.

Os manauaras primeiro, e depois o povo amazonense, sempre depositaram em mim sua confiança, deram-me seus votos e formaram a base de uma longa e bem-sucedida carreira política. Honrei-os com todos os esforços como Deputado Federal, vice-Prefeito e Prefeito de Manaus, Governador do Estado do Amazonas por duas vezes, Ministro de Minas e Energia e Senador da República!

Por esse povo, abraço todas as lutas com garra, com coragem ilimitada. Para esse povo, só tenho palavras de gratidão e carinho, por uma história política que se confunde com a história recente de Manaus e de sua gente, o que me orgulha sobremaneira.



Para essa majestosa cidade que vicejou em plena selva amazônica, dou os meus parabéns nesse 24 de outubro de 2017, esperando compartilhar com seus habitantes muitos mais anos de luta, mas também de grande prosperidade, abundância e contentamento.

Feliz Aniversário, Manaus!



# Expedientes do Ministro de Estado da Fazenda





# SENADO FEDERAL

## OFÍCIO "S" Nº 72, DE 2017

Encaminha, em atendimento ao disposto no art. 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, o relatório, em caráter confidencial, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, referente ao terceiro trimestre de 2016.

**AUTORIA:** Ministério da Fazenda

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos.



[Página da matéria](#)



OFÍCIO nº 48 /MF

Brasília, 20 de outubro de 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO DE OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Relatório de Financiamentos Externos com Recursos da União**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, referente ao terceiro trimestre de 2016, fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais, por intermédio do anexo Memorando nº 444/2016/SAIN/MF, de 08 de dezembro de 2016.

Por oportuno, convém ressaltar o caráter reservado de parte das informações contidas na referida documentação, nos termos do art. 23, inciso II da Lei nº 12.527, de 18.11.2011, e do art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.724, de 16.05.2012.

Atenciosamente,

  
**HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**  
Ministro de Estado da Fazenda



Anexos: 1/1 e 1 envelope lacrado.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

Memorando n.º 444/2016/SAIN /MF

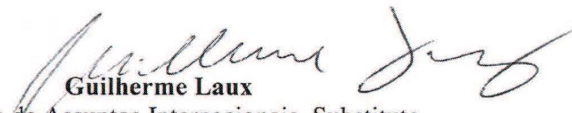
Em 08 de dezembro de 2016.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares – MF

**Assunto: Relatórios - Administração Geral - Relatório de Financiamentos Externos com Recursos da União - 2016.**

1. Em atendimento ao disposto no Artigo 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, enviamos a Vossa Senhoria relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, elaborado pelo Banco do Brasil S. A., agente financeiro do programa, referente ao 3º trimestre de 2016.
2. Cabe registrar que o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, em sua 136ª Reunião Ordinária, realizada em 04.05.2016, deliberou sobre critérios para a preservação de informações sujeitas aos sigilos comercial e bancário de que trata o artigo 6º do Decreto n. 7.724, de 16.05.2012, os quais deverão ser observados para o presente relatório.
3. Em vista do que precede, nas operações PROEX/Financiamento (bens e serviços), são liberadas as seguintes informações: país, natureza do empreendimento/objeto (resguardando-se quantidade no caso de bens), pleito, exportador, modalidade de embarque/desembolsos, no caso de serviços. As demais informações deverão ser preservadas por envolver sigilo bancário ou comercial, a saber: importador, valor da exportação (no caso de bens), quantidade dos bens, valor absoluto da parcela financiada, valor absoluto da parcela à vista, *incoterms*, índice de nacionalização, comissão de agente, forma de pagamento, taxa de juros, garantia e, no caso de bens, cronograma de embarque/desembolso.
4. Posto isso, solicito o encaminhamento do relatório para o Senado Federal.

Atenciosamente,

  
**Guilherme Laux**  
Secretário de Assuntos Internacionais, Substituto

Anexos: Relatório - 3º trimestre de 2016







# SENADO FEDERAL

## AVISO Nº 35, DE 2017

Encaminha, em atendimento ao disposto no art. 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, o relatório, em caráter confidencial, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, referente ao quarto trimestre de 2016.

**AUTORIA:** Ministério da Fazenda

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do aviso](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos.



[Página da matéria](#)



AVISO nº 272 /MF

Brasília, 20 de outubro de 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO DE OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Relatório de Financiamentos Externos com Recursos da União**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente ao quarto trimestre de 2016, fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais, por intermédio do anexo Memorando nº 81/2017/SAIN/MF, de 23.03.2017.

Por oportuno, convém ressaltar o caráter reservado de parte das informações contidas na referida documentação, nos termos do art. 23, inciso II da Lei nº 12.527, de 18.11.2011, e do art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.724, de 16.05.2012.

Atenciosamente,

  
**HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**  
Ministro de Estado da Fazenda

Anexos: 1/1 e 1 envelope lacrado.



L:\Asses\ade\PROEX2016-4 tri-24/03/17





**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

Memorando n.º 81/2017/SAIN /MF

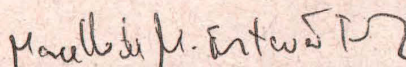
Em 23 de março de 2017.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares – MF

**Assunto: Relatórios - Administração Geral - Relatório de Financiamentos Externos com Recursos da União - 2016.**

1. Em atendimento ao disposto no Artigo 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, enviamos a Vossa Senhoria relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, elaborado pelo Banco do Brasil S. A., agente financeiro do programa, referente ao 4º trimestre de 2016.
2. Cabe registrar que o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, por ocasião das Reuniões Ordinárias 136ª e 140ª, ocorridas em 04.05.2016 e 25.08.2016, respectivamente, deliberou sobre critérios para a preservação de informações sujeitas aos sigilos comercial e bancário de que trata o artigo 6º do Decreto n. 7.724, de 16.05.2012, os quais deverão ser observados para o presente relatório.
3. Em vista do que precede, nas operações apoiadas pelo PROEX/Financiamento envolvendo bens, são liberadas as seguintes informações: país, pleito, exportador, objeto (inclusive quantidade) e modalidade de financiamento (*buyer's ou supplier's*). As demais informações deverão ser preservadas por envolver sigilo bancário ou comercial, a saber: importador, valor da exportação, parcela financiada (percentual e valor absoluto), parcela à vista (percentual e valor absoluto), *incoterms*, índice de nacionalização, comissão de agente, prazo de financiamento (liberar quando o importador for público), forma de pagamento do financiamento, taxa de juros, garantia e cronograma de embarque/desembolso. Quando as operações envolverem serviços, são liberados: país, pleito, exportador, valor da exportação, objeto, parcela financiada (percentual e valor), parcela à vista (percentual e valor), modalidade de financiamento (*buyer's ou supplier's*) e cronograma de embarque/desembolso. As demais informações deverão ser preservadas, a saber: importador, prazo de execução, *incoterms*, índice de nacionalização, comissão de agente, prazo de financiamento (liberar quando o importador for público), forma de pagamento do financiamento, taxa de juros e garantias.
4. Posto isso, solicito o encaminhamento do relatório para o Senado Federal.

Atenciosamente,

  
**Marcello de Moura Estevão Filho**  
Secretário de Assuntos Internacionais

Anexo: Relatório - 4º trimestre de 2016



## Pareceres







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 15, DE 2017

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o processo Projeto de Resolução do Senado nº55, de 2015, do Senador Randolfe Rodrigues, que Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga

**RELATOR:** Senador Telmário Mota

24 de Outubro de 2017





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA  
Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)



## PARECER Nº , DE 2017

DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, do Senador Randolfe Rodrigues e outros, que *fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 55, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação”.





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

A proposta inicial é composta de seis artigos.

O primeiro artigo estabelece em 18%, como regra geral, a alíquota máxima para operações internas com querosene de aviação (QAV) destinado ao consumo de empresa de transporte aéreo classificada nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que especifica. Essa alíquota será reduzida nas condições dadas pelos artigos seguintes.

O segundo artigo exige que as empresas de transporte aéreo destinatárias do QAV estejam em situação regular com suas obrigações tributárias principais e acessórias.

O terceiro artigo classifica os aeroportos em três categorias em função de sua movimentação anual de passageiros, a saber: até cinquenta mil; acima de cinquenta mil e até cem mil; e acima de cem mil e até seiscentos mil.

O quarto artigo estabelece alíquotas reduzidas em função do número de aeroportos dos diferentes portes para os quais a empresa aérea amplie sua malha, em relação à existente em setembro de 2015. Para ampliação em aeroportos da maior categoria, as alíquotas vão de 16% (para cinco aeroportos adicionais) a 12% (para quinze ou mais aeroportos adicionais); na categoria intermediária, de 10% (para dez aeroportos adicionais) a 8% (para vinte ou mais aeroportos adicionais); e na menor categoria, 6% (para quinze aeroportos adicionais) a 4% (para vinte e cinco ou mais aeroportos adicionais). A contagem exclui os voos arrendados ou *charter*.

O quinto artigo propõe um adicional de cinco por cento na alíquota de ICMS para cada aeroporto excluído da malha de referência.

O sexto artigo é a cláusula de vigência, que se iniciaria em 1º de janeiro de 2016.



SF/17603.13714-54





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

A matéria foi distribuída inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Tendo sido aprovado o Requerimento nº 620, de 2017, solicitando a oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a matéria veio para análise desta Comissão.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator, Senador Jorge Viana, apresentou duas emendas ao projeto.

A primeira emenda institui apenas uma alíquota máxima de 12% para o ICMS nas operações internas com querosene de aviação. Para tanto, foi proposta a alteração do art. 1º, a modificação da redação de seu parágrafo único e a fusão deste com o *caput*. Como consequência, foram eliminados os artigos 2º, 3º, 4º e 5º.

A redução da alíquota proposta de 18% para 12% foi justificada pelo fato de que as empresas aéreas brasileiras estariam passando por uma das maiores crises da sua história. Uma vez que os combustíveis respondem por quase 40% dos seus custos operacionais, a redução do ICMS, que representa uma parcela importante do seu preço, teria significativo impacto na recuperação das empresas do setor.

A alteração do parágrafo único do art. 1º foi proposta para ampliar a incidência da referida alíquota máxima para todas as operações internas com QAV, sejam realizadas por distribuidoras, sejam por refinarias.

A segunda emenda alterou a cláusula de vigência, de 1º de janeiro de 2016, para após decorridos dez dias da data de sua eventual publicação.

Após receber Parecer na CAE, no prazo Regimental, em 20 de julho de 2016, foi apresentada a Emenda de Plenário nº 3, de autoria do Senador Hélio José. Essa Emenda limita a 12% a alíquota do ICMS incidente na comercialização de óleo diesel utilizado pelas ferrovias de carga.



SF/17603.13714-54







## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DFFone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

De acordo com o Senador, o segundo maior custo que as operadoras ferroviárias apresentam é com a aquisição de combustível, chegando a 30%. Segundo ele, as ferrovias de carga ainda têm muito a crescer e precisam de incentivos fiscais e tributários, além de mais investimentos públicos e privados em sua malha.

Também no Plenário, o Senador Jorge Viana apresentou a Emenda nº 4, a fim de substituir na ementa e no art. 1º do PRS nº 55, de 2015, a expressão “operações internas com querosene de aviação” pela expressão “operações internas com combustível de aviação”.

Na mesma linha da Emenda nº 4, na CI, o Senador Vicentinho Alves apresentou a Emenda nº 5. A emenda propõe que o benefício seja concedido não só ao querosene de aviação como também a gasolina de aviação usados pelas empresas de transporte aéreo regular e não regular.

Em sua justificação, o Senador assevera que, embora a gasolina de aviação (AVGAS) represente apenas uma pequena fração do consumo universal de combustíveis no Brasil, correspondendo a 0,1% do total, a maior parte da integração do território nacional, principalmente na Amazônia, depende do consumo desse combustível.

A Emenda pretende atender aos táxis aéreos de pequeno porte, cuja maioria é abastecida com AVGAS. De acordo com o autor, a extensão desse benefício a essas aeronaves causaria um impacto relativamente pequeno na arrecadação, mas com um resultado muito relevante para as empresas que atendem voos não regulares, já que os gastos dessas empresas com combustíveis representam de 30% a 40% de seus custos totais. Pondera ainda que uma queda inicial na arrecadação do ICMS sobre esses carburantes seria prontamente revertida com o estímulo da atividade e, consequentemente, maior consumo.

Por fim, ressalta que os táxis aéreos são responsáveis pelo socorro aeromédico em todo o território nacional, bem como pelo transporte



SF/17603.13714-54





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

de indígenas para dentro e para fora dos distritos sanitários indígenas (DISEI's), pelo atendimento às plataformas de petróleo, pela distribuição de dinheiro e documentos de compensação em todo o País, correios, transporte corporativo, etc., sendo também essenciais para a qualificação da mão-de-obra dos futuros comandantes das linhas aéreas regulares.

A Emenda nº 6, apresentada pelo Senador Eduardo Braga na CI, dispõe que as empresas aéreas deverão implantar, até 31 de dezembro de 2017, novo plano de voos nacionais e regionais que contemple uma maior oferta a todos os Estados da Federação, na forma do anexo apresentado.

De acordo com a justificativa, o autor pondera que a proposta só faz sentido se, como contrapartida pela redução dos custos decorrentes da diminuição da alíquota de ICMS seja garantido o aumento da oferta de voos.

Também na CI, o Senador Roberto Rocha apresentou a Emenda nº 7 para vincular a redução da alíquota máxima do ICMS à implantação de plano de ampliação de voos nacionais e regionais e de redução do valor das passagens aéreas. Ademais, prevê compensação da perda de arrecadação pelos Estados por meio da utilização de recursos da União.

## II – ANÁLISE

Nesta comissão será analisado apenas o mérito da proposição.

Como bem levantado na CAE, os custos operacionais das companhias aéreas brasileiras dispararam em razão da guinada cambial ocorrida em 2015 – quando o dólar saiu de R\$ 2,63, em janeiro, para R\$ 3,87, em dezembro –, o que acarreta impacto direto sobre as despesas de locação de aeronaves e de combustíveis atreladas ao preço dessa moeda. A maior parte das receitas das companhias aéreas, contudo, é obtida em reais.



SF/17603.13714-54





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

Esse cenário penaliza principalmente o usuário de transporte aéreo no Brasil, que passa a ter que pagar tarifas mais altas pela prestação do serviço.

Embora saibamos que, em 2002, o volume anual de passageiros no Brasil tenha sido de apenas 30 milhões, passando para mais de 100 milhões recentemente, essa inclusão das classes menos favorecidas no mercado aéreo está ameaçada.

Nos últimos meses, houve redução no número de usuários por uma combinação de fatores: a desaceleração da economia brasileira, a perda do poder de compra da população, os altos custos em dólar e a dificuldade de caixa das companhias aéreas nacionais.

O setor terá dificuldades de manter o serviço a preços acessíveis à população, se não forem tomadas medidas para reduzir o custo operacional das empresas. A readequação da política de cobrança do ICMS é, portanto, uma medida necessária para manter o serviço a preços acessíveis aos usuários, especialmente para a parcela de menor renda.

Quanto à emenda nº 5, proposta pelo Senador Vicentinho Alves, para estender o benefício aqui analisado a todas as formas de combustíveis utilizados na aviação, além de ir ao encontro do proposto pela CAE, beneficia ainda diversas empresas que são responsáveis pela integração de regiões remotas do país, bem como prestam serviços essenciais à população.

No que se refere a alteração proposta pelo Senador Hélio José, a despeito de parecer medida, a princípio, meritória, entendemos que ela foge do escopo da Resolução aqui analisada, que é o transporte aéreo.

Sobre a emenda nº 6 a qual tem um objetivo nobre, vincular a eficácia da Resolução a um plano de ampliação de voos a ser implementado pelo setor aéreo, eis a razão pela qual a acatamos na integralidade. Quanto às emendas nºs 7 e 8, não encontramos consonância com as discussões sobre



SF/17603.13714-54





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

o tema, razão pela qual as rejeitamos. O que não impede que sejam apreciadas noutro momento.

Propomos, por fim, que o Art. 1º seja alterado para contemplar os serviços aéreos especializados tais como aviação agrícola, helicópteros em plataformas petrolíferas, aerofotografia, dentre outros.

Por fim, se faz necessária uma emenda para adequar a ementa da proposição para nela incluir a gasolina de aviação.

**III – VOTO**

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da CAE, das Emendas nºs 3 e 4 do Plenário e da Emendas nºs 7 e 8 da CI; e pela aprovação das Emendas nºs 5 e 6 da CI, nos termos do seguinte substitutivo:



SF/17603.13714-54





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA  
Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

## EMENDA Nº -CI (Substitutivo)

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, DE 2015

Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com combustível de aviação.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** A alíquota máxima do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações internas com querosene de aviação (QAV) e gasolina de aviação (AVGAS), é de 12% (doze por cento), para as empresas de transporte aéreo regular e não regular e serviços aéreos especializados.

**Art. 2º** As empresas aéreas deverão implantar até 31 de dezembro de 2017 novo plano de voos nacionais e regionais, que contemple uma maior oferta a todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, na forma do anexo da presente Resolução.

**Parágrafo único.** Caberá ao Poder Executivo acompanhar e fiscalizar a execução do disposto no caput deste artigo.



SF/17603.13714-54





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA  
Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

## ANEXO

(ao PRS nº 55, de 2015)

## AUMENTO DA OFERTA DE VOOS

ITEM	ESTADO	Nº DE VOOS
1	Acre	2
2	Alagoas	4
3	Amapá <sup>1</sup>	2
4	Amazonas	18
5	Bahia	15
6	Ceará	16
7	Distrito Federal	12
8	Espírito Santo	2
9	Goiás	1
10	Maranhão	3
11	Mato Grosso	6
12	Mato Grosso do Sul	1
13	Minas Gerais	9
14	Pará	22
15	Paraíba	1
16	Paraná	11
17	Pernambuco	6
18	Piauí	1
19	Rio de Janeiro	3
20	Rio Grande do Norte	4
21	Rio Grande do Sul	11
22	Rondônia	3
23	Roraima	1
24	Santa Catarina	6
25	São Paulo	36



SF/17603.13714-54



11



## SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)

26	Sergipe	1
27	Tocantins	1
	Nº TOTAL DE VOOS <sup>2</sup>	198

<sup>1</sup>Amapá: inclui aumento de oferta por troca de aeronave<sup>2</sup> Número de decolagens





10

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CI, 24/10/2017 às 09h - 32ª, Extraordinária**  
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. HÉLIO JOSÉ <a href="#">PRESENTE</a>
EDUARDO BRAGA <a href="#">PRESENTE</a>	2. KÁTIA ABREU
FERNANDO BEZERRA COELHO	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER <a href="#">PRESENTE</a>	4. JADER BARBALHO
RAIMUNDO LIRA	5. VALDIR RAUPP <a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>
JORGE VIANA <a href="#">PRESENTE</a>	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL <a href="#">PRESENTE</a>	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ <a href="#">PRESENTE</a>	5. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ATAÍDES OLIVEIRA	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO <a href="#">PRESENTE</a>	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>	3. VAGO
RONALDO CAIADO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS <a href="#">PRESENTE</a>
WILDER MORAIS	2. IVO CASSOL
ROBERTO MUNIZ	3. GLADSON CAMELI <a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES	1. ARMANDO MONTEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
VICENTINHO ALVES	2. TELMÁRIO MOTA <a href="#">PRESENTE</a>
PEDRO CHAVES <a href="#">PRESENTE</a>	3. MAGNO MALTA

**Não Membros Presentes**

PAULO PAIM



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PRS 55/2015)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESSA DATA, É APROVADO RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA NA FORMA DE EMENDA SUBSTITUTIVA.

24 de Outubro de 2017

Senador EDUARDO BRAGA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 107, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº351, de 2013, do Senador Pedro Taques, que Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço

24 de Outubro de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, do Senador Pedro Taques, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar.*



RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 351, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Taques. A proposição, composta por dez artigos, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para estabelecer regras orçamentário-financeiras com o intuito de se evitar o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas futuras, bem como restaurar a condição original da inscrição em restos a pagar.

O art. 1º insere na LRF o art. 50-A, determinando que a execução orçamentária, a escrituração contábil, os demonstrativos de resultado fiscal e os registros de evolução da dívida pública dos entes da Federação apresentarão as despesas financeiras, divididas em: despesas relativas à aquisição de bens e direitos de liquidez imediata, cuja conversão em moeda corrente pode ocorrer em prazo de até trinta dias; despesas com bens e direitos com prazo de maturidade para conversão em moeda corrente não superiores ao prazo médio de maturidade da dívida mobiliária do ente; e outras despesas de natureza financeira.



---

2<sup>3</sup>

Já o art. 2º acresce ao art. 5º da LRF os §§ 8º a 10. O § 8º estabelece que integram a lei orçamentária anual, e dependem de sua autorização específica, todas as operações e as receitas delas decorrentes relativas à emissão e entrega direta de títulos mobiliários do ente da Federação a entidades públicas e privadas, com a finalidade de o respectivo ente ou qualquer dos órgãos de sua Administração Pública adquirir ativos, quitar passivos ou transferir renda, independentemente de a monetização dos títulos ser realizada em momento posterior.

O § 9º excetua do § 8º as operações de troca de títulos mobiliários por outros de mesma natureza, mas de modalidade ou características financeiras distintas, desde que voltadas à gestão da carteira da dívida pública ou às relações entre a União e o Banco Central do Brasil. Excetuada a hipótese prevista no § 9º, o § 10 prevê que a aquisição de bem ou direito e a extinção de passivos por meio da entrega de títulos públicos dependerão da antecipação do empenho à conta da respectiva dotação e do reconhecimento da receita de operação de crédito.

Por sua vez, o art. 3º da proposição acresce à LRF o art. 47-A. Esse dispositivo equipara a operação de crédito irregular e veda a emissão de títulos da dívida pública a título de antecipação de crédito que o ente detenha junto às empresas por ele controladas ou às empresas supranacionais de cujo capital social a União participe e a antecipação desses mesmos créditos às expensas das mesmas empresas. Excetuam-se das vedações a antecipação da distribuição de lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio quando não implicar a antecipação dos prazos fixados em caráter geral pela lei societária ou pelas regras que lhes forem aplicáveis nos termos do tratado constitutivo da empresa estatal.

Ademais, esse dispositivo somente possibilita o registro como receita primária da parcela dos lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas instituições financeiras ligadas ao ente que exceder a diferença entre o custo do Tesouro do ente para disponibilizar a fonte de recursos, independentemente de qual seja, para essas instituições concederem empréstimos e o valor total dos encargos recebidos pelas mesmas instituições nos empréstimos concedidos.

O art. 4º do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, acrescenta os §§ 3º a 6º ao art. 26 da LRF, que disciplina condições para a destinação de recursos públicos ao setor privado. Com isso, a concessão de empréstimo por agência de fomento ou instituição financeira controlada por qualquer ente, mesmo indiretamente, inclusive a novação, a modificação ou a



SF/17266.61790-42



celebração de termos aditivos aos contratos originais, bem como a subscrição de debêntures e a aquisição de participação acionária por essas instituições, deverão conter cláusula de expresse consentimento do mutuário, tomador ou beneficiário quanto à divulgação, sem limitação, da identidade do beneficiário, do valor, dos encargos contratuais, dos cronogramas de liberação e amortização e do estado de cumprimento das obrigações.

As instituições e agências de fomento públicas publicarão, pelo menos anualmente, relatórios com a discriminação das operações mencionadas. Somente estão livres da exigência de divulgação de informações as operações realizadas por banco comercial, múltiplo ou de investimento, cuja fonte de recursos seja oriunda exclusivamente de captações junto ao mercado, com a comprovação da ausência de qualquer tipo de recursos públicos nessas captações.

Por seu turno, o art. 5º insere na LRF o art. 42-A. Esse comando legal determina que, ao final do exercício financeiro, haverá o cancelamento da nota de empenho relativa ao contrato, convênio ou instrumento congênere não celebrado ou em relação à qual não haja verificação de condição determinante da obrigação de pagar. Impõe também que a inscrição em restos a pagar dependerá do não cancelamento da nota de empenho e de mais três condições: para os contratos celebrados, é necessária a formalização da requisição da prestação do serviço no exercício do empenho; para os convênios e contratos de repasse celebrados, o cumprimento por parte do beneficiário das condições legais para a transferência dos recursos; e para as transferências aos entes públicos e privados, a celebração do convênio ou contrato de repasse.

O art. 6º da proposição acrescenta ao art. 14 da LRF os §§ 4º e 5º para proibir o uso do eventual excesso de arrecadação ou de quaisquer ajustes na programação orçamentária e financeira da despesa pública como medida de compensação de renúncia de receita, exceto o excesso de arrecadação caracterizado pelo saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando a tendência do exercício, desde que com justificativa para a subestimativa observada na lei orçamentária anual e com renúncia de receita vigente apenas para o exercício em que é aprovada.

Já o art. 7º do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, acresce os §§ 5º e 6º ao art. 4º da LRF, que trata da lei de diretrizes orçamentárias. Assim, as metas constantes do Anexo de Metas Fiscais, integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentária, deverão incluir na despesa primária de cada



SF/17266.61790-42



exercício os valores relativos à quitação dos restos a pagar inscritos no exercício anterior. Caso haja o cancelamento, ao longo do exercício, de empenhos inscritos em restos a pagar, poderá haver a absorção de despesas primárias ou financeiras, conforme a natureza de cada empenho cancelado.

O art. 8º da proposição determina que as regulamentações dos entes que criam exceções ou condições especiais para a inscrição em restos a pagar sem a observância das regras trazidas pelo art. 5º não mais serão válidas a partir da publicação da lei resultante do PLS. A seu tempo, o art. 9º determina que os entes da Federação promoverão, em sessenta dias a contar da publicação da lei, o cancelamento dos empenhos inscritos em restos a pagar em desacordo ao art. 5º.

Por fim, o art. 10 trata da cláusula de vigência, determinando a vigência da lei na data de sua publicação, com a produção de efeitos: imediatos para os arts. 3º, 4º e 6º; a partir do exercício financeiro seguinte para os arts. 1º, 2º e 7º, com a adaptação dos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual no exercício corrente; e ao final do exercício corrente para o art. 5º, observadas as regras dos arts. 8º e 9º.

A matéria foi distribuída à CAE, com relatoria inicialmente pertencente ao Senador Francisco Dornelles, que a devolveu a pedido da secretaria da CAE. Após redistribuição, a relatoria coube, em 15 de abril de 2015, à Senadora Gleisi Hoffmann. Por força de aprovação, em 30 de abril de 2015, do Requerimento nº 398, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, o PLS nº 351, de 2013, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 165, de 2015, ambos de natureza complementar. A relatora apresentou, em 31 de agosto de 2015, relatório contrário ao PLS nº 351, de 2013, e favorável ao PLS nº 165, de 2015.

Consta ainda a apresentação de voto em separado, contrário ao PLS nº 165, de 2015, e favorável ao PLS nº 351, de 2013, pelo Senador Flexa Ribeiro, em 8 de setembro de 2015. Contudo, as proposições não foram apreciadas pela CAE à ocasião, tendo em vista que houve o desapensamento delas em razão da aprovação, em 5 de novembro de 2015, do Requerimento nº 1.074, de 2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e o envio das mesmas à Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico (CEDN), criada pelo Requerimento nº 935, de 2015, em decorrência do Ofício nº 1.196, de 2015, da Presidência do Senado Federal.



SF/17266.61790-42



Como os trabalhos da CEDN se encerraram em 22 de dezembro de 2016, as proposições retornaram à CAE em 6 de fevereiro de 2017, com tramitação separada, em que fui designado relator do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, em 23 de março de 2017.

Não houve a apresentação de emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

A União possui competência para legislar sobre direito financeiro, tema principal da proposição, consoante o inciso I do art. 24 da Constituição Federal (CF), cabendo ao Congresso Nacional, com a sanção posterior do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública, nos termos do inciso II combinado com o *caput* do art. 48 da CF.

A escolha da lei complementar para disciplinar a matéria se deve ao fato de que os incisos I, II e IV do art. 163 da Carta Magna exigem lei complementar para disciplinar, respectivamente, finanças públicas, dívida pública interna e emissão de títulos da dívida pública. Também não há vício de iniciativa parlamentar, pois os assuntos tratados na proposição em exame não são de iniciativa privativa do Presidente da República.

A proposição é jurídica, pois é inovadora do ordenamento jurídico, além de ser dotada de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade. Conforme o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre finanças públicas, normas gerais de direito financeiro e dívida pública, assuntos abordados pelo Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar.

Do ponto de vista da técnica legislativa, vislumbramos quatro ajustes, a fim de que a proposição atenda às normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata, entre outros aspectos, da elaboração de leis. O primeiro ajuste é a mudança da referência ao § 9º para § 8º no § 9º do art. 5º da LRF, na forma proposta pelo art. 2º da matéria. O segundo ajuste é a menção ao acréscimo do § 10 ao art. 5º da LRF no art. 2º do PLS. O terceiro é a correção do ano de publicação da LRF, que é 2000, e não 2001, nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º da proposição.

O quarto ajuste diz respeito à reescrita do art. 6º do PLS nº 351, de 2013 – Complementar. Esse artigo inicialmente acrescenta os §§ 4º e 5º



SF/17266.61790-42





ao art. 14 da LRF. O § 4º precisa ser reescrito para substituir a expressão “deste artigo” por “do *caput*”; e o § 5º, para eliminar a referência à Lei nº 4.320, de 1964, que será revogada quando o texto do PLS nº 229, de 2009 – Complementar, for transformado em norma jurídica. Consequentemente, há a inclusão de § 6º ao art. 6º da proposição em exame, com o objetivo de definir o conceito de excesso de arrecadação para os fins de compensação de renúncia de receita.

Concordamos com o mérito indiscutível da proposição. Hoje, pouco mais de três anos após a propositura do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, nota-se que, de fato, a “contabilidade criativa”, prática em que as contas públicas apresentam aparência de bom estado, quando a essência demonstra que o ente caminha para o desequilíbrio fiscal, executada exageradamente pelo governo da ex-Presidente Dilma, reduziu a confiança dos agentes econômicos na condução da política fiscal, afetando adversamente, por meio do canal das expectativas, as variáveis econômicas fundamentais, como o consumo e o investimento privados.

A obtenção de superávits primários artificiais, por meio da antecipação recorrente de dividendos, inclusive criados a partir do aumento do endividamento, e do atraso no pagamento de despesas devidas, lançou dúvidas se o governo federal obteria, na ausência desses malabarismos fiscais, superávits regulares nos anos subsequentes capazes de manter estável a relação entre a dívida bruta e o produto. De igual modo, a meta de resultado primário, em 2013 e 2014, foi cumprida apenas com a contabilização das desonerações tributárias concedidas, as quais, como sabemos, representam redução da receita primária.

Felizmente, a atual equipe econômica tem mostrado sinais de que a deturpação da transparência das contas públicas do governo federal pertence ao passado. No entanto, é conveniente eliminar lacunas existentes na LRF, que possibilitam aos entes da Federação, em especial à União, eventualmente mascararem o estado verdadeiro das contas públicas. Não é exagero afirmar que, sem transparência e responsabilidade na condução da gestão fiscal, não há meios de sairmos da grave crise econômica atual, por isso a importância de tornar permanentes as regras trazidas pelo PLS nº 351, de 2013 – Complementar.

Em seus arts. 1º e 3º, a proposição adequadamente assegura transparência a respeito, respectivamente: da composição das despesas financeiras relativas à liquidez dos ativos adquiridos pelo ente da Federação, a fim de permitir o conhecimento do custo dos ativos de baixa liquidez



SF/17266.61790-42



porventura adquiridos; e do cômputo, como receita primária, da parcela dos lucros, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de instituições financeiras públicas que exceder a diferença entre o custo do *funding* do Tesouro do ente e os encargos auferidos por essas instituições, a fim de evitar a criação de receitas primárias a partir do aumento do endividamento das empresas estatais.

Em relação ao art. 2º, o foco da proposição em relação às operações que abarcam a colocação direta de títulos públicos não é proibi-las, mas aumentar a transparência delas. Atualmente, no caso da União, somente os recursos da emissão e venda de títulos públicos realizadas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional e direcionados para o pagamento de despesas autorizadas por lei ou medida provisória constam da lei orçamentária anual. A intenção da proposição é que as operações de colocação direta de títulos nas entidades públicas ou privadas também passem pelo orçamento. Caso contrário, não estaríamos encerrando a nova “conta movimento” ligada, principalmente, aos bancos públicos.

Acertadamente, em seu art. 4º, a proposição afasta o sigilo bancário relativo aos contratos de empréstimos concedidos pelas agências de fomento ou instituições financeiras, bem como às operações de emissão ou subscrição de debêntures e às aquisições de participações acionárias pelas mesmas instituições, quando qualquer parcela de recursos públicos estiver envolvida. É indispensável que a sociedade conheça sem restrições os detalhes desses contratos e operações. Essa medida reforça o controle social dos cidadãos sobre a gestão dos recursos públicos.

Em suma, essas regras ajudam a combater as brechas na LRF. Apenas propomos cinco emendas de mérito à proposição. A primeira elimina os critérios para a inscrição de despesas em restos a pagar, propostos pelo art. 5º da proposição. Embora seja necessário definir regras para que a inscrição em restos a pagar seja a exceção, e não a rotina, de modo a incentivar o cumprimento do planejamento inicialmente constante das peças orçamentárias, o Senado Federal já deliberou sobre o tema recentemente, aprovando, em 7 de junho de 2016, o PLS nº 229, de 2009 – Complementar, o qual tramitará em Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

O art. 44 do texto dessa proposição aprovada pelo Senado estabelece critérios para a inscrição em restos a pagar, a qual obedecerá, principalmente, duas condições: comprovação de que os compromissos correspondentes cumprem o art. 42 da LRF, ou seja, de que no último ano do mandato do titular de Poder ou órgão somente serão contraídas as



SF/17266.61790-42



despesas a pagar no exercício seguinte quando houver disponibilidades de caixa suficientes; e soma das inscrições de despesas financiadas por vinculação específica de recursos não superiores ao saldo da disponibilidade financeira da referida vinculação de recursos existente na data de encerramento do exercício financeiro, apurada pelo órgão central de administração financeira do Poder Executivo.

Além disso, a inscrição em restos a pagar priorizará a despesa empenhada já liquidada antes do fim do exercício financeiro. Assim, vislumbramos que a lacuna da LRF relativa à inscrição em restos a pagar tem sido atendida a contento pelo PLS nº 229, de 2009 – Complementar, de modo que os conteúdos originais do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, relativos aos arts. 5º, 8º e 9º vêm de encontro ao já deliberado nesta Casa Legislativa. Convém ressaltar que o PLS nº 229, de 2009 – Complementar, após sua conversão em lei, substituirá a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, como lei de normas gerais de direito financeiro.

Portanto, propomos que o art. 5º do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, feche a lacuna existente que diz respeito às “pedaladas fiscais”. Essa prática fiscal nefasta equivale ao uso das instituições financeiras públicas para o pagamento de despesas a cargo do ente, sem que o ente disponha de saldo positivo para isso. Na prática, corresponde ao uso do limite do “cheque especial”. Ocorre que, por força do art. 36 da LRF, as instituições financeiras estatais não podem conceder crédito ao ente da Federação que a controle, isto é, o “cheque especial” é ilegal. Por isso, é importante equiparar como operação de crédito esse comportamento fiscal que mascara o resultado primário a ser apurado mensalmente.

A segunda emenda apresentada objetiva deixar expresse que a transformação do disposto no art. 5º em norma jurídica não altera entendimentos prévios sobre o enquadramento das “pedaladas fiscais” como operação de crédito. A terceira altera o art. 7º da proposição. De um lado, são eliminados os acréscimos propostos dos §§ 5º e 6º ao art. 4º da LRF. Embora concordemos com a preocupação do autor de que as metas fiscais devem incluir na despesa primária a quitação dos restos a pagar inscritos no exercício anterior sob pena de o ente da Federação acumular passivos cujo pagamento integral do estoque tem o potencial de aumentar o quantitativo de moeda em circulação na economia ou o saldo de operações compromissadas, cabe frisar que o Senado Federal também já deliberou sobre o assunto.



SF/17266.61790-42



O PLS nº 229, de 2009 – Complementar, em seu art. 45, determina que, via de regra, serão cancelados os restos a pagar inscritos no encerramento do exercício financeiro na ocorrência das seguintes hipóteses: o pagamento das despesas correntes não ocorrer até o final do terceiro mês seguinte ao do encerramento do exercício de sua inscrição; o pagamento das despesas de capital não ocorrer até o final do sexto mês seguinte ao do encerramento do exercício de sua inscrição, salvo se relativas a projetos de investimentos plurianuais, em que o prazo de pagamento será o encerramento do segundo exercício financeiro seguinte ao de sua inscrição; e o pagamento das despesas financiadas por operações de crédito, ressalvadas as de capital, não ocorrer até o final do exercício financeiro subsequente ao de sua inscrição.

Nota-se que as despesas com investimentos de caráter plurianual não serão pagas obrigatoriamente até o final do exercício financeiro subsequente, de modo que obrigar a inclusão delas no saldo das despesas primárias constantes das metas fiscais não é o mais adequado. O resultado primário leva em conta apenas as receitas arrecadadas e as despesas pagas. Também convém observar que o conteúdo inicial do art. 7º do PLS nº 351, de 2013 – Complementar, nada diz a respeito da redução do estoque pré-existente de restos a pagar. A esse respeito, o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016) cria um incentivo à redução desse estoque, ao permitir que, no âmbito da União, os pagamentos de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 serão excluídos dos limites anuais para as despesas primárias até o montante do excesso de resultado primário observado no exercício em relação à meta anual.

De outro lado, é acrescentado o § 5º ao art. 4º da LRF, aproveitando o art. 7º da proposição, a fim de coibir que a meta de resultado primário estabelecida pela lei de diretrizes orçamentárias possa ser cumprida com abatimentos, como as despesas discricionárias abrangidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento e as desonerações tributárias concedidas. A intenção é que a meta estipulada seja a mais transparente possível, de modo a servir como sinal efetivo do comportamento fiscal que o Poder Público pretende seguir. Se determinado ente da Federação pretende aumentar o seu nível de investimento gradualmente ao longo do tempo, basta estipular menor meta de resultado primário. Mesmo porque a não execução do nível de investimentos pretendido não torna ilegal a obtenção de resultado primário maior que a meta previamente determinada.

A quarta emenda modifica a cláusula de vigência, prevendo que alterações que dizem respeito às leis de diretrizes orçamentárias e às leis



SF/17266.61790-42



---

11  
10

orçamentárias anuais somente entrarão em vigência no início do segundo exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei. Caso essas alterações da LRF entrassem em vigor no início do exercício financeiro subsequente e a proposição fosse transformada em lei após a aprovação dessas peças orçamentárias, poderia não haver tempo hábil para a alteração das leis orçamentárias no mesmo exercício em que elas foram aprovadas. Logo, é mais prudente prever um prazo maior para algumas mudanças da LRF surtirem efeito prático. Por sua vez, a quinta emenda suprime o art. 10 da proposição inicial.

### III – VOTO

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, acrescido das seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 - CAE (de redação)

Onde se lê “§ 9º” no § 9º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, leia-se “§ 8º”.

#### EMENDA Nº 2 - CAE (de redação)

Onde se lê “parágrafos 8º e 9º” no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar”, leia-se “parágrafos 8º a 10”.

#### EMENDA Nº 3 - CAE

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:

**Art. 5º** O § 1º do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ....

.....

§ 1º Equipara-se a operação de crédito:



I – a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16;

II – a manutenção de saldo devedor pelo ente da Federação em instituição financeira ou agência financeira oficial de fomento, quando estas atuarem como agente financeiro ou repassador de recursos no âmbito de programas públicos, por:

- a) cinco dias consecutivos, ou
  - b) dez dias alternados em um mesmo exercício financeiro.
- ..... ” (NR)

#### EMENDA Nº 4 - CAE (de redação)

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:

**Art. 6º** O artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 4º a 6º:

“§ 4º É vedada a utilização, como medidas de compensação na forma do inciso II do *caput*, de eventual excesso de arrecadação ou de quaisquer ajustes na programação orçamentária e financeira da despesa pública.

§ 5º Excetua-se da vedação estabelecida pelo § 4º o eventual excesso de arrecadação, desde que a renúncia de receita por ele compensada seja concedida exclusivamente durante o exercício para o qual é aprovada e se demonstre a subestimação da receita na previsão orçamentária.

§ 6º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins de que trata o § 5º, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a projeção do exercício, o calendário de arrecadação da receita e fatores econômicos previsíveis.”

#### EMENDA Nº 5 - CAE

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:



---

13  
12

**Art. 7º** O artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** .....

.....

§ 5º A concessão de desonerações de tributos e a execução de quaisquer despesas relativas a programas de investimento não poderão deduzir a meta anual relativa ao resultado primário de que trata o § 1º.” (NR)

#### **EMENDA Nº 6 - CAE**

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:

**Art. 8º** A equiparação como operação de crédito da manutenção de saldo devedor pelo ente da Federação em instituição financeira ou agência financeira oficial de fomento nos termos do inciso II do § 1º do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não altera entendimentos anteriores sobre o assunto.

#### **EMENDA Nº 7 - CAE**

Dê-se ao art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir do início do segundo exercício financeiro seguinte para as disposições dos arts. 1º, 2º e 7º;

II – nessa data, em relação aos demais dispositivos.

#### **EMENDA Nº 8 - CAE**

Suprima-se o art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar.



14

13

**EMENDA Nº 9 - CAE (de redação)**

Onde se lê “Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001” nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, leia-se “Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







Senado Federal

15

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 24/10/2017 às 10h - 44ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
KÁTIA ABREU	1. EDUARDO BRAGA <a href="#">PRESENTE</a>
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO <a href="#">PRESENTE</a>	3. ELMANO FÉRRER <a href="#">PRESENTE</a>
RAIMUNDO LIRA	4. WALDEMIR MOKA <a href="#">PRESENTE</a>
SIMONE TEBET	5. VAGO
VALDIR RAUPP <a href="#">PRESENTE</a>	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ÂNGELA PORTELA <a href="#">PRESENTE</a>
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>
JORGE VIANA <a href="#">PRESENTE</a>	3. PAULO PAIM <a href="#">PRESENTE</a>
JOSÉ PIMENTEL <a href="#">PRESENTE</a>	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ <a href="#">PRESENTE</a>	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI <a href="#">PRESENTE</a>	1. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO <a href="#">PRESENTE</a>	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPIANO <a href="#">PRESENTE</a>	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO <a href="#">PRESENTE</a>
OMAR AZIZ <a href="#">PRESENTE</a>	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE <a href="#">PRESENTE</a>
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES <a href="#">PRESENTE</a>	1. PEDRO CHAVES <a href="#">PRESENTE</a>
ARMANDO MONTEIRO <a href="#">PRESENTE</a>	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA <a href="#">PRESENTE</a>	3. CIDINHO SANTOS <a href="#">PRESENTE</a>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLS 351/2013)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 A 9-CAE.

24 de Outubro de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



O Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 - Complementar, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



# Proposta de Emenda à Constituição





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2017

Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.

**AUTORIA:** Senador Romário (PODE/RJ) (1º signatário), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PTB/RR)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2017**

*A comissão de  
Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
Em 24/10/17.  
Do Barroso*

Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.



SF/17323.94227-02

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 55.** .....

VI – que sofrer condenação em sentença transitada em julgado:

- a) por crime comum previsto na lei de que trata o § 9º do art. 14, cujo cometimento resulte em inelegibilidade;
- b) por crime não previsto na alínea a.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, b, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V e VI, a, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

.....” (NR)

*Recebido  
24/10/17  
V. Barroso*

Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br





**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa a buscar o equacionamento para a questão das consequências de condenações criminais proferidas contra Deputados e Senadores.

A atual redação da Constituição permite que parlamentares que sejam condenados e, mesmo, presos permaneçam no exercício do mandato, até que a respectiva Casa Legislativa, mediante provocação de Mesa ou de partido político, decida pela perda do cargo.

O dispositivo constitucional deve ser entendido como garantia da autonomia do Poder Legislativo, para impedir que um Congressista perca o seu mandato por um crime de menor consequência.

Impõe-se, entretanto, que, para que esse objetivo seja plenamente alcançado e, igualmente, se evite uma sensação de impunidade no seio da sociedade civil, que se possa já de início separar os crimes mais graves.

Efetivamente, a situação atual, além de aviltar a imagem do Parlamento, já profundamente desgastada, ainda cria verdadeira contradição com os ditames da Lei da Ficha Limpa.

Vale dizer, cidadãos são considerados inelegíveis em virtude de condenações proferidas por órgãos colegiados por crimes graves, mas parlamentares, ainda que condenados por esses mesmos crimes em sentença transitada em julgado, podem eventualmente continuar no exercício do mandato.

Assim, estamos propondo que, para fins de perda do mandato dos membros do Congresso Nacional, se distingam os crimes comuns previstos na Lei da Ficha Limpa, cujo cometimento resulta em inelegibilidade, dos demais crimes.

No primeiro caso, desde que ocorra a condenação definitiva, haverá a perda automática do mandato, a ser decretada pela Mesa da respectiva



SF/17323.94227-02

Página: 2/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914



Casa Legislativa, permanecendo a atual regra constitucional para os demais casos.

Temos a certeza de que, com essa alteração, reduziremos a sensação de impunidade que perpassa a sociedade brasileira com relação aos membros do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que se mantém intacto o princípio constitucional da autonomia dos Poderes, que é garantia do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões,

*Romário*  
Senador ROMÁRIO



#### LISTA DE ASSINATURAS DE PARLAMENTARES

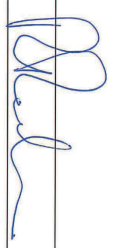



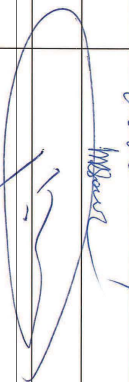










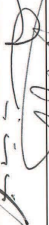



Parlamentar		Assinatura
1	Romário Forin	<i>Romário</i>
2	ALVARO DIAS	<i>Alvaro Dias</i>
3	José Medeiros	<i>José Medeiros</i>
4	Angela Portela	<i>Angela Portela</i>
5	HUMBERTO COSTA	<i>Humberto Costa</i>
6	Raul Rendo Forin	<i>Raul Rendo Forin</i>
7	LASIER	<i>Lasier</i>
8	LÍDICE DA MATA	<i>Lídice da Mata</i>
9	OTTO ALMEIDA	<i>Otto Almeida</i>
10	ACIR	<i>Acir</i>

Página: 3/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1176a914





11	Roberto Rocha	
12	Simone Tebet	
13	Antônio Carlos Valadares	
14	Ricarda Beria	
15	Randolph Rodrigues	
16		
17	NEUFÉ	
18	EDUARDO LOPES	
19	PAULO RICHTA	
20	EDUARDO FARIAS	
21	CÍSTOVAR	
22	JOSEANA	
23	ALVARO DE OLIVEIRA	
24	PEDRO OLIVEIRA (PS)	
25	FALMA BEZERRA	
26	Capitão Bezerra	
27	UNIVERSA	
28	MICHELLE GONÇALVES	
29	GABRIEL ALVES	
30	AGUIRRE PEREIRA	
31		

4



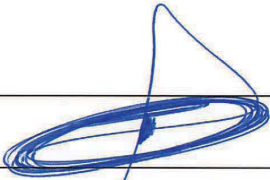
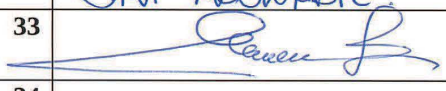
SF/17323.94227-02

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914

Página: 4/5 11/10/2017 14:31:08



5

32	DAVI ALCHAMBE	
33		Aura Amélia (PP/RS)
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		



SF/17323.94227-02

Página: 5/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca17f6a914



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 55

- parágrafo 3º do artigo 60



## Projetos de Lei do Senado





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2017

Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação - PNE, para que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC seja proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Congresso Nacional.

**AUTORIA:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

**DESPACHO:** Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação - PNE, para que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC seja proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Congresso Nacional.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o Plano Nacional de Educação - PNE com o objetivo de que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, mediante proposta do Poder Executivo, seja aprovada pelo Congresso Nacional:

**Art. 2º** A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14. Caberá ao Congresso Nacional a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC mediante proposta do Poder Executivo.

§ 1º No prazo de 3 (três) anos, a partir da implantação do Plano Nacional de Educação – PNE, o Poder Executivo encaminhará a proposta da base nacional comum curricular ao Congresso Nacional.

§ 2º Na elaboração da base nacional comum curricular, deverão ser observados os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs previstos na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, bem como, as habilidades e competências avaliadas pelos instrumentos internacionais de avaliação da educação dos quais o País participe.

§ 3º A base nacional comum curricular servirá como referencial obrigatório para o Programa Nacional do Livro Didático



- PNLD e outros programas pedagógicos, processos de avaliação dos alunos da educação básica e formação inicial e continuada de professores e terá suas ações e etapas de elaboração coordenadas pelo Ministério da Educação - MEC.

§ 4º Serão garantidas realizações de audiências públicas com especialistas por área de conhecimento e com participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 5º Os sistemas de ensino terão o prazo de até 3 (três) anos letivos, posteriores a aprovação da base nacional comum curricular pelo Congresso Nacional, para implementação da base acompanhando o Calendário de Atendimento do livro didático, iniciando pelas séries iniciais.

§ 6º A revisão acontecerá a cada 5 (cinco) anos após sua implementação na educação básica.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.  
(NR)”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A educação básica deve ter como parâmetro a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes de forma uniformizada em todo o País. Por sua vez, deve a BNCC obedecer às diretrizes trazidas pela Constituição Federal de contemplar a educação a serviço do *pleno desenvolvimento da pessoa*, do *preparo para o exercício da cidadania* e da *qualificação para o trabalho*.

A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, trouxe a necessidade de um *pacto interfederativo* a fim de estabelecer diretrizes capazes de orientar os currículos. Tal necessidade foi reafirmada pelo Plano Nacional de



Educação (2014), ressaltando a importância de uniformização de normativas na forma de uma *base nacional*.

Ocorre que o procedimento adotado para elaboração da BNCC não contempla os atores importantes de forma completa. Concebida no âmbito do Conselho Nacional de Educação, a Base é enviada ao MEC, que decide pela sua implementação.

Ora, é ululante a necessidade de democratizar este processo.

Munido da sensibilidade de professor, o deputado Rogério Marinho identificou muito bem esta questão ao apresentar o PL 4486/2016, que propõe a sujeição da Base Nacional Comum Curricular à análise e deliberação do Congresso Nacional.

A proposta ressalta a necessidade de amplo debate em torno desta questão, que gera efeitos em todo o território nacional. Antes de decidir e implementar, é preciso ouvir exaustivamente o parecer de especialistas e a opinião da sociedade civil, representada por todos os atores importantes ao processo educacional. Não somente as entidades privadas de ensino e as secretarias de educação, mas também as universidades devem ser ouvidas, afinal, são elas que preparam os profissionais que atuarão no ensino básico.

Na justificativa de sua proposição, Rogério Marinho defende maior e amplo debate:

“[...] é temerário que somente o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) sejam os





responsáveis pela elaboração e aprovação da base. O processo em si mesmo já é condenável. Valoração tão importante para o futuro da nação deve ser amparada num processo democrático pelos poderes executivo, legislativo e comunidade educacional. **A sociedade precisa opinar, o Executivo deve elaborar e o Congresso Nacional, representante legitimado pelo voto popular, decidir, em última instância, a revisão ou a aprovação do documento que poderá mudar a vida escolar de mais de 50 (cinquenta) milhões de estudantes matriculados no ensino básico das redes estaduais, municipais e privadas do Brasil.** Não é preciosismo lembrar que o Plano Nacional de Educação em vigor prevê que a Base Nacional Comum Curricular será de abrangência nacional, vinculando tanto Estados quanto Municípios, em um ato de cooperação interfederativa que, pela sua natureza, exige a participação maciça destes. Sendo, portanto, um ato vinculativo de todos os entes federativos faz-se mister a participação do Congresso Nacional no processo decisório da BNCC, como legítimos representantes dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e do Povo brasileiro. ” (Grifamos).



SF/17248-40508-81

Na mesma linha, creio ser pertinente que decisão de tamanha importância seja descentralizada, de modo a contemplar os mais diversos olhares sobre tema tão complexo, que é o aprimoramento e o desenvolvimento da educação no Brasil.

Há décadas se sabe que só a educação muda um país, e há décadas se repete nas mais diversas eleições a cargos políticos que devemos priorizar a educação para que tenhamos um país justo, próspero e eficiente, onde as pessoas possam ter a certeza de que podem subir na vida e deixar a pobreza. Muito embora esforços tenham sido empenhados nesta direção, o Brasil ainda ostenta níveis inaceitáveis de qualidade educacional, devendo todo esforço conjunto ser levado em consideração à mudança deste quadro.



5

Entendo, devido à sua importância, ser pertinente que a proposta de submeter a Base Nacional Comum Curricular aos debates no âmbito do legislativo, com avaliação e participação do Congresso Nacional no processo de tomada de decisões, tenha trâmite nas duas casas, Câmara e Senado, razão pela qual apresento o presente projeto de Lei.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

*Senador* RICARDO FERRAÇO



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - LEI-13005-2014-06-25 - 13005/14

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13005>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 401, DE 2017

Altera a Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para condicionar o cancelamento e a transferência ao Tesouro Nacional dos precatórios vencidos à análise do magistrado da respectiva execução.

**AUTORIA:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para condicionar o cancelamento e a transferência ao Tesouro Nacional dos precatórios vencidos à análise do magistrado da respectiva execução.

SF/17422.98151-69

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** Ficam cancelados os precatórios e as RPV federais expedidos, desde que seus valores não tenham sido levantados por inércia do credor e que estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial.

§ 1º O cancelamento de que trata o *caput* será operacionalizado mensalmente pela instituição financeira oficial depositária, desde que autorizado prévia e expressamente pelo juízo de execução.

§ 3º O cancelamento de que trata o *caput* será solicitado ao juízo da execução, que notificará o credor e deliberará, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca do cancelamento pretendido.

§ 4º Vencido o prazo do § 3º, o silêncio do juízo de execução importará autorização tácita.

§ 5º Caso o juízo de execução indefira a solicitação de cancelamento do precatório, será observado interstício mínimo de seis meses até que a instituição financeira possa reapresentá-la.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 6º Os cancelamentos autorizados pelo juízo de execução serão efetivados mediante a transferência dos valores depositados para a Conta Única do Tesouro Nacional.” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.463, de 2017, alterou algumas regras relativas ao gerenciamento e ao pagamento dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor (RPV) de que a União é devedora.

A principal alteração consistiu em autorizar o cancelamento de precatórios e RPV cujos recursos, embora disponíveis aos credores, não tenham sido levantados durante dois anos ou mais. O objetivo de tal medida é evitar que recursos orçamentários que poderiam ser utilizados para outros fins permaneçam ociosos devido à inação daqueles que são, supostamente, os principais interessados.

Com base nas novas regras, todos os valores de precatórios já depositados há dois anos ou mais foram revertidos para a Conta Única do Tesouro Nacional, sob a suposição de que a demora para levantar os recursos se deve a inércia ou desinteresse do credor.

Ora, a realidade mostra que, muitas vezes, essa suposição é equivocada. Por razões várias, o credor pode ver-se temporariamente impossibilitado de agir, o que em hipótese alguma representa inércia, inação ou desinteresse. Por exemplo, pode haver determinação do juízo da execução para que os recursos não sejam imediatamente levantados; ou algum recurso oposto pela própria Fazenda Pública no processo de execução ou em processo correlato (ação cautelar ou ação rescisória) pode estar pendente de julgamento; pode haver indefinição quanto à titularidade do crédito, em virtude de cessão do precatório ou sucessão em caso de morte do beneficiário originário; o advogado do credor pode haver falecido; ou o próprio juízo da execução pode ter retardado a expedição do alvará de levantamento, a despeito de requisição formal do credor-exequente, entre outras possibilidades.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Para evitar que eventos como os citados anteriormente criem obstáculos ao legítimo exercício de direitos reconhecidos pelo Poder Judiciário, propomos algumas alterações na redação do art. 2º da Lei 13.463/17, de forma a submeter o cancelamento dos precatórios e das RPV à autorização prévia do juízo da execução, notificada a parte credora. Dessa forma, anula-se a presunção absoluta de inércia do credor e adota-se uma sistemática que impõe a consideração de todos os fatos e circunstâncias que determinam a demora no levantamento dos depósitos.

Com a preocupação de não inviabilizar a aplicação das novas normas em função da eventual demora do juízo de execução em responder às solicitações recebidas, fixamos o prazo máximo de sessenta dias, após o qual a solicitação seria considerada tacitamente autorizada.

O objetivo maior da presente proposição é assegurar os direitos dos credores, que não raro enfrentam longos processos judiciais, e reforçar a segurança jurídica do sistema de precatórios, sem ferir, no entanto, o espírito da Lei 13.463/17, cujo objetivo é conferir maior eficiência à gestão dos recursos orçamentários destinados ao pagamento de precatórios e RPV.

Convictos da relevância da proposta, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES  
PSB-SE



SF/17422.98151-69



# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:1917;13463](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1917;13463)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1917;13463>

- artigo 2º

- Lei nº 13.463, de 6 de Julho de 2017 - LEI-13463-2017-07-06 - 13463/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13463>

- artigo 2º







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2017

Altera o Código de Processo Penal, para estabelecer procedimento para aplicação imediata da pena.

**AUTORIA:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o Código de Processo Penal, para estabelecer procedimento para aplicação imediata da pena.

SF/17300.84572-83

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos 394-B a 394-G:

“**Art. 394-B.** Recebida motivadamente a denúncia ou queixa, especificamente aferida a justa causa para ação penal, e não cabíveis a suspensão condicional do processo ou a transação penal, o imputado poderá requerer a aplicação imediata da punição, por simples petição, até a abertura da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º. O acordo será cabível nos processos em que, independentemente da pena abstrata cominada, se conclua, fundamentadamente, que a condenação ao final do processo acarretaria a substituição da pena privativa por restritiva de direitos, multa ou ambas.

§ 2º. A condenação em razão do acordo não poderá acarretar pena restritiva de liberdade ao acusado, seja diretamente ou em razão do descumprimento da pena restritiva de direitos ou multa.

§ 3º. Em caso de descumprimento da pena restritiva de direitos imposta por meio do acordo, reiniciar-se-á o curso do processo, salvo apresentação de justo motivo pela defesa, no prazo de cinco dias a partir da intimação.

§ 4º. A petição de requerimento de aplicação imediata da punição deve ser assinada pelo imputado e seu defensor. Em caso de divergência, deve prevalecer a vontade do acusado, bastando sua assinatura ou o requerimento oral em audiência, devendo constar expressamente os motivos da discordância do defensor.

§ 5º. Em caso de crime cometido em concurso de agentes, o acordo com um dos corréus não depende da vontade dos demais e não pode ser utilizado





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

como prova, salvo se houver acordo conjunto de colaboração premiada expressamente firmado.

§ 6º Na hipótese do § 5º, o juiz que conduziu o acordo com um imputado torna-se suspeito para julgar os demais corréus.

**Art. 394-C.** Oferecida a petição de aplicação imediata da punição, ao acusador será aberto prazo de 10 dias para oferecer proposta, analisando, fundamentadamente, o cumprimento dos requisitos e cálculo da pena provável, conforme o método trifásico regulado no Código Penal, a partir dos termos da denúncia ou queixa, consentidos pelo acusado, considerando a redução de 1/3 em razão da conformidade do imputado ao acordo. Se cominada cumulativamente pena de multa, ela deverá ser fixada em seu mínimo.

§ 1º. Se o acusador entender incabível o acordo, será aberto prazo de 10 dias para manifestação da defesa e, em seguida, deverá se pronunciar o juiz sobre seu cabimento.

§ 2º. Na manifestação sobre o posicionamento negativo da acusação, o juiz deverá ordenar o prosseguimento do feito, pronunciando-se acerca do cabimento do acordo e, se entender cabível ao caso, reconhecerá ao imputado o direito à redução de 1/3 na punição na sentença final.

§ 3º. Da decisão do juiz não caberá recurso, devendo ser questionada, ao final, em eventual apelação interposta contra a sentença condenatória.

§ 4º. Se o acusador se pronunciar favoravelmente ao acordo ou o julgador entender ilegítima a negativa daquele, deverá o imputado preso cautelarmente ser colocado em liberdade imediatamente.

§ 5º. A redução de pena prevista no caput deste artigo não exclui a análise quanto ao cabimento de circunstâncias atenuantes e quaisquer causas de diminuição de pena, que poderão ser aplicadas, portanto, cumulativamente.

**Art. 394-D.** São requisitos para a legitimidade da aceitação do imputado ao acordo:

I - voluntariedade, não podendo ser induzida por violência física real ou ameaçada, ou por coerção mental que vicie a vontade do acusado;

II - inteligência, de modo que o réu deve ter conhecimento de sua situação perante a imputação formulada e os fatos descritos pelo acusador, além das consequências de seu ato de aceite ao acordo, tanto em relação aos direitos a que renuncia quanto às punições que a ele serão impostas, além de seus efeitos colaterais;

III - fundamentação, devendo existir uma base fática que sustente o reconhecimento da culpabilidade pelo réu.



SF/17300.84572-83





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**Art. 394-E.** O acusado, acompanhado de seu defensor, deverá ser ouvido pelo juiz em audiência designada para tal finalidade, sendo o imputado questionado acerca da voluntariedade para a aceitação do acordo e advertido sobre as circunstâncias do fato a ele imputado e as exatas consequências de sua aceitação.

Parágrafo único. O imputado não é obrigado a descrever os fatos ocorridos, mas a ele será oferecida oportunidade de narrar sua versão; de qualquer modo, deve atestar, fundamentadamente, sua voluntariedade para a aceitação do acordo, seu conhecimento acerca da imputação e das consequências da aceitação e sua conformidade com os fatos e a imputação presentes na acusação.

**Art. 394-F.** Ao apreciar a proposta de acordo entre acusação e defesa, o julgador deverá:

I - condenar o acusado, se atendidos os requisitos do acordo e se tal decisão for adequada ao estado atual do processo, suficientes as provas juntadas e cotejadas com os termos da acusação e do interrogatório do réu, se este optar por motivar sua aceitação ao acordo com a descrição dos fatos ocorridos;

II - absolver o acusado, se, diante do estado atual do processo, restar comprovada a inexistência do fato, que o imputado não concorreu para a infração penal, que o fato não constitui infração penal, que presentes causas de exclusão do crime ou isenção de pena, que ausente condição para o exercício da ação penal;

III - declarar a extinção da punibilidade, se presente causa que a enseje;

IV - recusar o acordo e ordenar o prosseguimento da instrução, se não estiverem adimplidos os requisitos formais descritos no artigo 394-D.

§ 1º. No caso de prosseguimento da instrução, a aceitação do acordo pelo imputado não poderá ser considerada na sentença, devendo ser desentranhada dos autos, tornando-se suspeito o julgador que a apreciou.

§ 2º. No caso de prosseguimento da instrução, havendo condenação após o regular decorrer do processo, conforme o rito cabível, a pena máxima será limitada àquela proposta pelo acusador nos termos do acordo rejeitado, sem prejuízo de eventual redução nos termos do art. 394-C, §2º, salvo se sobrevierem fatos novos que imponham nova definição jurídica durante a instrução.

§ 3º. A decisão que condenar o imputado terá natureza condenatória, mas não caracterizará reincidência e Maus Antecedentes, ficando o imputado isento de eventuais custas ou despesas processuais.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**Art. 394-G.** A decisão que apreciar a proposta do acordo, se condenar, absolver ou declarar a extinção da punibilidade do agente, será recorrível por meio de apelação. A decisão que recusar o acordo e ordenar o prosseguimento da instrução é irrecorrível, devendo ser impugnada, ao final, em eventual apelação contra a sentença.

§ 1º. A apelação contra a decisão condenatória decorrente do acordo se limitará a questionar a atenção aos requisitos do acordo.

§ 2º. Se a decisão for reformada pelo tribunal, e ordenado o prosseguimento da instrução, o juiz que apreciou o acordo torna-se suspeito e não poderá julgar o caso. Em tal situação, a pena máxima será limitada àquela proposta pelo acusador nos termos do acordo rejeitado, salvo se sobrevierem fatos novos que imponham nova definição jurídica durante a instrução.

§ 3º. Da condenação definitiva fundamentada em acordo é admitida revisão criminal, nos termos do Código de Processo Penal.”

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto busca criar um procedimento que viabilizará a aplicação imediata de punição a pessoas denunciadas na esfera criminal, nos casos em que seja possível antever que o processo penal terá como resultado a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (aplicação de “penas alternativas”), multa ou ambas.

A sistemática proposta estabelece que caberá à pessoa denunciada, assistida por seu defensor, requerer a aplicação imediata da punição, por simples petição, após o juiz receber a denúncia e até a abertura da audiência de instrução e julgamento. O acusador terá dez dias para formular uma proposta de acordo para aplicação da pena, mas se entender que o procedimento é incabível para o caso, a decisão caberá ao juiz.

O acordo que vier a ser firmado em juízo implicará na condenação do acusado, que passará a cumprir a pena restritiva de direitos. Em caso de descumprimento, o processo criminal poderá ser retomado.

Em resumo, a inovação que se formula no âmbito do Código de Processo Penal parte dos seguintes pressupostos: 1) a barganha não poderá ocasionar pena restritiva de liberdade; 2) é necessário verificar a presença de

SF/17300.84572-83





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

justa causa como requisito para o acordo; 3) obtenção do benefício em razão da supressão do processo é direito do acusado, se cumpridos os requisitos legais; 4) diante do acordo, o julgador não é obrigado a proferir sentença condenatória, visto que deve haver elementos mínimos que confirmem o reconhecimento da culpabilidade do acusado.

Trata-se de modelo inspirado em legislações estrangeiras, na América Latina e na Itália, propondo sistemática que busca respeitar a legalidade e, ao mesmo tempo, a eficácia da persecução penal. Ele assegura que o magistrado verifique a consistência da acusação e evite que inocentes sejam punidos, revelando-se compatível com a Constituição e com as convenções internacionais sobre direitos humanos.

O projeto é resultado de trabalhos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e compõe um conjunto de propostas apresentadas no contexto das discussões sobre a reforma do Código de Processo Penal (“Reforma do Código de Processo Penal Brasileiro”, maio de 2017. pp. 53-55).

Seguros de que o projeto poderá conferir mais eficiência ao nosso sistema de justiça criminal, inclusive com a redução da carga de processos judiciais, solicitamos o apoio dos senhores e senhoras parlamentares para seu aprimoramento e aprovação final.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES  
PSB-SE



SF/17300.84572-83



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3689>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 403, DE 2017

Institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.

**AUTORIA:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**DESPACHO:** Às Comissões de Assuntos Econômicos; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017**

Institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia, com as seguintes finalidades:

I – reduzir a necessidade de desmatamento de novas áreas destinadas à expansão da fronteira agrícola;

II – elevar a produtividade das atividades agrícolas regionais;

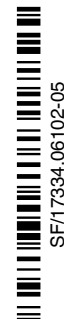
III – viabilizar economicamente a restauração de áreas degradadas na Amazônia;

IV – estimular soluções de mercado para a recomposição de passivos ambientais.

**Art. 2º** São potenciais beneficiários dos estímulos oferecidos por esta Lei os proprietários de imóveis rurais localizados na Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, cujo Grau de Utilização da Terra (GUT) seja superior a 80% e apresentem áreas degradadas ou em vias de degradação.

*Parágrafo único.* É considerada degradada ou em vias de degradação, para os efeitos desta Lei, a área do imóvel rural que não faça parte da Área de Preservação Permanente, da Área de Reserva Legal ou da Área Efetivamente Utilizada, nos termos constantes da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

**Art. 3º** Os proprietários de imóveis rurais cujas declarações anuais à Secretaria da Receita Federal evidenciem a restauração, em período de até dez anos, de 80% da área identificada como degradada ou em vias de degradação, ficarão isentos dos seguintes tributos, enquanto perdurar a comprovada restauração ambiental:





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

I – Imposto de Renda sobre os ganhos de capital decorrentes da alienação de imóvel rural;

II – Imposto Territorial Rural (ITR), instituído pela Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

**Art. 4º** O art. 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 21** .....  
.....

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica ao imóvel rural enquadrado no art. 3º da Lei que estabelece o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.” (NR)

**Art. 5º** O art. 3º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** .....  
.....

III – o imóvel rural enquadrado no art. 3º da Lei que estabelece o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.” (NR)

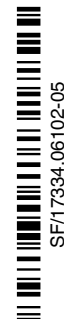
**Art. 6º** O art. 44 da Lei nº 12.651 (Código Florestal), de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 44.** .....  
.....

§ 5º Equipara-se ao conceito de área com vegetação nativa, para efeitos deste artigo, o imóvel rural enquadrado no art. 3º da Lei que estabelece o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.” (NR)

**Art. 7º** O imóvel rural localizado na Amazônia Legal que apresente redução contínua, nos últimos cinco anos, em sua área degradada ou em vias de degradação, não é passível de desapropriação para Reforma Agrária.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto estabelece, a um só tempo, estímulos à produção e à produtividade rurais, valorização das ações de resgate das áreas rurais em situação de degradação, além de reduzir a demanda por desmatamento para a incorporação ao processo produtivo de áreas de floresta existentes na Amazônia Legal.

A iniciativa considera o custo elevado envolvido nas ações de recuperação de áreas degradadas, buscando compensar os esforços do produtor rural comprometido com a responsabilidade ambiental por meio de estímulos fiscais.

No que diz respeito ao potencial impacto das medidas propostas sobre a arrecadação de tributos, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estimamos a renúncia de receita em dados da estimativa a ser calculado pela CONORF, mediante requerimento do Gabinete do Senador.) Para cada um dos três exercícios previstos no art. 14 da LRF.

Finalmente, tendo em conta que a renúncia fiscal será seguramente compensada pela elevação da produção agropecuária decorrente da reintegração das áreas degradadas ou em vias de degradação ao processo produtivo, solicitamos o apoio dos Parlamentares da Casa para aprovar essas meritórias alterações em nosso ordenamento jurídico em favor da conservação ambiental, da economia rural e da produção sustentável em uma área tão estratégica quanto a que abrange a Amazônia Legal.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2017.

Senador **ACIR GURGACZ**

**PDT/RO**



SF/17334.06102-05



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:complementar:2000;101>
- Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 - LCP-124-2007-01-03 - 124/07  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:complementar:2007;124>
  - artigo 2º
- Lei nº 8.981, de 20 de Janeiro de 1995 - LEI-8981-1995-01-20 - 8981/95  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;8981>
  - artigo 21
- Lei nº 9.393, de 19 de Dezembro de 1996 - Lei do ITR e Pagamento das Dívidas por Títulos da Dívida Agrária - 9393/96  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9393>
  - artigo 3º



# Republicação



A Presidência determina a republicação do avulso da Mensagem nº 69, de 2017, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, para retificação de declaração quanto à inexistência de ações judiciais.





# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 69, DE 2017

(nº 401/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

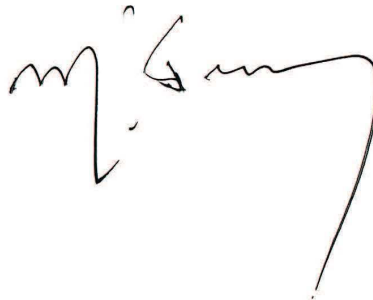


Mensagem nº 401

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Brasília, 11 de outubro de 2017.





**DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR****Dados Pessoais**

*Av. Prefeito Dulcideo Cardoso, 3333 – Bl. 01 - Aptº 203 – 22630-022 – Barra da Tijuca - RJ.*

*Tels: (55-21) 2112-8410/ Celular (55-21) 97614-0502/ (55-21) 99572-4992.*

***Filiação: Dirceu Cardoso Amorelli***

*Celina Ferreira Amorelli*

***Nacionalidade: Brasileira***

***Naturalidade: Rio de Janeiro***

***Data de Nascimento: 13/09/1965***

***Identidade: 066561101 Detran-RJ***

***CPF: 836.895.407-04***

***Matrícula SIAPE: 1515306***

***Nº do Registro no Conselho de Engenharia: 200.447.464-5***

***Certificado de Reservista: 1351712***

***Carteira Nacional de Habilitação: 00446067150***

***Número do Passaporte: S A 214861***

***E-mail:***

**EXPERIÊNCIA EM:**

- REGULAÇÃO DO MERCADO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS: “UPSTREAM”; “MIDSTREAM” E “DOWNSTREAM”;
- EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO BRASIL;
- RODADAS DE LICITAÇÃO DE BLOCOS PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO;
- PROJETOS DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA LATINA;
- IMPLEMENTAÇÃO DE NORMAS PARA O ESTÍMULO AO USO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NO SETOR DE TRANSPORTE;
- COORDENAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DE ACORDOS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES NO “DOWNSTREAM”;
- CONDUÇÃO DE LEILÕES PARA A OFERTA DE BIODIESEL;
- GERENCIAMENTO DE CRISE DA OFERTA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E BIOCOMBUSTÍVEIS;
- AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS;
- MODELAGEM TARIFÁRIA DE INDÚSTRIA DE REDE;
- GERÊNCIA GERAL DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS DE GRANDE PORTE;
- GERÊNCIA GERAL DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS;
- FORMAÇÃO E LIDERANÇA DE EQUIPES.



**IDIOMAS**  
**FLUENTE EM ITALIANO, INGLÊS e ESPANHOL**

**FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO**

<b>Doutorado em Planejamento Energético – Modelos Energéticos</b>	<b>2008 – 2013</b>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.	
<i>Título da Tese:</i> Modelo de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural.	
<b>Mestrado em Ciências Econômicas – Economia Empresarial</b>	<b>2006 – 2008</b>
IBMEC - Rio de Janeiro, Brasil.	
<i>Título da Dissertação:</i> Estimativa da Demanda por Gás Natural Veicular para o Brasil.	
<b>Engenharia de Petróleo – Especialização em Engenharia de Reservatório</b>	<b>2014 – 2015</b>
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.	
<b>Regulação Econômica, Concorrência e Reestruturação nos Setores de Infraestrutura</b>	<b>2008 – 2009</b>
Instituto de Economia, UFRJ, Brasil.	
<i>Título do Trabalho:</i> Cartel de Postos – Um estudo de caso.	
<b>Matemática Pura e Aplicada - (Extensão)</b>	<b>2006 – 2006</b>
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA, Rio de Janeiro, Brasil	
<b>MBA em Finanças</b>	<b>2003 – 2005</b>
IBMEC – Rio de Janeiro, Brasil.	
<i>Título do Trabalho:</i> Cancelamento da “Put Option” entre GM e a Fiat – Um Estudo de Caso.	
<b>Graduação em Engenharia Industrial Mecânica</b>	<b>1984 – 1990</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Brasil.	
<b>Curso técnico/profissionalizante em Mecânica</b>	<b>1981 – 1983</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Brasil.	

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS- ANP ...2005**  
**Especialista em Regulação do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – concurso de 2005.**

**Superintendente de Exploração (upstream)** **Atual – fev/2017**

Atualmente ocupa o cargo de Superintendente de Exploração, reportando-se a Diretoria Técnica IV da ANP. É responsável pela manutenção da regulamentação técnica aplicada à exploração, por gerir os contratos de concessão, da cessão onerosa e de partilha de produção na fase de exploração, bem como fiscalizar e controlar as atividades relativas.

Conduzir as análises dos pedidos de alteração de Programa Exploratório Mínimo (PEM) e propor aprovação ou denegação dos mesmos também faz das suas atribuições.

**Superintendente de Dados Técnicos (upstream)** **Fev/2017-Jul/2017**

Exerceu o cargo de Superintendente de Dados Técnicos e nessa posição foi responsável pelo gerenciamento de todo o acervo de dados sísmicos, não sísmicos, geoquímicos e das amostras de rochas e fluidos das bacias sedimentares brasileiras. Foi responsável, também, pelos pacotes de dados que integram o conjunto de informações geológicas disponibilizadas aos participantes das rodadas de licitação de blocos exploratórios.

**Superintendente-Adj. de Desenvolvimento da Produção (upstream)** **2116-2116**

A superintendência de desenvolvimento da produção é responsável pelo gerenciamento dos campos em produção de petróleo e gás natural e nessa função exerceu atividades voltadas para o controle da queima de gás natural na produção, aumento do fator de recuperação e na expansão dos pequenos e médios produtores.

**Assessor Técnico da Diretoria Colegiada da ANP** **2112-2116**

Integrou o corpo de assessores técnicos da diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nessa posição atuou com foco no desenvolvimento e acompanhamento da produção nacional de petróleo e gás natural, na revisão da política de implementação de Conteúdo Nacional, comercialização e movimentação de petróleo, derivados líquidos e gás natural, assim como em processos demandados à diretoria da ANP para vários setores da indústria petrolífera brasileira (*upstream, midstream e downstream*).





Foi membro do comitê Técnico-Operativo do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR.

Participou, na condição de membro efetivo, da comissão intersetorial coordenada pelo MME para a garantia do abastecimento do Etanol, do Comitê técnico 4 do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), da Comissão Interministerial do Biodiesel coordenada pela Casa Civil e da Comissão do Biodiesel do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP).

Assistiu a Diretoria Geral da Agência nas questões que afetam o setor de combustíveis e suas inter-relações com o setor de geração térmica de energia elétrica, infraestrutura de transporte, meio ambiente e mitigação de riscos de desabastecimento. Coordenou o grupo de trabalho multidisciplinar para estudar o plano de contingências e a formação dos estoques estratégicos de petróleo, gás natural, seus derivados e dos biocombustíveis no Brasil, no âmbito da ANP.

#### **Superintendente de Abastecimento (*downstream*)**

**2009 - 2012**

Foi responsável pela concessão de autorização aos agentes econômicos atuantes no setor de *downstream* da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis e pela operacionalização do abastecimento nacional de combustível com cerca de cem mil (100.00) agentes.

Foi responsável pela elaboração de resoluções para o *downstream*, Atos Administrativos concedendo a outorga e revogação de autorização aos agentes econômicos atuantes no abastecimento nacional e coordenação e aprovação de Notas Técnicas para a regulação do setor de abastecimento.

Presidiu o grupo de trabalho composto por agentes regulados, fabricantes de veículos/motores, órgãos ambientais federais e Ministérios do governo federal. Foi o responsável pela introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre (OD-BTE) que abastece a frota de veículos ciclo diesel fabricados a partir de 2012, em consonância com as intenções internacionais de redução dos níveis de poluição atmosférica.

Contribuiu para a expansão da oferta e utilização de biocombustíveis com vistas ao desenvolvimento sustentável, através da coordenação e implantação do diesel de baixo teor de enxofre no Brasil no âmbito da ANP, do Programa de Coleta de embalagens e resíduos de óleo lubrificante.

Membro efetivo dos comitês que trabalharam para a construção do marco regulatório do Etanol no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), e do Biodiesel na Casa Civil.

Em 2010 implementou o Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante Básico – COLB, em atendimento à Resolução ANP nº 16/09, alcançando o cadastramento de praticamente todos os produtores e importadores de óleo lubrificante básico de forma a melhorar o controle da atividade no que tange principalmente às origens e destinos dos resíduos e embalagens usadas.

Em 2011, participou como membro efetivo do Grupo de Trabalho da ANP e foi o autor da Proposta de Ação responsável pela nova regulamentação do etanol combustível com vistas à fiscalização e garantia do abastecimento em todo o território nacional (resultado das novas atribuições concedidas à ANP, pela lei nº14.490/2011).

Nos anos de 2009 e 2010, integrou a comissão intersetorial para o gerenciamento da crise de oferta nacional de etanol e gasolina, atuando efetivamente na elaboração junto ao governo e nas comissões parlamentares do Projeto de Lei dos biocombustíveis. Presidiu/coordenou as reuniões periódicas (sala de Situação) com os agentes econômicos envolvidos na cadeia de abastecimento do etanol (produtores, distribuidores e revendedores), com o objetivo de mitigar riscos de desabastecimento no âmbito da ANP.

Coordenou e presidiu os 12 leilões de biodiesel, no período de 2009 até 2012, com um volume aproximado de 700 milhões de litros em média por leilão, num valor total de R\$ 1,9 bi em média por leilão. Implementou o Sistema Compras Net a partir do 17º leilão de oferta do biodiesel a fim de aumentar o deságio do preço produto, trazendo maior competitividade e transparência nos certames. Foi responsável pela criação do método pricecap (cálculo do preço) do biodiesel nos leilões e desenvolveu a metodologia que vigora até hoje, sendo estas incluídas regularmente no processo administrativo, aumentando a transparência e rastreabilidade do processo.

Criou o projeto base e iniciou a implementação do processo de digitalização das correspondências e atos emitidos pela Superintendência em consonância com a segurança da informação.

No exercício de sua função implantou padrões de nível de serviço para análise dos pedidos de autorização solicitados pelos agentes econômicos, norteado pelos princípios da eficiência, celeridade e transparência, reduzindo em 90% (de 60 para 6 dias úteis) o prazo médio de análise dos pedidos novos para o exercício da atividade de posto revendedor de combustíveis automotivos e em 85% (60 para 10 dias úteis) o prazo médio de análise para os revendedores de Gás Liquefeito de Petróleo (Gás LP).

Reestruturou a equipe da Superintendência de Abastecimento, inserindo planejamento de tarefas e a estipulação, abrangendo prazo e qualidade para a análise dos documentos, bem como implementou melhorias na rotina de trabalho.





Reduziu em 90% (de 30 para 03 dias úteis) o prazo médio para a publicação dos despachos de concessão de autorização dos agentes regulados pela Superintendência de Abastecimento. Adicionalmente, estipulou prazo de 10 dias úteis para a avaliação dos pleitos de autorização para o exercício das atividades de distribuição de combustíveis líquidos, incluindo análise de engenharia das instalações.

Solucionou os impasses administrativos dos processos de revogação da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis que se encontravam inertes na Agência desde 1999. Refez o processo de cadastramento dos Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR), conforme estabelecido na Resolução ANP nº 08/07 e finalizou a tarefa por meio de força tarefa que estava pendente há dez (10) anos.

Iniciou o processo de obrigatoriedade do envio de informações de movimentação de produtos à ANP via SIMP (Sistema de Movimentação de Produtos) dos Transportadores Revendedores Retalhistas, segundo estabelece a Resolução ANP nº 17/04.

Estabeleceu o cadastramento na ANP dos agentes econômicos produtores e importadores de óleo lubrificante básico e acabado, dos refinadores de óleo lubrificante usado ou contaminado, assim como dos coletores de óleo lubrificante usado ou contaminado, conforme previsto nas Resoluções ANP nº 16; 17 e 18; 19 e 20/09, respectivamente.

Iniciou o processo de atualização de toda a regulamentação do setor de *downstream* do Brasil, através da revisão, entre outras, das Portarias ANP 202/99, que versa sobre o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e da ANP 116/2000, que trata do exercício da atividade de postos revendedores de combustíveis automotivos. Desenvolveu um conjunto de sistemas de informação via web que possibilita o aumento da transparência nos processos de autorização de agentes e a desburocratização do setor.

Foi responsável pela anuência das licenças de importação dos derivados de petróleo para o mercado interno brasileiro, assim como o controle de todas as exportações.

#### **Especialista em Regulação (*upstream*)      SPL / CCL**

**2007-2009**

Quando lotado na Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), atuou na área de projetos especiais, assessorando o Superintendente em questões econômicas, de engenharia e sistema de informação ligadas ao edital e aos contratos de licitação, formatação do Leilão de Blocos para Exploração e Produção (E&P), qualificação das empresas para o certame, divulgação das rodadas por meio de Workshop acadêmico, assim como no planejamento, treinamento e capacitação da equipe.

Participou da subcomissão interministerial coordenada pelo MME e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) destinada ao estudo do novo marco regulatório proporcionado pela descoberta das grandes jazidas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira.

Na Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL), assessorou a diretoria na implementação da política de nacionalização, acordadas nos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, assim como propôs e implantou regulamentos específicos para certificação dos equipamentos do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural do Brasil.

#### **Especialista em Regulação (*midstream*)      SCM**

**2005-2008**

Reportando-se ao Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás-Natural (SCM), foi responsável pela proposição dos critérios a serem utilizados para o cálculo das tarifas de transporte dutoviário de petróleo, seus derivados e gás natural, pela análise da compatibilidade do valor acordado entre os usuários e proprietários das instalações, assim como pela sugestão do valor e da forma de pagamento da remuneração pelo uso das instalações de transporte.

Atuando junto à Petrobras e à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi responsável pela análise e aprovação das parcelas compensatórias e dos reajustes de preço do gás natural destinados ao PPT (Programa Prioritário de Termo Eletricidade) nos anos de 2005 e 2007.

Como membro do subgrupo de tarifas do Comitê formado pela Venezuela, Argentina e Brasil para a integração energética da América do Sul, juntamente com membros da Petrobras, EPE e MME, foi responsável por analisar, calcular e sugerir o modelo de tarifas a ser implementado no transporte dutoviário de gás natural entre os países da América do Sul.

Também exerceu a função de conselheiro do Conselho Fiscal da Associação dos Servidores da Agência Nacional do Petróleo e foi eleito para dois mandatos pelo quadro de funcionários.

#### **Iniciativa Privada**

**1989 - 2005**

Na iniciativa privada atuou como consultor autônomo nas áreas de venda, logística e distribuição, prestou assessoria e ministrou palestras em empresas do ramo de distribuição e logística.

Trabalhou na América Latina Logística (ALL) no período de 2002 a 2003 como Gerente Regional, reportando-se ao Diretor de Negócios. Foi responsável pela Unidade Regional da ALL-Delara





nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como pela captação, desenvolvimento e implantação de novos negócios.

Foi do quadro executivo da Cia. de Bebidas das Américas (AMBEV) no período de 1989 a 2001 tendo ocupado as seguintes posições: Gerente Comercial - AMBEV (1999 - 2001); Gerente de Distribuição Direta - Cia. Brahma (1994 - 1999) tendo ingressado na Cia. Cervejaria Brahma como Auxiliar Técnico, no ano de 1989, atuando neste cargo até 1990, quando foi aprovado no primeiro concurso de Trainee. Atuou neste cargo até 1991 e posteriormente assumiu a Coordenação do PCP-RJ, da mesma empresa, permanecendo nesse cargo até 1994, quando assumiu o cargo de Analista de Planejamento e Controle de Produção.

#### Início de Carreira

1984-1989

Iniciou sua carreira em 1984 como estagiário na Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro onde permaneceu até 1985. No período compreendido entre 1986 e 1989 foi estagiário de Engenharia do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

#### PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES/NOTAS TÉCNICAS

AMORELLI, D.; AGOSTINHO, M.; RAMALHO, S. **Introdução à engenharia**. 1. ed., Rio de Janeiro, Brasil: Lexikon, 2015.

AMORELLI JUNIOR, D. C. ; CARPIO, Lucio Guido Tapia . **Cooperation in the unitization process of Brazil oil and gas fields**. In: Rio Oil&Gas Expo and Conference 2014, 2014, Rio de Janeiro. Rio Oil&Gas Expo and Conference 2014. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP, 2014.

AMORELLI JUNIOR, D.C. **Um Modelo para Produção Coordenada de Jazidas Comuns de Petróleo e Gás Natural no Brasil**. COPPE. . Tese de Doutorado. 2013.

AMORELLI JUNIOR, DC; Moura, Bruno; Aguiar, Ana Flavia. **Estimativa da Demanda de Gás Natural Veicular para o Brasil**. Rio Oil&Gas Expo and Conference 2010.

AMORELLI JUNIOR, DC; Moura, Bruno; Aguiar, Ana Flavia. **O Papel dos Preços Relativos da Determinação do Consumo Relativo de Etanol versus Gasolina**. Rio Oil&Gas Expo and Conference 2010.

AMORELLI JUNIOR, D.C. **Estimativa da Demanda de Gás Natural Veicular para o Brasil**. IBMEC. Dissertação de Mestrado. 2008.

AMORELLI JUNIOR, D.C; SILVA, Campos. **Rodada de Licitações – Evolução e Perspectivas**. Rio Oil&Gas Expo and Conference 2008.

AMORELLI JUNIOR, D.C; SILVA, Campos. **Impacto no Crescimento Socioeconômico dos municípios que foram contemplados com a atividade de exploração e produção de petróleo**. Rio Oil&Gas Expo and Conference 2008.

AMORELLI JUNIOR, D.C.; Veloso, L.G.; CORDEIRO, G.B. **Formação atual do preço do gás natural no Brasil**. Nota Técnica ANP nº 22, 2007.

AMORELLI JUNIOR, D.C.; Veloso, L.G.; CORDEIRO, G.B.; Regra. **Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital Aplicável à Atividade de Transporte de Gás Natural no Brasil**. Nota Técnica ANP nº 27. 2006.

Rec. 26/09/2017,  
Dirceu C. Amorelli Jr.

DIRCEU C. AMORELLI JR.

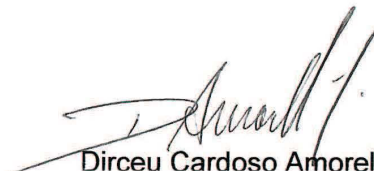


**DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO**

Eu, Dirceu Cardoso Amorelli Junior, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 836.895.407-04 e no RG nº 066561101 Detran-RJ, residente e domiciliado à Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 3333, bloco nº 1, aptº. 203, candidato ao preenchimento do cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, declaro para os devidos fins que não possuo parentesco até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, com qualquer servidor ou ocupante de função de confiança que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional.

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.

Rio de Janeiro, 26/09/2017



Dirceu Cardoso Amorelli Junior



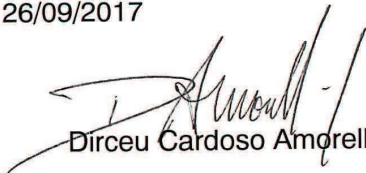
**DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO DE QUALQUER  
ATIVIDADE PRIVADA INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DE SUA  
FUNÇÃO.**

Eu, Dirceu Cardoso Amorelli Junior, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 836.895.407-04 e no RG nº 066561101 Detran-RJ, residente e domiciliado à Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 3333, bloco nº 1, aptº. 203, candidato ao preenchimento do cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**DECLARO**, que não possuo participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.

Rio de Janeiro, 26/09/2017



Dirceu Cardoso Amorelli Junior



**DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL**

Eu, Dirceu Cardoso Amorelli Junior, CPF nº 836.895407-04, declaro, para os devidos fins, que estou regular perante as fazendas federal, estadual e municipal, conforme documentos comprobatórios emitidos pelos órgãos competentes e anexados a esta declaração.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2017.

  
**DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR**





26/09/2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA  
DA UNIÃO

Nome: DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR  
CPF: 835.895.407-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 15:30:05 do dia 25/09/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/03/2018.

Código de controle da certidão: 7B45.DEC0.08EE.8BF0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



26/09/2017

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

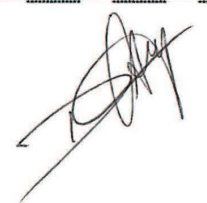
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2017.1.0621756-4  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 836.895.407-04	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 26/09/2017 14:19</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 26/10/2017</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	



26/09/2017

iptu-consulta

NÚMERO DA CERTIDÃO 00-8.176.625/2017-2															
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO															
CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E ENFITÊUTICA DO IMÓVEL															
Proprietário DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR						Data 26/09/2017		Folha 01/01							
Endereço AVN PREF DULCIDEU CARDOSO 83333, APT 203 BLC 1 - BARRA DA TIJUCA						Inscrição 1819208-0		Cód. Lograd. 12046-9							
QUADRO I - NÃO HA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA															
Ano/Lote/ Guia	MP	Natureza	Certidão Dívida Ativa	Vara	Tipo Trib.	IPTU	TCLLPTCL	TIP	TSD	Dívida Apurada	Valor a Pagar				
															
QUADRO II - COTAS VENCIDAS NÃO INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA / COTAS A VENCER															
ANO DO CARNE 2017 GUIA 50 Nº COTAS 10				ANO DO CARNE **** GUIA ** Nº COTAS **				ANO DO CARNE **** GUIA ** Nº COTAS **							
NORMAL															
SUITADA															
Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar	Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar	Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar				
Total Lançado				Total a Pagar Total				Total Lançado				Total a Pagar Total			
QUADRO III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES															
QUADRO IV - SITUAÇÃO ENFITÊUTICA															
IMÓVEL NÃO FOREIRO (não será necessário pagar laudêmio)															
OBSERVAÇÕES:															
01. AS COLUNAS DE IPTU, TCLLPTCL, TIP, TSD, DÍVIDA APURADA E VALOR HISTÓRICO DAS PARCELAS APRESENTAM OS VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS EXPRESSOS EM MOEDA DA ÉPOCA.															
02. VALOR A PAGAR CALCULADO PARA A DATA DE EMISSÃO DA CERTIDÃO É EXPRESSO EM REAIS.															
03. MP - INDICA DÉBITOS ORIGINÁRIOS DA INSCRIÇÃO DA MAIOR PORÇÃO OU DE INSCRIÇÕES VINCULADAS.															
04. NOS CASOS DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DE NATUREZA JUDICIAL, O VALOR DEVERÁ SER ACRESCIDO DE CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.															
05. PARA REGULARIZAR DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, DIRIJA-SE À PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA.															
06. FICA ASSEGURADO AO MUNICÍPIO O DIREITO DE COBRANÇA DE QUALQUER DÉBITO QUE POSSA SER VERIFICADO POSTERIORMENTE.															
07. ESTA CERTIDÃO CONSIDERA OS PAGAMENTOS CUJA ARRECADADAÇÃO JÁ CONSTE NOS REGISTROS DA PREFEITURA. PAGAMENTOS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 15 DIAS PODERÃO NÃO CONSTAR DA CERTIDÃO.															
08. A PRESENTE CERTIDÃO É EMITIDA POR PROCESSAMENTO DE DADOS E SÓ SERÁ VÁLIDA SEM RASURAS E COM CHANCELA DO TITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA. OS INTERESSADOS PODERÃO CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/smf">http://www.rio.rj.gov.br/web/smf</a> , PORTAL DA PREFEITURA, BUSCANDO "IPTU-SERVIÇOS ON LINE". PRAZO DE VALIDADE: 90 DIAS.															
09. A COLUNA VALOR A PAGAR DO QUADRO II APRESENTA APENAS O SALDO DEVEDOR REMANESCENTE. ASSIM, NÃO SÃO IMPRESSAS AS COTAS QUITADAS.															
10. PARA O IMÓVEL FOREIRO AO MUNICÍPIO A LAVRATURA DO TÍTULO DEFINITIVO DE TRANSMISSÃO DO SEU DOMÍNIO ÚTIL SÓ PODERÁ SER FEITA MEDIANTE O PAGAMENTO DO LAUDÊMIO, EXCETO NOS CASOS DE "CAUSA MORTIS" OU DE FORMA GRATUITA "INTER VIVOS", OBSERVANDO O QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.															

Retornar (situacaofiscal.asp)

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro - SMF

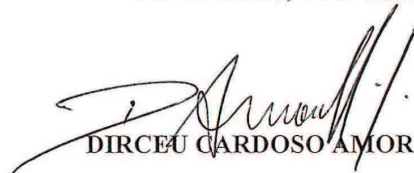


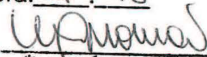


**DECLARAÇÃO QUANTO À INEXISTÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS**

Eu, Dirceu Cardoso Amorelli Junior, Brasileiro, Natural do Rio de Janeiro, CPF nº 836.895.407-04, declaro, para os devidos fins, que não tenho conhecimento de quaisquer ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2017

  
DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

Recebido em 24 / 10 / 17  
Hora: 14 : 48  
  
Carolina Monteiro Duarte Mourão  
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



Rio Simples - Atestado de Antecedentes

Página 1 de 1



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO

**ATESTADO DE ANTECEDENTES Nº 2188617/2017**

Este atestado é válido até o dia 25/12/2017, sem emendas ou rasuras,  
mediante apresentação de documento oficial de identidade.

Código de validação de autenticidade : 80TY65A6-046D-1C2R-SVP6-2188617

O Diretor do Instituto de Identificação Félix Pacheco ATESTA que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome **DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR**, filho de **DIRCEU CARDOSO AMORELLI** e de **CELINA FERREIRA AMORELLI**, nascido(a) em 13/09/1965, portador(a) do RG 006.656.110-1.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2017

  
MÁRCIO PEREIRA DE CARVALHO  
Diretor do IIFP  
Matr. 889.614-4

Este atestado está disponível para validação de autenticidade no endereço <http://atestadodic.detran.rj.gov.br/>, informando o código a seguir : 80TY65A6-046D-1C2R-SVP6-2188617



26/09/2017

Certidões Internet



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**  
**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
**CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2017.00770521

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR**, ou vinculado ao **CPF: 836.895.407-04**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.ifri.ius.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 26/09/2017 , às 12:00.

**Seção de Informações Processuais**

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 42062072017

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **DIRCEU CARDOSO AMORELLI** e **CELINA FERREIRA AMORELLI**, nascido(a) aos 13/09/1965, natural de **RIO DE JANEIRO/RJ**, passaporte nº **SA 214861**, Documento de identificação **066561101 DETRAN/RJ**, CPF **83689540704**.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:00 de 26/09/2017



\*42062072017\*





26/09/2017

Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação Eleitoral - Emissão



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR**  
Inscrição: **019074770388** Zona: 119 Seção: 21  
Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ  
Data de Nascimento: 13/09/1965 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: CELINA FERREIRA AMORELLI  
DIRCEU CARDOSO AMORELLI

Certidão emitida às 11:41 de 26/09/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não rejeitadas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inexistência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.ius.br>, por meio do código **ZH1R.TFZ4.2ZAC.MT3U**





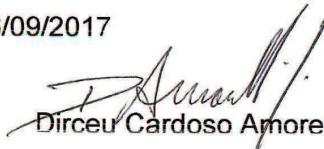
**DECLARAÇÃO DE NÃO ATUAÇÃO EM JUÍZOS E TRIBUNAIS, EM  
CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS OU EM  
CARGOS DE DIREÇÃO DE AGÊNCIAS REGULADORAS.**

Eu, Dirceu Cardoso Amorelli Junior, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 836.895.407-04 e no RG nº 066561101 Detran-RJ, residente e domiciliado à Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 3333, bloco nº 1, aptº. 203, candidato ao preenchimento do cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**DECLARO**, que não atuei, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu minha indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.

Rio de Janeiro, 26/09/2017

  
Dirceu Cardoso Amorelli Junior



## ***DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR***

### **Carta de Apresentação**

Sou servidor público federal aprovado no concurso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de 2005 para a função de Especialista Geral em Regulação da ANP. Graduado em Engenharia Mecânica, Doutor em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ, Mestrado em Economia IBMEC e Especialização em Engenharia de Petróleo (UNICAMP)

Atualmente exerço o cargo de Superintendente de Exploração e dentro das atribuições dessa posição estão: a manutenção da regulamentação técnica aplicada à exploração de petróleo e gás natural no Brasil; gerenciamento dos contratos de concessão, da cessão onerosa e de partilha de produção; bem como fiscalizar e controlar as atividades relativas à exploração de petróleo e gás natural; e por fim conduzir análises dos pedidos de alteração de Programa Exploratório Mínimo (PEM) e dos Planos de Avaliações de Descoberta (PAD).


Durante a minha Carreira na ANP exerci os cargos de Superintendente de Abastecimento (SAB) e Superintendente de dados Técnicos (SDT) entre outras posições estratégicas, tais como Assessor de Diretoria (Diretoria Geral, Diretoria Técnica II e Diretoria Técnica IV), Gerente de autorizações (SAB) e Superintendente Adjunto da Superintendência de desenvolvimento da produção (SDP).

Nessas funções motivei a atualização de regulamentações, inclusive presidindo, por exemplo, as seguintes Audiências Públicas: Minuta de Regulamentação de novo padrão para dados geoquímicos; Minuta de Resolução da atividade de distribuição de derivados; Minuta de Resolução que estabeleceu os requisitos para o cadastramento do consumidor final de solventes; Minuta de Resolução que disciplinou a identificação do combustível quando do abastecimento de aeronaves; Minuta de Resolução para o preenchimento da Pesquisa do Plano de Abastecimento de Oleo Diesel de baixo teor de enxofre; Minuta de Resolução da certificação digital; Minuta de Resolução para a utilização da nova nomenclatura do álcool combustível pelos postos revendedores, dentre outras.

Atuei, também, como membro de várias Comissões setoriais, tais como: PEDEFOR; Grupo interministerial da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, da subcomissão interministerial coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e Empresa de Planejamento Energético destinada ao estudo do novo marco regulatório do pré-sal, do subgrupo tarifas no Comitê formado pela Venezuela, Argentina e Brasil visando a integração energética da América do sul.

Como especialista em regulação desenvolvi diversas atividades dentro da ANP como, por exemplo: a coordenação e condução de 12 leilões de biodiesel, no período de 2009 até 2012, com um volume aproximado de 700 milhões de litros em média por leilão, num valor total de R\$ 1,9 bi em média por leilão; Participei na criação da Coordenação de Conteúdo Local (CCL) da ANP; e Quando lotado na Superintendência de Promoção de Licitações (SPL) da ANP, atuei na área de projetos especiais em questões econômicas e de engenharia ligadas ao edital e aos contratos de licitação e formatação do leilão de blocos exploratórios. Na Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e seus derivados (SCM), fui responsável pela análise e aprovação das parcelas compensatórias e dos reajustes de preço do gás natural destinados ao PPT (Programa Prioritário de Termo Eletricidade) nos anos de 2006 e 2007.

Como executivo da iniciativa privada tenho ampla experiência na gerência de operações logísticas e empreendimentos comerciais de grande porte, assim como na formação de equipe.



**Dirceu Cardoso Amorelli Jr**



Aviso nº 467 - C. Civil.

Em 11 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 902, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético), referentes a todas as "empresas estatais", nos termos que especifica.

**AUTORIA:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético):.

Nesses termos, requisita-se: – a lista completa de todas as “empresas estatais” (incluindo as sociedades de economia mista – dependentes ou não –, empresas públicas, autarquias, bem como suas subsidiárias), destacando os seguintes pontos:

1. a data e a lei de sua criação;
2. a sua finalidade e o Ministério a que está vinculada;
3. o número de servidores/funcionários, incluindo-se os terceirizados;
4. os recursos anuais recebidos do Tesouro Nacional a qualquer título e discriminados por tipo (pessoal, custeio, investimento ou aporte de capital) desde 2010;
5. a divisão de seu capital entre acionistas (se couber);
6. membros do Conselho de Administração.

**JUSTIFICAÇÃO**

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, em 2002, imaginava poder ascender socialmente os pobres. No entanto, os resultados se





mostraram ambíguos: a despeito de alguns ganhos, é importante observar que houve, sim, um crescimento exagerado – e na maioria das vezes injustificado – do tamanho do Estado.

Por outro lado, nenhum dos grandes partidos defende a redução do tamanho do governo. E os políticos que o fazem são frequentemente acusados pelos nacionalistas de terem se vendido ao capitalismo americano.

O resultado, hoje, é uma burocracia que consome 41% do produto interno bruto do país — cerca do dobro da proporção dos EUA. O retorno de todo esse dinheiro é questionável: estradas, pontes e portos mal construídos e sistemas de educação e saúde públicas de segunda classe. Como dizem alguns, o Brasil tem impostos da Escandinávia e infraestrutura da África.

A burocracia pesada inibe a criação de empregos e o Brasil ocupa a 174ª posição no ranking do Banco Mundial dos países em que é mais fácil fazer negócios, atrás de Uganda e Djibuti.

Além disso, a participação estatal na economia é grande e, pior, pouco conhecida. Quais e quantas são exatamente as empresas estatais? Qual é a participação acionária do Estado? Quais, enfim, os benefícios que são trazidos por essas companhias? São perguntas bastante pertinentes, mas para as quais há poucas respostas.

Talvez o legado mais pernicioso do Estado inchado seja a corrupção endêmica que se alastra pelo país. O Estado brasileiro do Leviatã cresceu tanto que fez surgir uma teoria popular de que a corrupção poderia ser uma coisa boa porque “lubrificava as engrenagens” de uma burocracia emperrada.

O principal exemplo dessa tendência é o escândalo da Petrobras, que é um estudo de caso das oportunidades que o Estado brasileiro do Leviatã jogou



fora. Investimentos enormes em refinarias e outros projetos foram, em grande parte, desperdiçados. Em 2006, a Petrobras comprou uma refinaria envelhecida em Pasadena, Texas, por US\$ 1,2 bilhão, 30 vezes o valor pela qual ela tinha sido vendida no ano anterior. É um de muitos exemplos.

O escândalo da Petrobras mostra, ainda, como políticos usaram a corrupção para interesses próprios.

Enfim, são elementos que justificam mais transparência, inclusive para que possamos, dentro do debate democrático, encontrar soluções que tornem as empresas controladas pelo Estado mais eficientes e capazes de ajudar na promoção do desenvolvimento nacional. Mas, para tanto, precisamos, antes de mais nada, de informações mais claras sobre quais são e o que fazem as empresas estatais brasileiras.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODE - PR)**  
**Líder**







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 903, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético). Nesses termos, requisita-se a lista completa de todas as empresas em que o BNDES – inclusive o BNDESPar – possua qualquer tipo de participação acionária, nos termos que especifica.

**AUTORIA:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético).

Nesses termos, requisita-se: – a lista completa de todas as empresas em que o BNDES – inclusive o BNDESPar – possua qualquer tipo de participação acionária, destacando os seguintes pontos:

1. a discriminação da participação acionária;
2. a área de atuação da empresa;
3. a data em que o BNDES – ou o BNDESPar – passou a compor o quadro de acionistas da empresa;
4. o motivo de tal participação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A participação estatal na economia brasileira é grande e, pior, pouco conhecida. Quais e quantas são exatamente as empresas estatais? Qual é a participação acionária do Estado? Qual é o envolvimento do BNDES? Quais, enfim, os benefícios que são trazidos por essas companhias? São perguntas bastante pertinentes, mas para as quais há poucas respostas.





SF/17841.20661-18

Tais questionamentos se justificam porque o Brasil, infelizmente, teima em repetir os erros do passado. É o caso, no dirigismo estatal por meio do BNDES, na vã tentativa de criar “campeões nacionais”. Isso já foi feito nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma, com resultado desastroso. A política dos “campeões”, foi dito, está revogada. Mas não seus custos, pagos por toda a sociedade, porque o banco é público, inclusive financiado diretamente pelo trabalhador (FAT).

Há pouco, o BNDES teve de mais uma vez socorrer o grupo Marfrig, de frigoríficos, segundo a “Folha de S. Paulo”. Postergou a cobrança de uma conta de juros de R\$ 130 milhões do grupo, e se comprometeu a pagar, em 2017, R\$ 21,50 por ação da empresa, sendo que, no momento, ela se encontra na faixa dos R\$ 4. Pode-se ter a dimensão do prejuízo em potencial embutido nessa operação. O BNDES volta no tempo neste socorro. Afinal, no banco também já funcionou um “hospital” para reanimar empresas. E esta função de “enfermaria” costuma se seguir aos surtos de dirigismo.

Além do Marfrig, há outros casos emblemáticos. Um deles, a tentativa de constituir um grupo forte no setor de laticínios, o LBR-Lácteo. Fusões de empresas financiadas com dinheiro público, e tudo terminou em concordata. No ano passado, o braço de participações do banco (BNDESPar) teve de fazer uma baixa contábil de R\$ 3,3 bilhões por essa e outras.

Enfim, são elementos que justificam mais transparência, inclusive para que possamos, dentro do debate democrático, encontrar soluções que tornem as empresas controladas pelo Estado mais eficientes e capazes de ajudar na promoção do desenvolvimento nacional. Mas, para tanto, precisamos, antes de mais nada,



de informações mais claras sobre quais são e o que fazem as empresas estatais brasileiras.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODE - PR)**  
**Líder**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 904, DE 2017

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PECs 42/13, 22/15, 40/16, 22/17

**AUTORIA:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto da **PEC nº 42, de 2013**, que altera o artigo 130-A da Constituição Federal, para incluir os Ministérios Públicos de Contas e seus Membros na jurisdição do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; da **PEC nº 22, de 2015**, que altera a Constituição Federal para incluir os tribunais de contas na jurisdição do Conselho Nacional de Justiça; da **PEC nº 40, de 2016**, que altera os arts. 24, 49, 72, 75 e 163 da Constituição Federal; e acrescenta o art. 73-A à Constituição Federal e o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer padrão nacional do processo de controle externo dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e da **PEC 22, de 2017**, que altera o artigo 22, altera o inciso III do art. 52, altera o artigo 73, acrescenta o artigo 73-A, altera o parágrafo único do art. 75, altera a alínea “r” do inciso I do artigo 102, todos da Constituição Federal, e acrescenta os artigos 29-A e 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para modificar a forma de composição dos Tribunais de Contas, criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e adotar outras providências, por disporem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



SF/17041.90657-80





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 905, DE 2017

Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a inserção em ata de Voto de Congratulações e aplausos pela passagem do aniversário de 348 anos da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

**AUTORIA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



## REQUERIMENTO Nº ,DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pela passagem do aniversário de 348 anos da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que, do presente voto seja cientificado o chefe do Legislativo do município, Presidente da Câmara Municipal, **Vereador Wilker Barreto**, no endereço a seguir relacionado: Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 São Raimundo – 69027-020, Manaus – Amazonas.

## JUSTIFICAÇÃO

Manaus, a metrópole da Amazônia completa hoje (24 de outubro) mais um aniversário. A data de fundação, no longínquo ano de 1669, remete aos tempos em que era apenas um forte feito de pedra e barro que os portugueses usavam para proteger o norte do Brasil das invasões. Essa Fortaleza, batizada com o nome de São José do Rio Negro, ficava à margem esquerda do rio Negro e deu origem em um pequeno arraial.

Em 1758 tornou-se sede da capitania de São José do Rio Negro. Em 1832, passou à vila com o nome de Manaós, em homenagem à nação indígena de mesmo nome, que lutou contra a dominação portuguesa e a possibilidade de tornar-se mão-de-obra escrava.

Quando recebeu o título de cidade em 24 de outubro de 1848, foi batizada como Cidade da Barra do Rio Negro. Na época tinha cerca de 3 mil



SF/17185.32672-67







habitantes. E somente em 4 de setembro de 1856 passou a ser chamada de Manaus.

No início do século 20, o látex, levou a capital do Amazonas ao apogeu. Manaus foi a cidade mais rica do País durante muito tempo. A riqueza gerada pelo chamado “ciclo da borracha” proporcionou uma reviravolta estrutural, com a implantação de bondes elétricos, sistema de telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversos tamanhos e nações. Somando aos seus encantos naturais como rios e paisagens repletas de verde, também contou com o ouro e a arquitetura europeia.

Depois da borracha foi criada a Zona Franca de Manaus. A cidade ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial onde se concentraram centenas de fábricas. No meio da floresta amazônica, a cidade conheceu, mais uma vez, a riqueza e o glamour.

É preciso conhecer essa parte da história de Manaus, com todas as suas glórias, para saber que, hoje, como toda metrópole enfrenta desafios. Na década de 1970, Manaus contava com cerca de 300 mil pessoas e hoje, é a cidade mais populosa da Região Norte, com mais de 2 milhões de habitantes. Devido a esse rápido crescimento, a cidade sofre com alguns problemas, como a falta de uma rede de educação que garanta creches e educação de qualidade para todas as crianças.

Outro grande desafio enfrentado é o de se desenvolver, preservando e cuidando da biodiversidade da região. É por isso que precisamos continuar a fortalecer a Zona Franca, mas nunca deixando de buscar alternativas que gerem mais riqueza e prosperidade para a região.



Mas nada disso, nos impede de admirar essa cidade, que hoje completa 348 anos e encontrar incontáveis motivos para amá-la. Afinal, como já disse o poeta Aníbal Beça: "Toda cidade se habita, como lugar de viver. Só Manaus é diferente pois em vez de habitá-la é ela quem me habita."

Dessa forma, para homenagear a cidade de Manaus, que, ainda nos anos 70, me acolheu como filha, cujas riquezas e população são motivo de orgulho para todo o País, requeiro este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, em       de outubro de 2017.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCdoB/Amazonas**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 906, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pela inauguração e lançamento em Manaus da mais nova afiliada da Rede BandNews FM.

**AUTORIA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



## REQUERIMENTO Nº ,DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pela inauguração e lançamento em Manaus da mais nova afiliada da Rede BandNews FM.

Requeiro, ainda, que, o presente voto seja encaminhado à Direção da Emissora, na pessoa do **Sr. Josué Claudio de Souza Neto**, no endereço sito à Av. Eduardo Ribeiro, 639, 20º andar , CEP 69010-001, Manaus – Amazonas.

## JUSTIFICAÇÃO

A **BandNews Difusora FM** chega à cidade de Manaus em meio às festividades de seu aniversário, no dia em que ela completa 348 anos de fundação.

Operando em 93.7 FM por meio da Difusora AM 1180 de Manaus, a BandNews Difusora FM vai levar o padrão de jornalismo 24 horas no ar para cerca de 2 milhões de pessoas em Manaus e Região Metropolitana. Pelas manhãs, os ouvintes ficarão com a programação nacional, comandada por Ricardo Boechat, Eduardo Barão e Carla Bigatto.

Na grade local estarão os jornalistas Orlando Câmara e Samara Souza, conhecidos por passagens em grandes veículos jornalísticos do norte brasileiro. No fim do dia, os manauaras ficarão com o “BandNews FM em





Alta Frequência Manaus”, comandado pelos âncoras Gustav Cervinka e Tais Gama.”

A BandNews Difusora FM contará com a principal jornalista de política do Amazonas, Rosiene Carvalho, como colunista diária e também com o programa “Pensa Manaus”, com grandes nomes de vários segmentos, discutindo diariamente assuntos como segurança, saúde e cultura. A nova emissora também vai exibir as transmissões do futebol com a equipe esportiva da BandNews FM em São Paulo.

Passando a transmitir em Manaus, a BandNews FM praticamente fecha a cobertura nas cidades mais populosas do país, sempre aliando força jornalística, inovação e descontração com a credibilidade do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

Dessa forma, parablenzo o Grupo da Rádio Difusora do Amazonas, que investe no jornalismo local e passa a integrar uma rede de rádio nacional com a qualidade que tem a BandNews e prova que inovação e credibilidade já fazem parte de umas das emissoras mais queridas do Amazonas. Por esse motivo, requeiro este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, em        de outubro de 2017.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCdoB/Amazonas**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 907, DE 2017

Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, além das comissões constantes do despacho inicial, o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, seja submetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente, por versar sobre matéria no âmbito de sua competência.

**AUTORIA:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

**DESPACHO:** Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, além das comissões constantes do despacho inicial, o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, seja submetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente, por versar sobre matéria no âmbito de sua competência.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 908, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, Voto de Pesar pelo falecimento de Sandra do Nascimento Noda, Professora da Universidade Federal do Estado do Amazonas, ocorrido em 20 de outubro de 2017.

**AUTORIA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Requeiro, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, pelo falecimento, da brilhante Professora da Universidade Federal do Estado do Amazonas, **Sandra do Nascimento Noda**, ocorrido nesta sexta feira, 20 de outubro de 2017.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto de pesar ao Dr. Hiroshi Noda, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no endereço sito à Av. André Araújo, 2.936 - Petrópolis - CEP 69.067-375 - Manaus - Amazonas.

**JUSTIFICAÇÃO**

É com profundo sentimento de consternação que apresento a presente mensagem de pesar aos familiares, amigos, alunos e colegas de trabalho da Doutora **Sandra do Nascimento Noda**, uma das mais conceituadas e respeitadas profissionais das Ciências Agrárias no Estado do Amazonas.

A professora Sandra deixa esposo, o pesquisador do INPA, Dr. Hiroshi Noda, e duas filhas, Sandra Noda e Gabriela Noda.





Natural de Santos (SP), a Doutora Sandra ingressou no ano de 1982 como professora na Universidade Federal do Estado do Amazonas e desde então, construiu um legado para a ciência, por meio de sua formação, livros, artigos e capítulos publicados em obras acadêmicas. Na Ufam, foi professora de Sociologia Rural, de Introdução à Filosofia, e de Epistemologia Ambiental.

Dona de um currículo tão extenso quanto brilhante, Sandra contribuiu sobremaneira para o Ensino, Pesquisa e Extensão rural no Amazonas. Pelo reconhecimento de seu trabalho, em 2005 foi agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas, concedida pela Assembleia Legislativa.

Sua formação inclui graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Santos (1974), Mestrado em Agronomia – área de Sociologia Rural pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1985) e Doutorado em Ecologia na área de Conservação da Biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000).

Profissional incansável, suas áreas de atuação englobavam a Etnoecologia; Conservação da Biodiversidade; Sociologia Rural; Antropologia Rural; Extensão Rural e Ecologia Aplicada, além de atividades como Professora Associada do Departamento de Ciências Fundamentais e Desenvolvimento Agrícola da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas. Sua falta será sentida por todos que com ela conviveram e aprenderam.





Desta forma, por tudo que representou em vida, tanto para seus familiares e entes queridos, quanto para seus incontáveis amigos, leitores, colegas de profissão, admiradores de seu trabalho e seus orientandos de Trabalhos de conclusão de Curso, Doutorado e Mestrado, consideramos a sua partida uma grande perda, e, por esse motivo, oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em        de outubro de 2017.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCdoB/Amazonas**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 909, DE 2017

Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 348º aniversário de criação da cidade.

**AUTORIA:** Senador Omar Aziz (PSD/AM)

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

**REQUERIMENTO Nº /2017**

*Requer VOTO DE APLAUSO à população de Manaus, pelo transcurso do 348º aniversário de criação da cidade.*



REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à população de Manaus, pelo transcurso do 348º aniversário de criação da cidade, no dia de hoje, 24 de outubro de 2017.

Requeiro, também, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, bem como do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Wilker Barreto.

**JUSTIFICATIVA**

A Capital do Amazonas é o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. Atualmente, é a 6ª cidade mais rica do país. Este sucesso se deve ao Polo Industrial de Manaus (PIM), um modelo de desenvolvimento regional que abriga inúmeras empresas nacionais e internacionais, gerando mais de 100 mil empregos diretos. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, sendo uma das cidades brasileiras mais conhecidas internacionalmente, principalmente pelo seu potencial turístico e pelo



ecoturismo, o que faz do município o décimo maior destino de turistas no Brasil. Destaca-se, ainda, pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos templos, palácios, museus, teatros, bibliotecas e universidades. Por tudo isso, a homenagem que ora requeiro justifica-se, pelo que peço sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2017

Senador OMAR AZIZ

Líder do PSD





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 910, DE 2017

Requer, nos termos do art. 218, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Sargento da Polícia Militar do Amapá, HUDSON CONRADO e, nos termos do art. 221, I, a apresentação de condolências a sua família e à Polícia Militar do Amapá.

**AUTORIA:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017



Requeremos, nos termos do art. 218, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Sargento da Polícia Militar do Amapá, **HUDSON CONRADO** e, nos termos do art. 221, I, a apresentação de condolências a sua família e à Polícia Militar do Amapá.

### JUSTIFICAÇÃO

Com extrema tristeza e profunda consternação, no dia 18 de outubro último, Macapá perdeu um pai de família e um policial exemplar, o Sargento da Polícia Militar do Amapá, Hudson Conrado, vítima da violência que assola nossa capital.

O Sargento Hudson nos deixou aos 46 anos de vida, dos quais 25 deles foram dedicados à prestação de relevantes serviços à sociedade amapaense.

Nesse momento, com tamanha perda, repentina e cruel, nos juntamos a todos os macapaenses, em solidariedade à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Sr<sup>a</sup> Obede Gadelha, a qual transmitimos nossos sentimentos de consternação pela irreparável dor da falta de seu ente mais querido e importante, pai e esposo!







SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

2

Rogamos que Deus seja misericordioso com a família para superar esse momento difícil, buscando forças no exemplo de dedicação e amor ao próximo do seu querido Hudson, que se empenhou ao máximo, durante toda a sua vida, prestando relevantes serviços à segurança pública do Amapá.

Deixamos aqui, em nome da sociedade amapaense, nossos profundos sentimentos aos familiares e aos amigos do Sargento Hudson que hoje estão enlutados, extensivos à Polícia Militar do Amapá, que também perdeu um devotado e honrado membro da sua corporação.

Diante do exposto, nos termos regimentais, requeremos a inserção em ata, para constar nos anais do Senado, do presente voto de pesar e o envio de condolências à família e à Polícia Militar do Amapá.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



SF/17099.97038-89





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 911, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, sejam pedidas informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a concessão de passaporte diplomático ao Sr. Marco Polo Del Nero, assim como justificativas para a concessão do mesmo.

**AUTORIA:** Senador Romário (PODE/RJ)

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017



SF/17819.53827-25

Nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, requeiro sejam **PEDIDAS INFORMAÇÕES** ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Aloysio Nunes Ferreira**, sobre a concessão de passaporte diplomático ao Sr. Marco Polo Del Nero, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), assim como justificativas para a concessão do mesmo.

## JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento pela mídia que o Sr. Marco Polo Del Nero, pretende ir ano que vem à Copa do Mundo na Rússia. Para tanto, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), tenta obter, junto ao Itamaraty um passaporte diplomático a ser conferido ao Sr. Del Nero.

Segundo o Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, que *dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP)*, determina no art. 6º de seu Anexo que:

**Art. 6º** Conceder-se-á passaporte diplomático:

I - ao Presidente da República, ao Vice-Presidente e aos ex-Presidentes da República;

II - aos Ministros de Estado, aos ocupantes de cargos de natureza especial e aos titulares de Secretarias vinculadas à Presidência da República;

III - aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal;

IV - aos funcionários da Carreira de Diplomata, em atividade e aposentados, de Oficial de Chancelaria e aos Vice-Cônsules em exercício;

V - aos correios diplomáticos;



VI - aos adidos credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores;

VII - aos militares a serviço em missões da Organização das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, a critério do Ministério das Relações Exteriores;

VIII - aos chefes de missões diplomáticas especiais e aos chefes de delegações em reuniões de caráter diplomático, desde que designados por decreto;

IX - aos membros do Congresso Nacional;

X - aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União;

XI - ao Procurador-Geral da República e aos Subprocuradores-Gerais do Ministério Público Federal; e

XII - aos juízes brasileiros em Tribunais Internacionais Judiciais ou Tribunais Internacionais Arbitrais

Em 2015, solicitei, através do Requerimento nº 622, de 2015, informações acerca da concessão de passaporte diplomático ao Sr. Marco Polo Del Nero, pois seu cargo não configura o rol entre aqueles contemplados pelos incisos I a XII do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006.

Apesar disto, o Ministro informou que o passaporte diplomático foi concedido em caráter excepcional, considerando seu cargo ocupado na FIFA, àquela época. Contudo, atualmente o sr. Marco Polo Del Nero não figura mais os quadros do Comitê Executivo da FIFA, e o Brasil não é mais organizador da Copa do Mundo. A cópia do documento em questão segue anexa.

Pelas razões expostas, apresento este Requerimento.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO



Memorando nº 10/2016 – SGM/SF

Brasília/DF, 4 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **ROMÁRIO**  
Senado Federal

**Assunto: resposta ao Memorando nº 005/2016-GSROMARI**

Senhor Senador,

Em atenção ao Memorando nº 005/2016-GSROMARI, informamos que esta Secretaria empreendeu diligência junto ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de elucidar o ocorrido quanto à resposta ao Requerimento de Informações nº 622, de 2015, subscrito por Vossa Excelência.

O Ministério informou que o Ofício nº 31/2015-MRE, de 7 de julho de 2015, contendo as informações solicitadas, foi entregue no Gabinete do Senador Elmano Férrer, na mesma data.

O Gabinete do Senador Elmano Férrer, por um lapso, deixou de encaminhar à Secretaria-Geral da Mesa o aludido documento, o qual foi descartado naquele local.

Por correio eletrônico, o Ministério das Relações Exteriores enviou cópia do Ofício nº 31/2015-MRE, o qual segue em anexo ao presente Memorando.

Nesse sentido, informamos que não houve desídia do Ministério, o qual respondeu tempestivamente ao pedido de informações.

Respeitosamente,

  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal







Urgente

Ofício Nº 31 G/AFEPA/SGEB/PARL

Brasília, em 07 de julho de 2015.

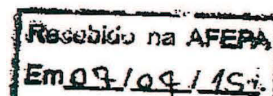
Senhor Senador,

Faço referência ao Ofício 788 (SF), de 24 de junho de 2015, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 622, de 2015, de autoria do Senador Romário, relativo à "concessão de passaportes diplomáticos ao Sr. Marco Polo Del Nero, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e a seus dependentes, assim como justificativas para a concessão dos mesmos".

2. Em resposta à solicitação formulada pelo Senador Romário, informo que, em 16 de novembro de 2012, foi concedido, em caráter excepcional, passaporte diplomático ao Senhor Marco Polo Del Nero.

3. Apesar de o cargo ocupado pelo Senhor Del Nero não figurar entre aqueles contemplados pelos incisos I a XII do Artigo 6º do Decreto nº. 5.978, de 2006, a solicitação foi amparada pelo Parágrafo 3º do mesmo Artigo 6º, o qual dispõe que, "mediante autorização do Ministério das Relações Exteriores, conceder-se-á passaporte diplomático às pessoas que, embora não relacionadas nos incisos deste artigo, devam portá-lo em função do interesse do País".

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Elmano Férrer  
Terceiro Suplente, no exercício da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora do Senado Federal



Fls. 2 do Ofício Nº 31 G/AFEPA/SGEB/PARL

4. O passaporte foi solicitado por carta assinada pelo Senhor José Maria Marin, então Presidente da CBF (segue em anexo). Na referida carta, o Senhor Marin informava que o requerente exercia a função de Vice-Presidente da CBF, sendo, igualmente, membro do Comitê Executivo da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Informava, ademais, que entre as atribuições do Senhor Del Nero estava a de representar o Brasil na FIFA, para tratar de assuntos pertinentes a competições mundiais, o que se intensificaria com a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. O Governo brasileiro considerou ser de interesse do País que, para facilitar a organização e realização da Copa do Mundo no Brasil, o então Vice-Presidente da CBF contasse excepcionalmente, e por tempo limitado, com passaporte diplomático.

5. Nessas circunstâncias, a referida solicitação percorreu os trâmites de praxe para os casos de concessão de passaporte diplomático por excepcionalidade, com base no mencionado Parágrafo 3º do Artigo 6º do Decreto nº. 5.978/2006. A concessão do passaporte foi autorizada por Portaria do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, datada de 13 de novembro de 2012, e publicada no DOU nº. 222, de 19 de novembro de 2012 (segue em anexo).

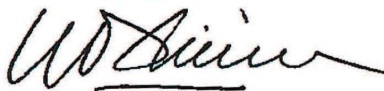
6. Vale salientar que o passaporte concedido ao Senhor Del Nero era válido até 31 de dezembro de 2014. Encontra-se, portanto, expirado.



Fls. 3 do Ofício Nº 31 G/AFEPA/SGEB/PARL

7. Por fim, cabe observar que, em 27 de outubro de 2014, estando próxima a expiração do passaporte DB040124, o então Presidente da CBF José Maria Marín solicitou, por carta, a emissão de novo passaporte para o Senhor Marco Polo del Nero, tendo por justificativa o exercício das funções de Vice-Presidente da CBF e membro do Comitê Executivo da FIFA. Era intenção deste Ministério negar a nova concessão por não subsistirem mais as razões que ampararam a primeira concessão, mas o pedido foi retirado por nova carta da CBF antes do anúncio dessa decisão.

Atenciosamente,



**MAURO VIEIRA**  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OF1.4267/2015





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
GABINETE DO MINISTRO

CÓPIA

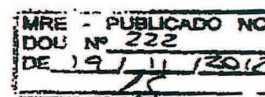
PORTARIA DE 13 DE novembro DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, RESOLVE:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Marco Polo Del Nero	Carta datada de 27/08/2012	Confederação Brasileira de Futebol

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA



ANO DE 06

ANO DE 2015 04

Tipo 30

Mês	Dia	Destinatário	Portador	Recibo
JULHO	03	OFÍCIO Nº 64 - DEP. PECTO MANSUR - 1º SECRETÁRIO CÂMARA DOS DEPUTADOS.	R. 5.870	DR.
"	06	OFÍCIO Nº 37 C/ANEXO PROF. MARCO AURELIO GARCIA-PR.		Patrícia Figueira
"	07	CARTA DE AGRADECIMENTO - CMB. URUGUAI	OF. OFÍCIO	Isadora
"	07	CARTA DE AGRADECIMENTO - CMB. ZA ARGENTINA	07.07.2013	Comando
"	07	CARTA DE AGRADECIMENTO - CMB. ZA ARGENTINA		João Nogueira
"	07	SEN. JOSE GILDO - GSI-PR - AVISO Nº 9	PR	Presidência da República CODOS 2013 ENVOLTO FECHADO DATA: 07.07.15 FUNC: Ana 7/7/15 212080
"	07	OFÍCIO Nº 31 - SENADOR CLAUDIO FÉLIX, 3º SUP. MEGA DIRETORA DO SENADO	SF	PRIMEIRA SECRETARIA RECEBIDO nesta Secretaria Em 7/7/15 às 12h30 horas
"	07	OFÍCIO Nº 65 - DEP. PECTO MANSUR, 1º SEC. MESA	CD	





CÓPIA

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

## PRODUTO

**Número:** 496139IA  
**Tipo:** ETIQUETA 11

## SITUAÇÃO ATUAL

**Situação:** ATIVO  
**Data:** 19/11/2012 17:52  
**Posto:** DIVISÃO DE DOCUMENTOS DE VIAGEM  
**Agente:** Wilson Thiago Guimarães Simões

## REQUERIMIENTO

**Tipo:** PASSAPORTE DIPLOMÁTICO  
**Protocolo:** 120706-002039  
**Requerente:** MARCO POLO DEL NERO

[illegible]

Aux memo DDJ 104, de 5/9/2012





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 917, DE 2017

Requer nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c" item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de lei da Câmara nº 54, de 2017, seja ouvida também à Comissão de Assuntos Econômica.

**AUTORIA:** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP)

**DESPACHO:** Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº      , DE 2017**

Requeiro, nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea “c” item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2017 , que “dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional”, para análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

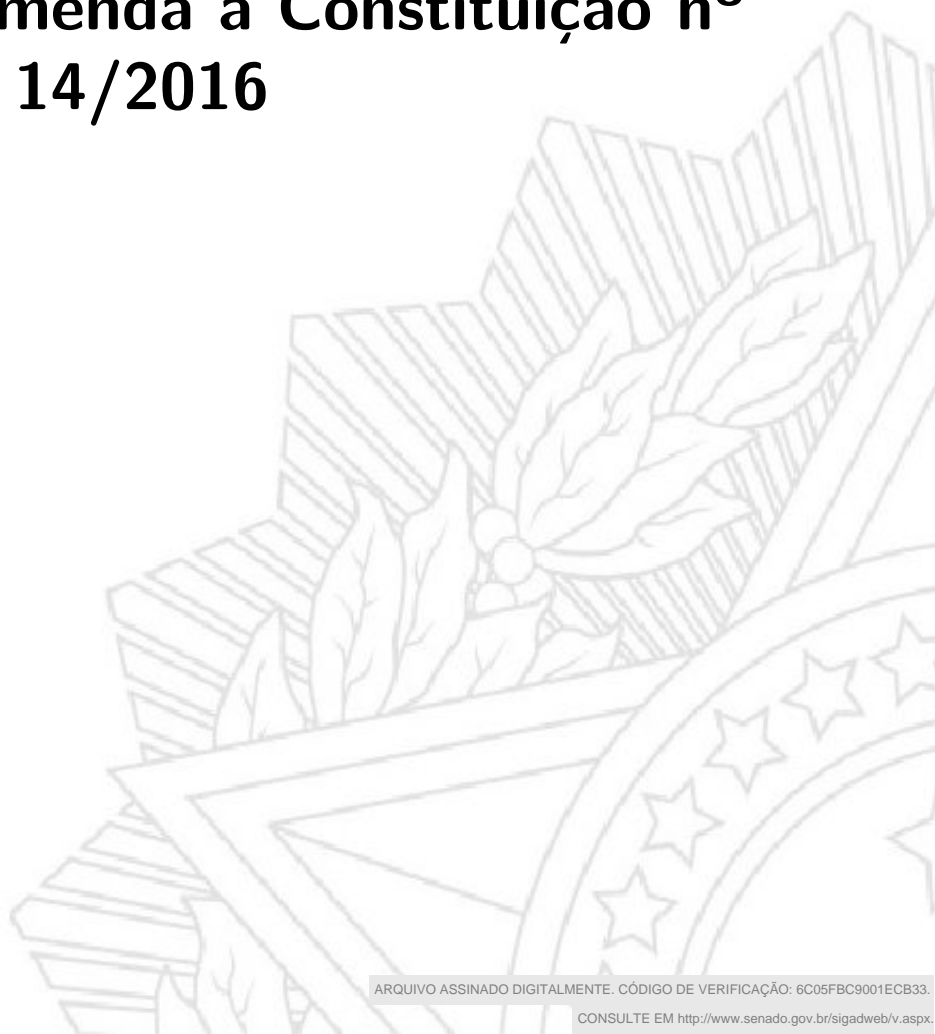
Sala das Comissões,

Senadora **Marta Suplicy**  
PMDB-SP



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016**



Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016.

EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº , DE 2017

Altera o inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. ....  
.....

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

.....” (NR)

**Art. 2º** O § 4º do art. 32 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. ....  
.....

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.” (NR)

**Art. 3º** O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 144. ....  
.....



VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.

.....

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais, além de outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

.....” (NR)

**Art. 4º** O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público ou da transformação dos cargos isolados ou dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes.

**Art. 5º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.







**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Aberta

**Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016 (2º Turno)**

Cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital.

Matéria **PEC 14/2016**

Início Votação **24/10/2017 16:48:51** Término Votação **24/10/2017 17:31:16**

Sessão **159ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/10/2017 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PODE	PR	Alvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PDT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM

Emissão 24/10/2017 17:31:20



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016 (2º Turno)**

Cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital.

Matéria **PEC 14/2016**

Início Votação **24/10/2017 16:48:51**

Término Votação **24/10/2017 17:31:16**

Sessão **159ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**24/10/2017 14:00:00**

PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PMDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PODE	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Moraes	SIM

Presidente: *Eunício Oliveira*

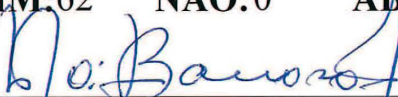
**SIM:62**

**NÃO:0**

**ABST.: 0**

**PRESIDENTE:1**

**TOTAL:63**



Primeiro-Secretario

Emissão 24/10/2017 17:31:20



# Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2017





## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 185, DE 2017 – PLEN/SF

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2017.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2017, que *altera a redação do art. 121 da Constituição Federal, para estabelecer que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2017.

**JOSÉ PIMENTEL, PRESIDENTE**

**DAVI ALCOLUMBRE, RELATOR**

**ANTONIO CARLOS VALADARES**

**CIDINHO SANTOS**



## ANEXO AO PARECER Nº 185, DE 2017 – PLEN/SF

Redação, para o segundo turno, da  
Proposta de Emenda à Constituição nº 4,  
de 2017.

## EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº \_\_\_\_\_, DE 2017

Acrescenta § 5º ao art. 121 da Constituição  
Federal, para estabelecer que os membros  
da Justiça Eleitoral não poderão ter tido  
filiação partidária nos 2 (dois) anos  
anteriores à posse no cargo ou ao início do  
exercício da função.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,  
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal,  
promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

§ 5º: **Art. 1º** O art. 121 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte

“Art. 121. ....  
.....

§ 5º Os membros não togados do Tribunal Superior Eleitoral, de  
Tribunal Regional Eleitoral e de Junta Eleitoral não poderão ter tido  
filiação partidária nos 2 (dois) anos anteriores à posse no cargo ou ao  
início do exercício da função.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.





**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Aberta

**PEC nº 4, de 2017, com a Emenda nº 1-CCJ, nos termos do relator (1º Turno)**

Estabelece que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.

Matéria **PEC 4/2017**

Início Votação **24/10/2017 17:32:45**

Término Votação **24/10/2017 17:52:30**

Sessão **159ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**24/10/2017 14:00:00**

Partido	Orientação		
PMDB	SIM		
PT	SIM		
Minoria	SIM		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PODE	PR	Alvaro Dias	SIM
PDT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM

Emissão 24/10/2017 17:52:33



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**PEC nº 4, de 2017, com a Emenda nº 1-CCJ, nos termos do relator (1º Turno)**

Estabelece que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.

Matéria **PEC 4/2017**

Início Votação **24/10/2017 17:32:45** Término Votação **24/10/2017 17:52:30**

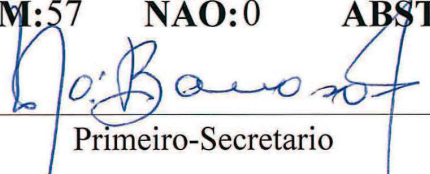
Sessão **159º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/10/2017 14:00:00**

PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PMDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Presidente: *Eunício Oliveira*

**SIM:57 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:58**

  
 Primeiro-Secretario

Emissão 24/10/2017 17:52:33



# Projeto de Lei do Senado nº 212/2017 - Complementar







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PLS 212/2017  
00002

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PLS nº 212, de 2017-Complementar)

Suprima-se o inciso VII do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017 – Complementar.



**JUSTIFICAÇÃO**

O inciso que se requer suprimir flexibiliza o sigilo bancário para permitir as instituições financeiras compartilharem dados sobre adimplemento dos consumidores, visando a formação de histórico de crédito, conforme diploma legal que trata do chamado “cadastro positivo”.

O sigilo bancário tem estatura constitucional como direito fundamental inserido no inciso XII do art. 5º, da Constituição Federal, de 1988.

Do mesmo modo, com a mesma envergadura, do inciso X da Carta Magna, depreende-se que através da análise das operações financeiras estar-se-á a violar a intimidade e a vida privada dos cidadãos.

Como cláusulas pétreas, não podem sofrer restrições ou limitações de qualquer natureza, ressalvados o interesse público e, ainda assim, obedecida a reserva de jurisdição.

Por estas razões, não se pode permitir que o sigilo bancário e a intimidade, como direitos fundamentais, sejam flexibilizados para atender interesses do sistema financeiro.



2



*SENADO FEDERAL*  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

Eis, portanto, o teor da presente emenda, a qual rogo aos meus Pares a aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**  
**REDE-AP**



**PLS 212/2017**  
**00003**

**EMENDA Nº 3 - PLENÁRIO**  
(à Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017)

Dê-se ao art. 4º da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 4º .....

I – abrir cadastro em banco de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais e jurídicas, desde que haja autorização prévia do potencial cadastrado, no caso de pessoa natural, mediante consentimento informado por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada;

.....(NR).”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda tem por objetivo obrigar o consentimento do cadastrado pessoa natural à abertura de cadastro em banco de dados com informações positivas a seu respeito. A Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, dispensa o consentimento do cadastrado pessoa natural para a abertura do cadastro, o que consideramos um retrocesso na legislação consumerista.

A abertura de cadastro positivo deve continuar dependendo do consentimento informado do consumidor por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada, conforme previsto na legislação atual.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Parlamentares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora **LÍDICE DA MATA**



**PLS 212/2017**  
**00004**

**EMENDA Nº 4 - PLENÁRIO**  
(à Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017)

Dê-se ao § 1º do art. 9º da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 9º.....

§ 1º O gestor que receber informações por meio de compartilhamento equipara-se, para todos os efeitos desta Lei, ao gestor que anotou originariamente a informação, inclusive quanto à responsabilidade por eventuais prejuízos que der causa e ao dever de receber e processar impugnação e realizar retificações, sendo que a responsabilidade será solidária no caso de informação a respeito de pessoa natural.

.....(NR).”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda tem por objetivo imputar responsabilidade solidária entre o gestor que recebe informações e o gestor originário de informações sobre a pessoa natural.

A Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, não prevê responsabilidade solidária entre os gestores, o que consideramos um retrocesso na legislação consumerista.

Deve ser mantida a responsabilidade entre o gestor que recebe informações e o gestor originário no caso de informações que envolvam a pessoa natural, conforme previsto na legislação atual.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Parlamentares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora LÍDICE DA MATA



**PLS 212/2017**  
**00005**

**EMENDA Nº 5 - PLENÁRIO**  
(à Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017)

Dê-se ao *caput* do art. 9º da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 9º** O compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores é permitido na forma do art. 4º, mas no caso de informação sobre pessoa natural, o compartilhamento só é permitido se autorizado expressamente pelo cadastrado, por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada.

.....(NR).”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda tem por objetivo obrigar o consentimento do cadastrado que seja pessoa natural ao compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores. A Emenda Substitutiva ao PLS nº 212, de 2017, dispensa o consentimento do cadastrado que seja pessoa natural para o compartilhamento de informação entre gestores, o que consideramos um retrocesso na legislação consumerista.

O compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores deve continuar dependendo do consentimento informado do consumidor por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada, conforme previsto na legislação atual.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Parlamentares a esta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora **LÍDICE DA MATA**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 912, DE 2017

Requer, nos termos do art. 279, II, do RISF, o adiamento da discussão do PLS 212/2017-Complementar para reexame pela CCJ.

**AUTORIA:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 279, II, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PLS 212/2017, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores*, para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em razão do seguinte: decisão inédita proferida no julgamento do Recurso Especial 1.348.532/SP, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o compartilhamento de informações pessoais e financeiras para bancos de dados sobre crédito é abusivo e ilegal, se realizado contratualmente sem a livre escolha do consumidor.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em decisão inédita proferida no julgamento do Recurso Especial 1.348.532/SP em 2017, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o compartilhamento de informações pessoais e financeiras para bancos de dados sobre crédito é abusivo e ilegal, se realizado contratualmente sem a livre escolha do consumidor. Essa decisão vai na contramão da proposta do PLS 212/2017 de permitir o livre compartilhamento dessas informações entre instituições financeiras e gestoras de informação de crédito.



É fundamental que o Senado Federal faça uma avaliação adequada da perspectiva da defesa dos direitos dos consumidores, considerando a amplitude das mudanças propostas por este projeto de lei, incluindo:

- A violação de princípios básicos de proteção dos consumidores e do princípio da “autodeterminação informativa” na proposta de inclusão automática de todos os brasileiros em bancos de dados de cadastro positivo, ignorando o consentimento informado dos consumidores, o espírito da Lei 12.414/2011 e o posicionamento do Ministério Público Federal;

- A ofensa ao Código de Defesa do Consumidor na proposta de eliminação da responsabilidade solidária na cadeia de fornecimento do serviço de gestão dessas bases de dados;

- A colisão com interpretação do Superior Tribunal de Justiça de abusividade e ilegalidade do livre compartilhamento de informações pessoais e financeiras entre instituições financeiras e gestoras de informação de crédito; Nesses termos, solicito apoio e a sensibilidade dos nobres pares no sentido de que o Projeto de Lei nº 212/2017 seja devidamente distribuído para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, considerando que cabe a esta Comissão cabe opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade das matérias.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2017.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(REDE - AP)**  
**Senador da República**

SF/17090.43972-89







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 913, DE 2017

Requer, nos termos do art. 279, I, do RISF, o adiamento da discussão do PLS 212/2017 para audiência da CTFC.

**AUTORIA:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Senhor Presidente,,

Requeiro, nos termos dos arts. 279, I, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PLS 212/2017, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores, para audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Nos termos do art. 102-A III, alíneas "a" e "b", cabe à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor:

"III - opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente:

.....

b) aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores, com ênfase em condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, aos direitos autorais, às patentes e similares;





c) acompanhar as políticas e as ações desenvolvidas pelo Poder Público relativas à defesa dos direitos do consumidor, à defesa da concorrência e à repressão da formação e da atuação ilícita de monopólios;

."

Logo, a temática envolvida no PLS 212/2017 está diretamente ligada às competências da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, conforme dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal aqui destacados. Uma vez que a comissão não foi contemplada para opinar sobre a proposição durante sua tramitação, torna-se necessário e primordial que este Plenário aprove o presente requerimento para corrigir essa grave falha. Não faz sentido que a CTFC, comissão que trata dos direitos do consumidor, não participe das discussões de um projeto tão importante para a área.

Nesses termos, solicito apoio e a sensibilidade dos nobres pares no sentido de que o Projeto de Lei nº 212/2017 seja devidamente distribuído à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2017.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(REDE - AP)**  
**Senador da República**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 914, DE 2017

Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 2, do Senador Randolfe Rodrigues, apresentada ao PLS 212/2017.

**AUTORIA:** Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO nº / 2017  
PLS 212/2017 (Complementar) – Cadastro positivo

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque de bancada para votação em separado da **emenda 02 do Senador Randolfe Rodrigues**, apresentada ao PLS 212/2017, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Sala das sessões,

Senador LINDBERGH FARIAS  
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 915, DE 2017

Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 4, da Senadora Lídice da Mata, apresentada ao PLS 212/2017.

**AUTORIA:** Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO nº / 2017  
PLS 212/2017 (Complementar) – Cadastro positivo

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque de bancada para votação em separado da **emenda 04 do Senadora Lídice da Mata**, apresentada ao PLS 212/2017, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Sala das sessões,

Senador LINDBERGH FARIAS  
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 916, DE 2017

Requer, nos termos do inciso II do art. 312, do RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 5, da Senadora Lídice da Mata, apresentada ao PLS 212/2017.

**AUTORIA:** Líder do PSB Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)



[Página da matéria](#)





A publicação,  
em 24/10/2017  
go

RQS  
00916/2017

**REQUERIMENTO Nº 916, DE 2017 – PLENÁRIO**

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 5 de Plenário, ao Projeto de Lei da Senado nº 212, de 2017.

*Imagem*

SENADORA VANESSA GRAZZIOTTA

Lídice de Mota





SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

## PARECER Nº 186 , DE 2017

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as Emendas de Plenário nº 2 do Senador Randolfe Rodrigues e de nº 3 a 5, da Senadora Lídice da Mata, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, sobre a formação do cadastro positivo de crédito.

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

### 1. RELATÓRIO

Chega ao exame deste Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as seguintes Emendas de Plenário:

Emenda nº 2, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, a qual suprime o art. 1º do PLS nº 212, de 2017 - Complementar. De acordo com a presente redação do art. 1º do PLS nº 212, de 2017 - Complementar, não constitui violação do dever de sigilo bancário “*o compartilhamento de dados para a formação e consulta em bancos de dados com informações sobre o adimplemento, de pessoas naturais ou jurídicas, a fim de formar histórico de crédito, nos termos da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011*”. Ao suprimir esse dispositivo, a Emenda nº 2 proíbe o compartilhamento de informações e exalta o dever de sigilo bancário a ser observado pelas instituições financeiras, bem



SF/17392.60622-05

Página: 1/4 24/10/2017 16:40:38

4aa680bda6e75efc72ce3ca3cdf196a36c270958





SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

2

como as garantias constitucionais da intimidade e da vida privada, em consonância com direitos fundamentais e cláusulas pétreas;

Emenda nº 3, de autoria da Senadora Lídice da Mata, a qual altera a emenda substitutiva ao PLS nº 212, de 2017 – Complementar, para modificar o art. 4º da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, a fim de exigir que a abertura de cadastro seja precedida de prévia autorização do cadastrado, como já acontece na lei em vigor;

Emenda nº 4, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para modificar o art. 9º da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, a fim de exigir responsabilidade solidária entre o gestor que repassa a informação de adimplemento do cadastrado e o gestor que recebe essa informação.

Emenda nº 5, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para tem por objetivo obrigar o consentimento do cadastrado que seja pessoa natural ao compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores.

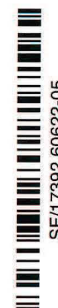
É o relatório.

## 2. ANÁLISE

O cadastro positivo está previsto em lei desde 2011, mas enfrenta fortes obstáculos à sua consolidação.

Um desses entraves está justamente na proibição de troca de informações entre as instituições financeiras sobre o padrão de adimplemento de pessoas naturais ou jurídicas tomadoras de crédito, ao argumento de que isso viola o dever de sigilo bancário.

A nosso ver, entretanto, o sigilo bancário está satisfatoriamente preservado porque a autorização legal se restringe à troca de informações, tão-somente, para formar o histórico de crédito e o cadastro de adimplemento, que será compartilhado sob a forma de uma nota ou score do cadastrado. Tal argumento, portanto, implica a rejeição da Emenda nº 2 de Plenário.



SF/17392.60622-05

Página: 2/4 24/10/2017 16:40:38

4aa680bda6e75efc72ce3ca3cdf196a36c270958







SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

3

Para o consulente ter acesso à informação detalhada será necessária autorização expressa do cadastrado. Esse modelo inclusive é mais protetivo do que o vigente, dado que atualmente quem está inscrito no cadastro positivo tem sua informação de crédito detalhada (e não apenas o score) disponibilizada para os consulentes em qualquer período de tempo.

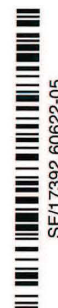
Por fim, vale ressaltar que essas regras de restrições ao acesso de informações, conjugadas com a responsabilidade objetiva e a submissão dos gestores a registro no Banco Central são suficientes para prevenir efetivamente, sem perda de eficiência para o sistema, a ocorrência de danos aos consumidores.

Portanto, a autorização para compartilhamento das informações de crédito com os bancos de dados é fundamental para que o cadastro positivo possa ser realmente alimentado e eficaz para que se viabilize o aumento da oferta de crédito no Brasil a taxas de juros menores.

Acerca da necessidade de prévia autorização para a abertura do cadastro, deve-se observar que o espírito do PLS nº 212, de 2017, é o de justamente permitir a abertura de cadastro sem prévia autorização e sempre resguardar ao cadastrado o direito de encerrar seu cadastro, a qualquer momento. Vale mencionar que, atualmente, o modelo de cadastro positivo que se mostrou burocrático e com pouca adesão utiliza desse instrumento sendo ineficaz. Tais argumentos, portanto, implicam a rejeição da Emenda nº 3 de Plenário.

Quanto à responsabilidade civil dos gestores de banco de dados, das fontes e dos consulentes, é de se observar que o tratamento dado ao tema já prevê responsabilidade solidária nas hipóteses de relação de consumo caracterizada, nos mesmos moldes e rigor, portanto, atribuído pela legislação consumerista em vigor, o que torna a emenda nº 4 desnecessária, por ausência de inovação.

A ideia do substitutivo é facilitar a utilização de dados positivos dos consumidores por todos os birôs de crédito, de modo que a avaliação de crédito a que estejam sujeitos seja mais completa, considerando não apenas os dados negativos mas também os positivos. Essa utilização de dados positivos é na verdade é um direito do consumidor, pois lhe permitirá a possibilidade de maior acesso ao crédito e a menores taxas de juros.



SF/17392.60622-05

Página: 3/4 24/10/2017 16:40:38

4aa680bda6e75efc72ce3ca3cdf196a36c270958





SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

4

Nos termos do substitutivo apresentado, o consumidor tem toda segurança de ser comunicado quanto à abertura do cadastro, podendo cancelá-lo a qualquer momento, a seu exclusivo critério, além de já ser necessária a sua autorização para consulta aos dados abertos. Incluir a necessidade de autorização para compartilhamento de dados entre os bancos de dados, além de não trazer nenhum benefício para o consumidor, significa retroceder ao sistema anterior, até hoje não desenvolvido justamente em razão das travas atuais. Ou seja, torna o projeto de lei ineficaz e inócuo em relação ao seu objetivo original.

Além disso, a proposta da emenda nº 5 trará disparidades de informações entre os bancos de dados, resultando, na verdade, em prejuízo para o consumidor decorrente de falta de informações em relação ao seu histórico de crédito ou utilização incompleta de suas informações pelos agentes de crédito. Por fim, como as bases de dados se tornarão bastante diferentes, isso acarretará concentração de informações em um único banco de dados, trazendo prejuízos à concorrência e consequentemente ao consumidor. Diante do exposto, rejeitamos a Emenda nº 5.

### 3. VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nsº 2, 3, 4 e 5 todas de Plenário, ao PLS nº 212, de 2017 - Complementar.

Sala das Sessões,

, Relator



SF/17392.60622-05

Página: 4/4 24/10/2017 16:40:38

4aa680bda6e75efc72ce3ca3cdf196a36c270958





**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) ao PLS nº 212, de 2017 (Complementar)**

**Matéria PLS 212/2017**

**Início Votação 24/10/2017 18:53:15 Término Votação 24/10/2017 19:05:01**

**Sessão 159ª Sessão Deliberativa Ordinária**

**Data Sessão 24/10/2017 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM

Emissão 24/10/2017 19:05:04



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) ao PLS nº 212, de 2017 (Complementar)**

Matéria **PLS 212/2017**

Início Votação **24/10/2017 18:53:15** Término Votação **24/10/2017 19:05:01**

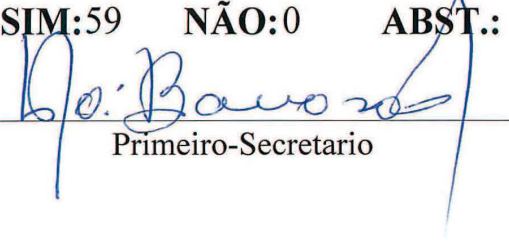
Sessão **159º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/10/2017 14:00:00**

PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Presidente: *Eunício Oliveira*

**SIM:59 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:60**

  
Primeiro-Secretário

Emissão 24/10/2017 19:05:04



## Requerimento nº 793/2017





**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Requerimento de Urgência nº 793/2017 para o Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017**

**Matéria** RQS 793/2017

**Início Votação** 24/10/2017 19:06:17

**Término Votação** 24/10/2017 19:34:15

**Sessão** 159º Sessão Deliberativa Ordinária

**Data Sessão**

**24/10/2017 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>		
PMDB	SIM		
PSDB	LIVRE		
PP	SIM		
PSD	SIM		
DEM	SIM		
PDT	SIM		
PROS	SIM		

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	NÃO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	NÃO
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PSD	RS	Lasier Martins	NÃO

**Emissão** 24/10/2017 19:34:18



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Requerimento de Urgência nº 793/2017 para o Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017**

Matéria **RQS 793/2017** Início Votação **24/10/2017 19:06:17** Término Votação **24/10/2017 19:34:15**

Sessão **159ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/10/2017 14:00:00**

PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	NÃO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	NÃO
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Moraes	SIM

Presidente: *Eunício Oliveira*

**SIM:46**

**NÃO:7**

**ABST.: 0**

**PRESIDENTE:1**

**TOTAL:54**

Primeiro-Secretario

Emissão 24/10/2017 19:34:19



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (por Unidade da Federação)

#### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

#### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PODE** - Romário\*\*

#### Maranhão

**-PMDB** - Edison Lobão\*  
**-PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*\*

#### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**-PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

#### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**-PMDB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

#### São Paulo

**-PMDB** - Airtton Sandoval\* (S)  
**-PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

#### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**-PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

#### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

#### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PODE** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

#### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

#### Ceará

**-PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

#### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**-PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**-PMDB** - José Maranhão\*\*

#### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**-PMDB** - Rose de Freitas\*\*

#### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**-PMDB** - Elmano Férrer\*\*

#### Rio Grande do Norte

**-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

#### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**-PMDB** - Dário Berger\*\*

#### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

#### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

#### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

#### Amazonas

**-PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

#### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**-PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PODE** - Alvaro Dias\*\*

#### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

#### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**-PMDB** - Waldemir Moka\*  
**-PMDB** - Simone Tebet\*\*

#### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**-PROS** - Hélio José\* (S)  
**-S/Partido** - Reguffe\*\*

#### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

#### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**-PMDB** - Kátia Abreu\*\*

#### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

#### Roraima

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**-PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

#### Bloco Social Democrata - 16

##### PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

##### PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

##### PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

#### Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

##### PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

##### PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

#### Bloco Moderador - 9

##### PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

##### PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

#### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

#### PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA****(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Edison Lobão* (-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023





## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

## **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

**2º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**3º** Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

**4º** Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b> (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (142) Simone Tebet (141)</p>	<p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Amorim - PSDB</b> (70,102,140)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,128,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Paulo Bauer</b> (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (103)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wilder Morais - PP</b> (39,122,130,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (105)</p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lindbergh Farias - PT</b> (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Lindbergh Farias</b> (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p><b>Líder do PDT - 2</b> <b>Acir Gurgacz</b> (8,26,116)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,113,153,154)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> (13,19,146)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,145)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (17,22)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (20,23,91)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PODE - 3</b> <b>Alvaro Dias</b> (16,65,137)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (136,152)</p>	<p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (104)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (110)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,6,67,69)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,132,144) Davi Alcolumbre (74,87,128,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,133,143,148) Sérgio Petecão (10,129,151) Wilder Morais (39,122,130,147)</p>	<p><b>PROS - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Hélio José - PROS</b> (42,48,86,155)</p>	<p><b>Majoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b> (138)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (15,21,50,53,79,90,115)</p>		

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017).
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO  
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



## 2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

### MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(1)</sup>

### CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

#### PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

#### **Notas:**

\*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\*. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\*. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 61 - 3303 3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### **3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI**

**Finalidade:** Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

**Número de membros: 3**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---

**MEMBROS**

---



#### 4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

**Prazo final prorrogado:** 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
VAGO <sup>(2,7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(8)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>	

**Notas:**

\*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

**Telefone(s):** 61 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DOS MAUS-TRATOS

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/04/2017

**Instalação:** 09/08/2017

**Prazo final:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Simone Tebet (MS) <sup>(3)</sup>	1. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(5)</sup>
Senadora Marta Suplicy (SP) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(4)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

### Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado / Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3492



### 3)CPI DO BNDES

**Finalidade:** Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/05/2017

**Instalação:** 02/08/2017

**Prazo final:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Aírton Sandoval (SP) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zeze Perrella (MG) <sup>(3,6)</sup>
Senador Elmano Férrer (PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Romero Jucá (RR) <sup>(3)</sup>
Senador João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,13)</sup>	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(9)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4,11)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) <sup>(12)</sup></b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7,10)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

**Secretário(a):** Donaldo Portela / Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-3511

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



#### **4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS**

**Finalidade:** Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 27/09/2017





## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>	1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(6)</sup>	4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>
Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>	5. VAGO <sup>(18,21)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho <sup>(21)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1,14,16)</sup>	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1,13)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(19)</sup></b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(4,17)</sup>	1. VAGO <sup>(4,20)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>	3. <sup>(8,10,17)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5,11,12)</sup>
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,15)</sup>	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPMC).
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Telefone(s):** 61 33033516



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>	3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>	4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(8,12)</sup>	5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3,15,16)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(17)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br





## 2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(1)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(1)</sup>	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,19,22,27)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6,22,27)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3,21,28,33)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15,23,24,25,26)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20,23,24,25,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(32)</sup></b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) <sup>(4,29,31,34)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,30)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) (17)</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br





#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(11)</sup>	1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>
Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>	2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(2,21)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5,15)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,17,18)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5,12,16)</sup>

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) (17)</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br





**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Notas:**

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

**Finalidade:** Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(2)</sup>	1. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(2)</sup>	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

### Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
  - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
  - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- \*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- \*\* Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>	3. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(7)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	4. VAGO <sup>(17,21)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho <sup>(21)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5,16)</sup>	2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(6)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<sup>(4,18)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(3,10,14,15,19)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Braga <sup>(7)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu <sup>(7,9,10)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho <sup>(7,15)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas <sup>(7)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(7)</sup>	4. Senador Jader Barbalho <sup>(7)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>	5. Senador Valdir Raupp <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(3)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,8,11)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(18)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(4)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(17)</sup></b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
<sup>(1,16)</sup>	2.
VAGO <sup>(14,18)</sup>	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,12,13)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286





### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Notas:**

\*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8,14)</sup>	1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>	2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>	3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4,12)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5,11)</sup>	2. VAGO <sup>(7,15)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(20)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(19)</sup>
<sup>(2,18)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,16)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	3.
Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(12)</sup></b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1.
(2,9)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.





**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>	1. Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(8,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(11)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>	3. Senador Dário Berger <sup>(16)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,15)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1,15)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(17)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(3,18)</sup>
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5,13,19)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador na comissão (Of. 104/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



### 11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>
Senador Hélio José (PROS-DF) <sup>(3)</sup>	2.
Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(7,12)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(13)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,10)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 61 33034440

**E-mail:** csf@senado.leg.br



### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airtón Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>	1. Senadora Simone Tebet <sup>(18)</sup>
Senador Airtón Sandoval <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(18)</sup>
Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(18)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(17)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS ) <sup>(19)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(8,15,16)</sup>	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(16)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>	2.

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtón Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

**Secretário(a):** Oscar Pener do Carmo Júnior

**Reuniões:** Quartas-feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** [ctfc@senado.leg.br](mailto:ctfc@senado.leg.br)





**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(8)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania ( PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS )			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº 024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº 69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº 220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017-BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	
<b>PSC</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
<b>PMDB</b>	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

---

---

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>



**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61)3303-5255

**Fax:** (61)3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>



**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).





**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

\*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

